

APROPRIAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO

DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS
OCIOSOS NO CONJUNTO JARDIM
MAGUARI, EM BELÉM, PARÁ

Kayan Freitas de Araújo

Orientadora: Dr.^a Raquel Weiss

Coorientador: Dr. José Júlio Ferreira Lima

Santa Maria (RS)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO

Kayan Freitas de Araújo

**APROPRIAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DE ESPAÇOS LIVRES
PÚBLICOS OCIOSOS NO CONJUNTO JARDIM MAGUARI, EM
BELÉM, PARÁ**

Santa Maria, RS, Brasil
2023

Kayan Freitas de Araújo

**APROPRIAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS
OCIOSOS NO CONJUNTO JARDIM MAGUARI, EM BELÉM, PARÁ**

Pesquisa apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do título de **Mestre em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo**.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Raquel Weiss
Coorientador: Prof. Dr. José Júlio Ferreira Lima

Santa Maria, RS, Brasil
2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Araújo, Kayan, 1997-

Apropriação e ressignificação de espaços livres públicos ociosos no conjunto Jardim Maguari, em Belém, Pará – Santa Maria, RS: Mestrado em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo /

Universidade Federal de Santa Maria, RS / Kayan Freitas de Araújo, 2023.

173 p.: Il.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Raquel Weiss.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Tecnologia, Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo e Paisagismo, RS, 2023.

1. Urbanismo *Bottom-Up* 2. Apropriação 3. Espaços livres 4. Intervenções urbanas 5. Participatividade

© 2023

Todos os direitos autorais reservados a Kayan Freitas de Araújo. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

Endereço: Rua Farroupilha, n. 151, Bairro Km3, Santa Maria, RS. CEP: 97095-170

Fone (0xx)55 3286 2306; E-mail: lize1092@gmail.com

Kayan Freitas de Araújo

**APROPRIAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS
OCIOSOS NO CONJUNTO JARDIM MAGUARI, EM BELÉM, PARÁ**

Pesquisa apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do título de **Mestre em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo**.

Defendido em 30 de maio de 2023.

Prof.^a Raquel Weiss, Dr.^a (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Prof. Olavo Avalone Neto, Dr. PhD (UFSM)

Prof.^a Vanessa Casarin, Dr.^a (UFSC)

Santa Maria, RS, Brasil
2023

Dedico esta pesquisa a quem luta pelo direito à cidade na sala de aula, nas ruas ou em qualquer outro lugar. Mas também à Zeneide Araújo, que além de avó, tornou-se também pai e mãe, contribuindo de todas as formas para o alcance dos meus objetivos, inclusive deste.

AGRADECIMENTOS

A conclusão do curso de mestrado é resultado da sinergia entre discentes e docentes que compartilharam conhecimento e experiências nos últimos anos, mas também é produto da parceria de amigos, voluntários e familiares que se propuseram a ajudar nessa fase.

O mestrado proporcionou oportunidades e vivências inimagináveis que se tornaram tangíveis devido ao esforço da equipe de gestão do programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo (PPGAUP) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Isto posto, estendo os agradecimentos à CAPES, pois proporcionou suporte financeiro imprescindível para que os discentes se dedicassem em tempo integral à universidade, de modo a contribuir para a produção científica e o desenvolvimento das pesquisas.

Enquanto ao PPGAUP que, mesmo sendo um programa de pós-graduação recente, sempre buscou agregar qualidade e proporcionar as melhores experiências e oportunidades aos discentes. Em especial, direciono meus elogios à Rosa, pois sempre demonstrou ser eficiente e dedicada com a função, qualidades de grande valor que fizeram diferença nesse percurso. Mas também aproveito para mencionar os coordenadores que se esforçaram incansavelmente para aperfeiçoar o programa, o professor Dr. Guilherme Aita Pippi e a professora Dr.^a Vanessa Goulart Dorneles. É um prazer ter compartilhado esse espaço com vocês.

Na oportunidade, agradeço o acolhimento e aprendizado em períodos em que estive como aluno especial em outras universidades. Na ocasião, estendo meus agradecimentos à Universidade Federal de Pelotas, à Universidade Federal do Rio de Janeiro e à Universidad Nacional de La Plata (Argentina).

É necessário também reconhecer a importância que a religião teve nesse processo. A umbanda foi equilíbrio e luz, ferramenta que permitiu não me perder, ter confiança em mim e jamais esquecer meu propósito de estar ali. Em meio a tanta intolerância religiosa, encontro espaço aqui para testemunhar as boas energias que recebi do meu povo e, em especial, dos meus orixás para alcançar esse objetivo.

Os agradecimentos seguintes são singelas homenagens às pessoas que não somente apoiaram a conquista de ser aprovado para o mestrado, mas que participaram comigo desta jornada:

À Zeneide Araújo, a quem considero como mãe, pai e avó. A palavra gratidão se torna pequena perto de todo esforço possível e impossível feito por ela para que eu alcançasse esse objetivo. Hoje, essa conquista é nossa. Os desafios que surgiram até a conclusão do curso e que foram corajosamente superados, reafirmam as virtudes dela como exemplo para todos nós.

À Marley de Paula e sua família, minha maior incentivadora. É imensurável a quantidade de vezes que recebi incentivo a investir no estudo para me qualificar. Agradeço por todo suporte nessa trajetória.

Aos familiares em geral, os quais se dispuseram a apoiar e incentivar em diversos momentos difíceis e de conquistas até a finalização deste ciclo.

À professora Dr.^a Raquel Weiss, a quem descrevo como inspiradora. Satisfação enorme ter este trabalho orientado por uma pessoa que agrega tanto ao programa de pós-graduação. Sua contribuição e experiência foram substanciais e, ao mesmo tempo, fundamentais para chegar neste resultado. O conhecimento compartilhado superou a pesquisa, de modo a somar para meu amadurecimento enquanto pesquisador. Estendo os elogios à professora Dr.^a Verônica Donoso, minha orientadora do primeiro ano do mestrado.

Ao professor Dr. José Júlio (UFPA), coorientador desta pesquisa, agradeço por sua disponibilidade e contribuições nesse processo. Sem dúvidas, a sua participação foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa.

À Dona Olívia, que nos deixou em 2021, vítima da COVID-19. Sempre se encontrava disponível e disposta a ajudar quando o assunto era educação. Mesmo não fazendo parte da minha família de sangue, era impossível não a considerar como membro por sua forma única de demonstrar afeto e dar atenção.

Aos amigos, entre eles destaco Thales Barroso, Alberto Lima, Adilson Lopes e Joacir Bulsara, pois foram fundamentais em momentos difíceis e essenciais nas conquistas. Os três que citei neste parágrafo são pessoas que em algum momento surgiram no meu caminho e permaneceram. Ao meu namorado, Hugo Apoliano, também sou grato por me acompanhar e apoiar na reta final dessa jornada.

À Lícia Quoos Mayer e à Ana Paula Müller, parceiras de pesquisa, artigos, seminários etc. Minha trajetória nesse curso foi escrita junto com vocês.

Aos examinadores desta dissertação, a professora Dr.^a Vanessa Casarin (UFSC) e o professor Dr. Olavo Avalone Neto (UFSM), agradeço pela disponibilidade de tempo e pelas contribuições para o enriquecimento da pesquisa.

No mais, levo meus agradecimentos aos voluntários desta pesquisa, pois se propuseram a contribuir para a coleta de dados na expectativa desta pesquisa alcançar resultados positivos para colaborar na melhora da qualidade de vida da população local.

O meu muito obrigado a todos.

A maior atração de uma cidade é a qualidade de vida de seus moradores.

Jaime Lerner

RESUMO

APROPRIAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS NO CONJUNTO JARDIM MAGUARI, EM BELÉM, PARÁ

AUTOR: Kayan Freitas de Araújo
ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Raquel Weiss
COORIENTADOR: Prof. Dr. José Júlio Ferreira Lima

Os processos de planejamento urbano das cidades integram, em grande parte, um sistema centrado em meios burocráticos e autoritários conhecido por *Top-Down*, no qual se dissolve o aspecto transdisciplinar inerente a esses processos, de forma a limitar as tomadas de decisão a grupos específicos da sociedade, reduzindo a participação popular no planejamento das cidades. Nessa conjuntura, pode ocorrer da cidade “imposta” não corresponder as demandas da sociedade contemporânea ou gerar problemáticas que podem ser reverberadas ainda mais, em alguns casos, em razão da ineficiência da gestão pública na gestão urbana. Nesse cenário, identificam-se ações colaborativas como insurgência às problemáticas urbanas, cujo objetivo versa sobre a recuperação de espaços livres públicos na cidade para viabilizar a apropriação pela comunidade. No entanto, a ressignificação do lugar caminha em conjunto em função das transformações na paisagem que tangem tanto as modificações no espaço físico quanto a dinâmica social e interações com o ambiente construído. A descentralização e democratização do poder nas tomadas de decisão associam as intervenções urbanas colaborativas ao modelo *Bottom-Up*, visto que os resultados partem de interações entre grupos sociais diversos, de forma a gerar resultados mais próximos às demandas reais da sociedade. Na práxis do urbanismo, o conjunto habitacional Jardim Maguari (Belém/PA) constitui-se como estudo de caso desta pesquisa por se enquadrar nesse contexto. Nesse sentido, analisa-se espaços livres públicos anteriormente ociosos do conjunto habitacional Jardim Maguari intervindos por meio de ações colaborativas, sendo duas associadas ao tipo *Bottom Up* (Espaço Criança Feliz e pracinha da Alameda 20C) e um *Top-Down* (praça Odézio Mozart). A partir das quais são investigadas as contribuições dos processos Bottom-Up para a apropriação e ressignificação de espaços livres públicos ociosos no conjunto habitacional. Utiliza-se a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas, observação direta e mapeamento comportamental como métodos de pesquisa para contextualizar o estudo de caso, descrever os processos de intervenção urbana e analisar o uso e interações com o ambiente construído após as intervenções urbanas. A partir disso, torna-se evidente com a pesquisa a importância da participação popular para a eficiência do espaço público, pois permite a população se apropriar do processo de intervenção urbana e contribuir substancialmente para o desenvolvimento da proposta, proporcionando resultados cada vez melhores.

Palavras-chaves: Urbanismo *Bottom-Up*. Apropriação. Espaços livres. Intervenções urbanas. Participatividade.

ABSTRACT

APPROPRIATION AND RESIGNIFICATION OF IDLE PUBLIC OPEN SPACES IN THE MAGUARI GARDEN HOUSING COMPLEX, IN BELÉM/PA, BRAZIL

Author: Kayan Freitas de Araújo

Advisor: Dr. Raquel Weiss

Co-advisor: Dr. José Júlio Ferreira Lima

Urban planning processes in cities are largely part of a system centered on bureaucratic and authoritarian means known as Top-Down, in which the transdisciplinary aspect inherent to these processes dissolves, in order to limit decision-making to specific groups of society, reducing popular participation in city planning. In this context, it may happen that the “imposed” city does not correspond to the demands of contemporary society or generate problems that can be even more reverberated, in some cases, due to the inefficiency of public management in urban management. In this scenario, collaborative actions are identified as an insurgency against urban issues, whose objective is the recovery of open public spaces in the city to enable appropriation by the community. However, the redefinition of the place goes hand in hand with the transformations in the landscape that affect both the changes in the physical space and the social dynamics and interactions with the built environment. The decentralization and democratization of power in decision-making associate collaborative urban interventions with the Bottom-Up model, since the results start from interactions between different social groups, in order to generate results closer to the real demands of society. In the practice of urbanism, the Jardim Maguari housing complex (Belém/PA) constitutes a case study for this research because it fits in this context. In this sense, previously idle public spaces of the Jardim Maguari housing complex intervened through collaborative actions, two associated with the Bottom Up type (Espaço Criança Feliz and Pracinha da Alameda 20C) and a Top-Down (Odézio Mozart square) are analyzed. From which are investigated the contributions of the Bottom-Up processes for the appropriation and resignification of idle public spaces in the housing complex. Bibliographical research, documentary research, semi-structured interviews, direct observation and behavioral mapping are used as research methods to contextualize the case study, describe urban intervention processes and analyze the use and interactions with the built environment after urban interventions. From this, the research shows the importance of popular participation for the efficiency of the public space, as it allows the population to take ownership of the urban intervention process and contribute substantially to the development of the proposal, providing increasingly better results.

Keywords: *Bottom-Up Urbanism. Appropriation. Open spaces. Urban interventions. Participativity.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Processo <i>Top-Down</i> de planejamento urbano mais frequente	35
Figura 2 – Processo <i>Bottom-Up</i> de planejamento urbano mais frequente	37
Figura 3 – Mapa de localização do conjunto habitacional Jardim Maguari, em Belém (PA)	61
Figura 4 – Mapa de localização das áreas de estudo no conjunto habitacional Jardim Maguari	63
Figura 5 – Áreas de estudo no conjunto habitacional Jardim Maguari	64
Figura 6 – Áreas descartadas para pesquisa	64
Figura 7 – Mapa de uso e ocupação do solo do conjunto habitacional Jardim Maguari	67
Figura 8 – Perfis viários do conjunto habitacional Jardim Maguari: o planejado e o existente	69
Figura 9 – Linha cronológica referente à produção e ocupação do espaço urbano do conjunto habitacional Jardim Maguari	70
Figura 10 – Uso atual de espaço livre público suprimido: vila residencial situada entre as alamedas 17B e 20B	71
Figura 11 – Ruas coletoras do conjunto habitacional Jardim Maguari: Av. Principal e Av. Secundária	72
Figura 12 – Espaços livres públicos do conjunto habitacional Jardim Maguari	75
Figura 13 – Atividades comerciais na avenida Principal do conjunto habitacional Jardim Maguari	76
Figura 14 – Hábito de sentar-se à porta de casa no conjunto habitacional Jardim Maguari	77
Figura 15 – Eventos culturais no conjunto habitacional Jardim Maguari no ano de 2019	77

Figura 16 – Mapa de expansão e adensamento urbano do conjunto habitacional Jardim Maguari	78
Figura 17 – Equipamentos urbanos de lazer e convívio do conjunto habitacional Jardim Maguari	79
Figura 18 – Mapa síntese sobre os espaços livres públicos de lazer e convívio no conjunto habitacional Jardim Maguari	80
Figura 19 – Acesso às Alamedas 5B, 6B e 7B no conjunto habitacional Jardim Maguari	81
Figura 20 – Informes encontrados na portaria das Alamedas 6b e 8B	82
Figura 21 – Espaços livres públicos sem definição de uso no conjunto habitacional Jardim Maguari	82
Figura 22 – Acúmulo de lixo em espaço livre público ocioso localizado entre as Alamedas 16B e 17B no conjunto habitacional Jardim Maguari	83
Figura 23 – Raio de abrangência das áreas de estudo no conjunto habitacional Jardim Maguari	85
Figura 24 – Componentes físicos das áreas de estudo antes da intervenção urbana	87
Figura 25 – Padrão de ocupação no entorno do Espaço Criança Feliz	88
Figura 26 – Padrão de ocupação no entorno da praçinha da Alameda 20C	88
Figura 27 – Padrão de ocupação no entorno da praça Odézio Mozart	89
Figura 28 – Ambientes mais apropriados nas áreas de estudo	90
Figura 29 – Limpeza do Espaço Criança Feliz pelos moradores	92
Figura 30 – Mapeamento afetivo do Espaço Criança Feliz antes da intervenção	93
Figura 31 – Imagem panorâmica do Espaço Criança Feliz após a intervenção	94
Figura 32 – Apropriação do Espaço Criança Feliz	94
Figura 33 – Fases da praçinha da Alameda 20C desde antes da intervenção	98
Figura 34 – Imagem panorâmica da praçinha da Alameda 20C 1 ano após a intervenção	99
Figura 35 – Mapeamento afetivo da praçinha da Alameda 20C antes da intervenção	100
Figura 36 – Dinâmica da praçinha da Alameda 20C	102
Figura 37 – Praça Odézio Mozart	103
Figura 38 – Layout da praça Odézio Mozart	104
Figura 39 – Usos da praça Odézio Mozart antes da intervenção urbana	105

Figura 40 – Mapeamento afetivo da praça Odézio Mozart antes da intervenção	105
Figura 41 – Prática de vôlei em quadra improvisada no logradouro ao lado da praça Odézio Mozart	106
Figura 42 – Dinâmica da praça Odézio Mozart durante o dia e noite	107
Figura 43 – Setorização do Espaço Criança Feliz	111
Figura 44 – Diagrama de fluxo do Espaço Criança Feliz	112
Figura 45 – Proximidade entre a área de contemplação e a área de recreação no Espaço Criança Feliz	113
Figura 46 – Área de contemplação do Espaço Criança Feliz e campo de visão	113
Figura 47 – Mobiliários e equipamentos urbanos do Espaço Criança Feliz	114
Figura 48 – Atrativos fora do conjunto habitacional Jardim Maguari de preferência dos usuários	116
Figura 49 – Setorização da pracinha da Alameda 20C	119
Figura 50 – Iluminação pública na pracinha da Alameda 20C	120
Figura 51 – Diagrama de fluxos da pracinha da Alameda 20C	121
Figura 52 – Mobiliários e equipamentos urbanos da pracinha da Alameda 20C	122
Figura 53 – Setorização da praça Odézio Mozart	125
Figura 54 – Mobiliários e equipamentos urbanos da praça Odézio Mozart	126
Figura 55 – Mapa comportamental por gênero da pracinha Espaço Criança Feliz, quarta-feira (15/03/2023)	154
Figura 56 – Mapa comportamental por atividade da pracinha Espaço Criança Feliz, quarta-feira (15/03/2023)	155
Figura 57 – Mapa comportamental por gênero da pracinha Espaço Criança Feliz, sábado (19/03/2023)	156
Figura 58 – Mapa comportamental por atividade da pracinha Espaço Criança Feliz, sábado (19/03/2023)	157
Figura 59 – Mapa comportamental por gênero da pracinha Espaço Criança Feliz, domingo (20/03/2023)	158
Figura 60 – Mapa comportamental por atividade da pracinha Espaço Criança Feliz, domingo (20/03/2023)	159

Figura 61 – Mapa comportamental por gênero da pracinha da Alameda 20C, quarta-feira (15/03/2023)	161
Figura 62 – Mapa comportamental por atividade da pracinha da Alameda 20C, quarta-feira (15/03/2023)	162
Figura 63 – Mapa comportamental por gênero da pracinha da Alameda 20C, sábado (19/03/2023)	163
Figura 64 – Mapa comportamental por atividade da pracinha da Alameda 20C, sábado (19/03/2023)	164
Figura 65 – Mapa comportamental por gênero da pracinha da Alameda 20C, domingo (20/03/2023)	165
Figura 66 – Mapa comportamental por atividade da pracinha da Alameda 20C, domingo (20/03/2023)	166
Figura 67 – Mapa comportamental por gênero da praça Odézio Mozart, quarta-feira (15/03/2023)	168
Figura 68 – Mapa comportamental por atividade da praça Odézio Mozart, quarta-feira (15/03/2023)	169
Figura 69 – Mapa comportamental por gênero da praça Odézio Mozart, sábado (19/03/2023)	170
Figura 70 – Mapa comportamental por atividade da praça Odézio Mozart, sábado (19/03/2023)	171
Figura 71 – Mapa comportamental por gênero da praça Odézio Mozart, domingo (20/03/2023)	172
Figura 72 – Mapa comportamental por atividade da praça Odézio Mozart, domingo (20/03/2023)	173

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Participação dos atores sociais no processo de planejamento urbano	31
Quadro 2 - Escala de avaliação da participação popular	34
Quadro 3 - Processo de intervenção urbana associado ao programa “Ações Urbanas Comunitárias”	39
Quadro 4 - Contribuições ao sistema de espaços livres: instituições públicas e privadas	48
Quadro 5 - Relação entre os objetivos e os métodos de pesquisa	49
Quadro 6 - Materiais e métodos de pesquisa	50
Quadro 7 - Roteiro de entrevista	55
Quadro 8 - Comparativo entre áreas de equipamentos públicos previstos no projeto urbanístico (1970) e o existente em 2022	68
Quadro 9 - Participação dos atores sociais no processo de intervenção do Espaço Criança Feliz	97
Quadro 10 - Participação dos atores sociais no processo de intervenção na pracinha da Al. 20C	100
Quadro 11 - Participação dos atores sociais no processo de intervenção na praça Odézio Mozart	104
Quadro 12 - Balanço sobre a implementação do modelo de planejamento <i>Bottom-Up</i> e <i>Top-Down</i> em projetos no conjunto habitacional Jardim Maguari na perspectiva técnica	108
Quadro 13 - Balanço sobre a implementação do modelo de planejamento <i>Bottom-Up</i> e <i>Top-Down</i> em projetos no conjunto habitacional Jardim Maguari na perspectiva da população	108
Quadro 14 - Quantidade de usuários na pracinha Espaço Criança Feliz nos dias de coleta de dados	116
Quadro 15 - Quantidade de usuários na pracinha da Alameda 20C nos dias de coleta de dados	123
Quadro 16 - Quantidade de usuários na praça Odézio Mozart nos dias de coleta de dados	128

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual de uso e ocupação do solo no conjunto habitacional Jardim Maguari **66**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Preservação Ambiental
APE	Associação de Poupança e Empréstimos
APO	Avaliação Pós-Ocupação
APP	Área de Preservação Permanente
BNH	Banco Nacional da Habitação
CODEM	Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém
CODHAB	Companhia de Desenvolvimento Habitacional
DABEN	Distrito Administrativo do Benguí
ELP	Espaços Livres Públicos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
RAC	Relações Ambiente Comportamento
SEMMA	Secretaria de Meio Ambiente de Belém
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SEURB	Secretaria de Urbanismo de Belém
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
QUAPÁ	Quadro do Paisagismo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO	22
1.1. Objetivos	25
1.2. Justificativa	26
1.3. Pergunta de pesquisa	28
1.4. Estrutura da dissertação	28
CAPÍTULO 2	
ABORDAGEM TEÓRICA DE PRÁTICAS URBANAS COLABORATIVAS	30
2.1. A participação popular na construção da cidade	31
2.1.1. Processo <i>Top-Down</i>	35
2.1.2. Processo <i>Bottom-Up</i>	36
2.2. A disputa por sentido e função	40
2.2.1. A cidade moderna e a dinâmica urbana contemporânea	41
2.2.2. Ativação de espaços livres públicos	44
CAPÍTULO 3	
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	49
3.1. Métodos de pesquisa	50
3.1.1. Pesquisa bibliográfica	51
3.1.2. Pesquisa documental	52
3.1.3. Entrevistas semiestruturadas	53
3.1.4. Observação direta	56
3.1.5. Mapeamento comportamental	58

CAPÍTULO 4**CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O ESTUDO DE CASO: CONJUNTO HABITACIONAL JARDIM MAGUARI**

60

4.1. Delimitação da pesquisa 61

4.1.1. Critérios de seleção das áreas de estudo 62

4.2. Planejamento e ocupação 65**CAPÍTULO 5****RESULTADOS E DISCUSSÃO** 74**5.1. Espaços livres públicos** 74**5.2. Descrição dos processos de intervenção urbana** 84

5.2.1. Apresentação das áreas de estudo 85

5.2.2. Sistematização dos processos de intervenção urbana 91

5.2.2.1. O processo de implantação do Espaço Criança Feliz 91

5.2.2.2. O processo de implantação da pracinha da Alameda 20C 98

5.2.2.3. O processo de implantação da praça Odézio Mozart 102

5.3. Mapeamentos comportamentais 110

5.3.1. Análise dos mapeamentos comportamentais do Espaço Criança Feliz 111

5.3.2. Análise dos mapeamentos comportamentais da pracinha da Alameda 20C 119

5.3.3. Análise dos mapeamentos comportamentais da praça Odézio Mozart 125

5.4. As contribuições de processos *Bottom-Up* 129**CONCLUSÕES E LIMITAÇÕES** 133**REFERÊNCIAS** 137**APÊNDICE A** 141

Entrevistas

APÊNDICE B 153

Mapas comportamentais do Espaços Criança Feliz

APÊNDICE C 160

Mapas comportamentais da pracinha da Alameda 20C

APÊNDICE D 167

Mapas comportamentais da praça Odézio Mozart

Capítulo 1

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é analisar as formas de apropriação em espaços livres públicos no conjunto habitacional Jardim Maguari, em Belém/PA, resultantes de ações colaborativas baseadas em processos de intervenção *Bottom-Up*¹. Deste modo, busca-se compreender as contribuições das ações colaborativas para a reestruturação do espaço urbano com ênfase nos espaços de lazer e convívio do conjunto habitacional.

No entanto, cabe apresentar o contexto onde se situa o conjunto habitacional em razão do seu processo de produção e ocupação se relacionar aos fatores históricos no âmbito nacional e regional no campo do planejamento urbano e habitacional. Isto porque tais fatores impactaram no desenho e na dinâmica urbana, assim como em suas mudanças ao longo do tempo.

A urbanização contemporânea brasileira provocou o adensamento de áreas periféricas e o afastamento de parte da população do centro urbano, sem assegurar a estrutura urbana necessária à população no mesmo ritmo em que as cidades se expandiram, de forma a comprometer a qualidade do ambiente urbano (QUEIROGA, 2014).

Queiroga (2014) pontua que o suporte aos espaços livres, relacionado às demandas cotidianas da sociedade, depende da gestão política, disponibilidade de recursos e relaciona-se com padrões culturais existentes. A ausência de proposições de integração e a qualificação dos espaços livres urbanos para seus cidadãos revela

¹ Termo traduzido livremente para “baixo-cima”, que neste contexto indica participação da população geral no planejamento para que a proposta inicial seja levada às secretarias responsáveis do município. No entanto, as práticas investigadas nessa pesquisa, propostas e executadas pela comunidade, são desenvolvidas à parte da gestão pública, não havendo diálogo entre os atores sociais (Estado e Sociedade).

a estrutura vulnerável de planejamento e gestão das cidades brasileiras (QUEIROGA, 2014).

Santos e Vogel (1985) refletem sobre o tratamento desigual em relação a maioria da população por meio da concentração de investimentos públicos em áreas nobres, de forma a negligenciar áreas mais periféricas. Nesse contexto, torna-se comum observar intervenções urbanas colaborativas em centros urbanos como estratégia para apropriação de espaços livres públicos sem função social definida ou ociosos, de modo a mitigar problemáticas decorrentes do planejamento urbano ou por sua falta. Nessa perspectiva, visa-se combater as desigualdades socioespaciais existentes, proporcionando condições de vida melhores na cidade.

Macêdo e Almeida (2018) definem as intervenções urbanas colaborativas como ações sobre o ambiente urbano que buscam evitar ou incentivar algo por meio da cooperação e participação de diversos personagens. De acordo com os autores, são respostas viáveis para a população com baixos recursos financeiros e à gestão de espaços públicos, pois podem ser consideradas como alternativa ao método tradicional de produção urbana (*Top-Down*)², caracterizado como de alto custo, execução a longo prazo e não coeso ao contexto urbano e social da região (MACÊDO; ALMEIDA, 2018).

Como comentado, percebe-se que a apropriação de espaços livres públicos pela população por meio de ações colaborativas está se tornando recorrente nas cidades como reivindicação ao direito à cidade. Diante disso, revela-se a isonomia frágil de direitos em razão das desigualdades sociais e a segregação socioespacial resultantes do modelo de planejamento urbano adotado na maioria das cidades brasileiras.

As intervenções urbanas colaborativas, como parte do processo de apropriação dos espaços livres públicos ociosos, podem ser associadas ao modelo *Bottom-Up* que, para Johnson (2003 *apud* HAMRA, 2018, p. 50), consiste em "um sistema no qual o ordenamento parte das interações coletivas, e não de um sistema central". No geral, Lydon e Garcia (2015) compreendem as práticas de intervenção *Bottom-Up*

² Entende-se como *Top-Down* "o método tradicional de planejamento urbano, cujos protagonistas na produção do espaço são autoridades que controlam o processo e decidem o quê e como serão implementadas as ações urbanas" (MACÊDO; ALMEIDA, 2018, p. 2 *apud* ARAÚJO; DONOSO; CAVALEIRO, 2021).

como viés e avanço ao modelo *Top-Down*, definido por Macêdo e Almeida (2018) como um processo burocrático e autoritário, pelo qual as tomadas de decisão são centradas em autoridades, com pouca ou nenhuma participação da sociedade civil.

No contexto local, em Belém/PA, o espraiamento da cidade para áreas periféricas aconteceu devido a alguns fatores que provocaram a descentralização de usos do solo no centro da cidade como forma de atender às normas urbanísticas em vigor a partir da década de 1970, as quais estabeleceram o controle de densidade do uso do solo, assim como fatores econômicos e políticos (LIMA, 2002).

A avenida Augusto Montenegro, apontada como eixo de expansão da cidade de Belém na segunda metade do século XX, teve seu processo de ocupação intensificado principalmente a partir de 1960. A avenida, localizada na zona norte da cidade de Belém, interliga vários bairros e distritos da região. Além disso, tornou-se elemento estruturante do modo de morar na Região Metropolitana de Belém, principalmente a partir do expressivo processo de ocupação, no qual foram planejados conjuntos habitacionais de grande porte construídos por meio de financiamento, incentivo e/ou apoio de programas habitacionais (SOUZA, 2016).

Lima (2002, n.p.) afirma que a implantação de conjuntos habitacionais na região periférica da cidade garantiu “oportunidade a arquitetos para testarem idéias projetuais e a autoridades para implementarem políticas habitacionais. Os conjuntos tornaram-se sinônimos de crescimento urbano”. Entre os conjuntos habitacionais que ocuparam o eixo viário da avenida Augusto Montenegro está o conjunto habitacional Jardim Maguari, localizado no Distrito do Benguí, bairro Coqueiro. O conjunto habitacional é um projeto de incorporação imobiliária da década de 1970, sendo este planejado e executado pela ENEL Engenharia S/A (ARAÚJO; LEÃO; LIMA, 2023).

À espelho do que vinha acontecendo em outras cidades brasileiras na segunda metade do século XX, o conjunto habitacional Jardim Maguari tem seu desenho urbano baseado em princípios do urbanismo moderno, dentre os quais estão: a disposição de grandes áreas vegetadas para uso coletivo e a racionalidade no traçado urbano que privilegia o uso do automóvel, característica da corrente progressista (ARAÚJO; LEÃO; LIMA, 2023).

A partir da década de 1980, as primeiras unidades habitacionais começaram a ser ocupadas com mais expressividade. Com o tempo, percebe-se que o espaço urbano do conjunto habitacional se valorizou com o surgimento de novos serviços, atividades comerciais e culturais, além de melhorias na infraestrutura urbana. Esses fatores contribuíram para sucessivas ocupações no conjunto habitacional que resultaram na posse irregular de unidades habitacionais que ainda não haviam sido comercializadas e na ocupação de espaços livres públicos destinados à implantação de equipamentos urbanos de lazer e convívio (ARAÚJO; LEÃO; LIMA, 2023).

À face do exposto, constata-se que, principalmente, a supressão de espaços livres públicos comprometeu a qualidade do espaço urbano do conjunto habitacional. Fato que se soma a outra problemática local, a exiguidade em equipamentos urbanos de lazer e convívio na região periférica de Belém, consequência de gestões públicas ineficientes na gestão urbana.

Desse modo, identifica-se na cidade práticas de intervenção *Bottom-Up* como forma de mitigar as problemáticas urbanas como falta de função social do espaço público, violência urbana e conflitos socioambientais (acúmulo inadequado de resíduos sólidos). As intervenções urbanas colaborativas proporcionam à população alternativas ao lazer, principalmente onde este é limitado à população vulnerável socioeconomicamente. No entanto, tratam-se de estratégias embrionárias no contexto local, por isso serão objeto de estudo desta pesquisa, que tem por intuito compreender as contribuições de intervenções urbanas colaborativas para a apropriação e ressignificação dos espaços livres públicos, especificamente no conjunto habitacional Jardim Maguari.

1.1. OBJETIVOS

Objetivo geral: analisar os espaços livres públicos ociosos apropriados e ressignificados a partir de processos de intervenção *Bottom-Up* no conjunto habitacional Jardim Maguari, em Belém, Pará.

Objetivos específicos:

- I. Compreender o processo de produção do espaço urbano e o desenho do conjunto habitacional Jardim Maguari;
- II. Investigar como se estruturaram e ocorreram os processos de intervenção urbana em espaços livres públicos ociosos no conjunto habitacional Jardim Maguari sistematicamente;
- III. Compreender as formas de apropriação do ambiente construído empregados no processo de intervenção *Bottom-Up* feito pela comunidade em comparação com uma intervenção *Top-Down* no mesmo conjunto habitacional.

1.2. JUSTIFICATIVA

No contexto de ineficiência da esfera pública na gestão urbana, a sociedade busca constantemente alternativas que possibilitem alcançar melhores condições de vida na cidade (FONTES, 2021). Portanto, a sociedade articula ações colaborativas para proporcionar usos adequados do espaço livre público, de forma a permitir a apropriação deste pela população. As intervenções urbanas promovidas pela sociedade atendem demandas negligenciadas pela gestão pública ou que demandam tempo para serem implantadas e que também, em alguns casos, não condizem com as necessidades reais dos usuários e o contexto local.

O conjunto habitacional Jardim Maguari é um projeto urbanístico e de habitação da década de 1970, período em que começaram a ser implantados na avenida Augusto Montenegro conjuntos habitacionais que impulsionaram a ocupação desse eixo de expansão na cidade de Belém (SOUZA, 2016; ARAÚJO; LEÃO; LIMA, 2023). No entanto, apesar do planejamento urbano dos conjuntos habitacionais considerar a distribuição equilibrada de espaços livres públicos para instalação de equipamentos de lazer e convívio, como no caso do conjunto habitacional Jardim Maguari, a realidade é que mesmo depois de quase cinco décadas do início de sua ocupação, existem poucos espaços de lazer entregues pela gestão pública no complexo habitacional. Atualmente, ainda existem espaços livres públicos em potencial para

implantação de praças e parques urbanos, mas não se percebe iniciativa da esfera pública em qualificar tais espaços para o uso coletivo.

O conjunto habitacional Jardim Maguari é estudado nesta pesquisa, principalmente, **em razão do número** de práticas de intervenção *Bottom-Up* proporcional aos espaços livres públicos sem definição de uso ou ociosos. Mas também pela identificação de grupos sociais responsáveis pelo planejamento e execução das intervenções no local, de forma a influenciar a manifestação de novas ações colaborativas no local e nas proximidades.

Os espaços ociosos do conjunto habitacional Jardim Maguari formam uma atmosfera hostil, decorrente principalmente da falta de manutenção e de diversidade de uso que colaboraram para a perda de vitalidade do espaço público. Essa configuração urbana pode ser justificada, por entre outros fatores, no planejamento urbano do conjunto habitacional, o qual não desenvolveu o espaço urbano na microescala (praças, jardins públicos, etc.), de forma a depender da esfera pública para atuar na qualificação desses logradouros públicos. Portanto, limita-se o direito à cidade, em especial, à população do conjunto habitacional, a qual necessita se deslocar para bairros distantes na busca de lazer. No contexto em questão, as intervenções urbanas colaborativas são aderidas para fornecer estrutura básica para o exercício de atividades de lazer e recreação nos espaços livres públicos do conjunto habitacional Jardim Maguari.

No entanto, a discussão sobre a temática revela fragilidades e potencialidades tanto nos processos de intervenção *Bottom-Up* quanto nos espaços de lazer e convívio analíticos pós-intervenção. Sendo assim, contribui-se para identificação de falhas na articulação da sociedade, ao mesmo tempo em que se busca apresentar variáveis positivas atribuídas ao impacto das ações na comunidade local. Nessa perspectiva, a pesquisa se torna pertinente por contribuir no avanço de trabalhos futuros que busquem desenvolver propostas com a finalidade de aprimorar os processos de intervenção *Bottom-Up*, sendo uma sugestão dentre outras que podem ser exploradas por esta temática.

1.3. PERGUNTA DE PESQUISA

A questão de pesquisa é desenvolvida com base na lacuna sobre os benefícios e ônus das intervenções *Bottom-Up* nos espaços livres públicos sem definição de uso ou ociosos no conjunto habitacional Jardim Maguari, isto é, nunca estruturados formalmente pelo poder público. Portanto, a pergunta de pesquisa elaborada é: **quais as contribuições de intervenções *Bottom-Up* na apropriação e ressignificação de espaços livres públicos ociosos no conjunto habitacional Jardim Maguari, em Belém/PA?**

Para alcance dessa informação, contextualiza-se o estudo de caso para entender a configuração urbana atual em relação ao projeto original, investigam-se os processos de intervenção *Bottom-Up* no conjunto habitacional e analisa-se as relações sociais e interações com o ambiente construído nos espaços intervindos a partir de ações colaborativas.

1.4. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação se estrutura em cinco capítulos: capítulo introdutório, referencial teórico, metodologia, contextualização do estudo de caso, resultados e discussões. Na sequência, são feitas as considerações e apresentação das referências.

O referencial teórico apresenta o estado da arte dos conceitos relacionados ao tema desta pesquisa e os relatos de experiências e de imersão nos processos de intervenção *Bottom-Up* e *Top-Down*. Nessa perspectiva, discute-se sobre participatividade, apropriação e ressignificação de espaços livres.

No terceiro capítulo, apresenta-se os métodos de pesquisa, assim como detalham-se as técnicas e o protocolo adotados para sua aplicação.

O quarto capítulo contextualiza o conjunto habitacional Jardim Maguari a partir da apresentação do processo de produção e ocupação do espaço urbano em uma perspectiva histórica. Com base nisso, apresenta-se as justificativas para a delimitação da pesquisa e os critérios de seleção das áreas de estudo.

No quinto capítulo, apresenta-se os resultados da pesquisa, de forma a apresentar, sistematicamente, a análise sobre o sistema de espaços livres do conjunto habitacional Jardim Maguari, os processos de intervenção urbana e a análise sobre os mapas comportamentais em diálogo com o referencial teórico defendido no segundo capítulo. Portanto, neste capítulo, trabalha-se tanto na mesoescala quanto na microescala, de modo a abordar aspectos gerais sobre o conjunto habitacional como base para o estudo dos espaços intervindos.

Para concluir, nas considerações finais, argumenta-se sobre as contribuições de intervenções urbanas colaborativas para a apropriação e ressignificação de espaços livres públicos ociosos no conjunto habitacional; e a relevância da implementação ou consolidação de políticas públicas concernentes às intervenções *Bottom-Up* como alternativa ao modelo *Top-Down*, com a finalidade de estabelecer maior coesão entre as necessidades reais da população no desenvolvimento e execução de projetos urbanísticos e as legislações urbanísticas vigentes. Nessa seção também se apresentam as limitações e intercorrências que ocorreram no desenvolvimento da pesquisa, além de direcionar novos estudos na expectativa de complementá-la.

Capítulo 2

ABORDAGEM TEÓRICA DE PRÁTICAS URBANAS COLABORATIVAS

As práticas urbanas colaborativas se referem às intervenções urbanas de aspecto participativo conduzidas principalmente por movimentos sociais que reivindicam o direito à cidade por meio de ações táticas que provocam a sociedade civil a discutir o espaço urbano ao mesmo tempo que tece uma crítica à inércia ou ineficiência da esfera pública na gestão urbana.

Em meio a abrangência do tema, esta seção se debruça em aprofundar o conhecimento sobre práticas *Bottom-Up* como avanço ao modelo de planejamento *Top-Down*, cujo processo consiste em metodologias de ação burocráticas, autoritárias, de resposta tardia ao problema e, geralmente, de alto custo (LYDON; GARCIA, 2015). Portanto, estuda-se as práticas *Bottom-Up* como alternativa à intervenção urbana, de forma a contribuir para mitigação de problemáticas a partir do viés participativo como ponto-chave tanto nas tomadas de decisão quanto no processo de intervenção urbana como um todo.

Centra-se as reflexões ao redor de dois eixos de discussão principais: **a participação** da sociedade civil no planejamento urbano das cidades e a **ressignificação e apropriação de espaços livres públicos** como disputa pelo direito à cidade e maior qualidade de vida, visto que a pandemia de coronavírus intensificou processos, necessidades e fragilidades da sociedade civil em relação aos espaços públicos. Ao mesmo tempo, amplia-se a discussão às responsabilidades da esfera pública na regulação do espaço urbano, alcance e entraves para refletir sobre o processo atual de planejamento urbano que acomete as cidades brasileiras.

2.1. A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTRUÇÃO DA CIDADE

A atuação dos atores sociais na produção do espaço urbano é importante para compreender a indispensabilidade de cada um no processo de se pensar a cidade, atribuindo a cada grupo objetivos relacionados à competência de seus membros. Isto posto, conforme Benetti (2020), o Quadro 1 sintetiza a atuação dos atores sociais, de forma a pontuar as contribuições potenciais da sua participação no processo de planejamento urbano.

Quadro 1 – Participação dos atores sociais no processo de planejamento urbano.

ATUAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO URBANO	
ATORES SOCIAIS	ATUAÇÃO
Atuação do Estado	Atua na elaboração de políticas públicas para provisão de recursos orçamentários para projetos; gestão da obra pública após sua implantação, regularizando a oferta de serviços fundamentais para sua manutenção. No entanto, as políticas públicas viabilizam o meio para implantação do projeto, mas não garantem a qualidade do produto final. Ainda assim, a falta de participação de outros grupos nesse processo pode desvalorizar ou mudar o sentido da política pública.
Atuação do Mercado	Atua principalmente a partir da aliança com o Estado na definição de investimentos com capacidade de alimentar a reprodução de empreiteiras, de forma a subsidiar a permanência de grupos políticos no poder.
Atuação da Sociedade civil	Detém o conhecimento sobre as reais necessidades do contexto urbano local em perspectivas diversas, considerando a heterogeneidade de perfis de usuários, portanto, são fundamentais para auxiliar e aprovar o desenho urbano para sua implantação.
Atuação profissional (Técnicos)	Detém o conhecimento técnico necessário para compreender o contexto urbano local a partir de eixos específicos como saneamento e urbanização, no entanto, subordinados às necessidades da sociedade civil e demandas do Estado.

Fonte: elaborado pelo autor com base em Benetti (2020).

A participação em projetos urbanos é uma necessária troca de conhecimento para que se alcance a coesão entre o planejamento urbano e as necessidades reais da população, contribuindo na eficiência e sucesso da proposta. Milani e Vieira (2013) atribuem à participação social os créditos de uma boa gestão urbana, pois orientam

com maior precisão os principais pontos que devem ser considerados no processo de intervenção urbana.

A conexão dos atores que atuam no processo de construção urbana se faz eficiente quando proporciona a abertura aos interesses e necessidades diversos, empoderando efetivamente os usuários do espaço como parte ativa no processo de transformação (ARAÚJO et al., 2019, p. 76).

O termo “participação social” ganha amplitude com discussões provocadas por situações de conflitos e contradições que se desdobraram no decorrer do tempo em diversos eixos. Isto posto, outros termos surgem para complementar o sentido de participação, entre eles a participação popular que pode ser associada à classe mais popular, vulnerável socialmente, mas que ainda assim pode incluir nesse grupo social à classe média (VALLA, 1998). Valla (1998) leva a entender que a “Participação Popular” pode estar associado ao processo *Top-Down* por distinguir a sociedade com base no seu nível de conhecimento técnico e poder aquisitivo, atribuindo a esses grupos autoridade nas tomadas de decisão que influenciam na qualidade de vida da população mais carente.

As contradições que geralmente acompanham o debate sobre inovações democráticas no Brasil estão intimamente relacionadas à manutenção da centralidade do poder do Estado na dinâmica de funcionamento dessas instituições, que implica a dificuldade do poder público (muito em função da forte herança de autoritarismo que marca a formação histórica da política brasileira) em lidar com a pluralidade de interesses e a recusa em fortalecer mecanismos de compartilhamento de poder (SILVA, 1990, p. 18).

Embora o termo “participação popular” possa ser remetido a diversos contextos, ressalta-se que as definições do termo podem ser ambíguas, portanto, conclui-se que a sua definição não é objetiva e nem suficiente para afirmar algo ou definir um grupo social.

O tom vago e difuso em que a proposta de participação popular aparece em textos oficiais, ao lado de sua frágil normatização, tende a torná-la, como consequência, algo centralizado nas mãos dos técnicos e na burocracia governamental (VALLA, 2018, p. 9).

Apesar de existirem políticas públicas que instigam a participação popular no planejamento urbano das cidades, Benetti (2020) explica a complexidade inerente à inclusão de grupos sociais diversos contidos no estado, mercado, sociedade civil e no saber profissional:

Entendemos que o estado não é monolítico, a sociedade civil não tem voz única, o mercado tem atuado recentemente como o Estado e o saber profissional se equilibra nesse campo de tensões procurando definições ancoradas na área disciplinar e nos desejos coletivos. Ou seja, a identificação da variedade de atores, embora necessária, nunca será garantia *per se* de correção e sucesso no projeto urbano (BENETTI, 2020, p. 11).

A Constituição Federal, promulgada em 1988, menciona a participação da população nas tomadas de decisão, no entanto, não especifica de que forma essa participação deve acontecer. Atualmente, identifica-se em parte dos processos de planejamento urbano articulados com base no modelo *Top-Down* a pseudoparticipação da sociedade civil, limitada à consulta ou informação sobre determinado projeto.

A escala desenvolvida por Souza (2004) contribui na revisão de processos de planejamento urbano e, por conseguinte, identificação de possíveis vícios, lacunas ou falhas presentes nessa trajetória que bloqueiam a amplitude que a participação popular pode assumir nesse processo.

A Lei nº 10.257/2001, o Estatuto da Cidade, busca regular o uso da propriedade urbana ao dispor de diretrizes gerais de política urbana, entre as quais se destaca a participação social no planejamento urbano associada à gestão democrática da cidade. Apesar do Estatuto da Cidade fornecer instrumentos para garantir a participação social na discussão e planejamento da cidade.

Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (BRASIL, 2001, *online*).

Diante desse contexto, a escala de avaliação da participação popular elaborada por Souza (2004) permite relacionar diferentes formas de participação aos processos *Top-Down* ou *Bottom-Up* (Quadro 2).

Quadro 2 – Escala de avaliação da participação popular.

ESCALA DE AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO		
CLASSIFICAÇÃO	CATEGORIA	DESCRIÇÃO
Participação autêntica	Autogestão	Nível mais elevado da escala, refere-se às práticas autogestivas, sem a necessária presença do Estado (representado por instâncias específicas o espaço público) e que pressupõe uma sociedade autônoma.
	Delegação de poder	Refere-se às experiências em que o Estado abre mão de atribuições suas em detrimento à sociedade civil.
	Parceria	Nível primário de participação, não sendo meramente consultiva ou cooptativa, ou seja, há a participação relacionada ao compartilhamento de poder de decisão.
Pseudoparticipação	Cooptação	Corresponde à inserção de indivíduos ou grupos em determinado canal de participação deliberativa criado ou na própria administração pública.
	Consulta	Refere-se às experiências nas quais a população é consultada pelo Estado. Contudo, sem que necessariamente exista o compromisso de levar em conta as opiniões dos consultados.
	Informação	Corresponde a disponibilização de informações por parte do Estado para a população, mesmo que de maneira limitada e incompleta sobre determinada intervenção.
Não participação	Manipulação	Refere-se às circunstâncias nas quais a população é levada a aceitar algum tipo de intervenção, através de mecanismos como a propaganda, sem que haja a verdadeira intenção de se estabelecer um diálogo entre a sociedade e o Estado.
	Coerção	Refere-se às experiências em que a democracia deixa de existir como em regimes de exceção.

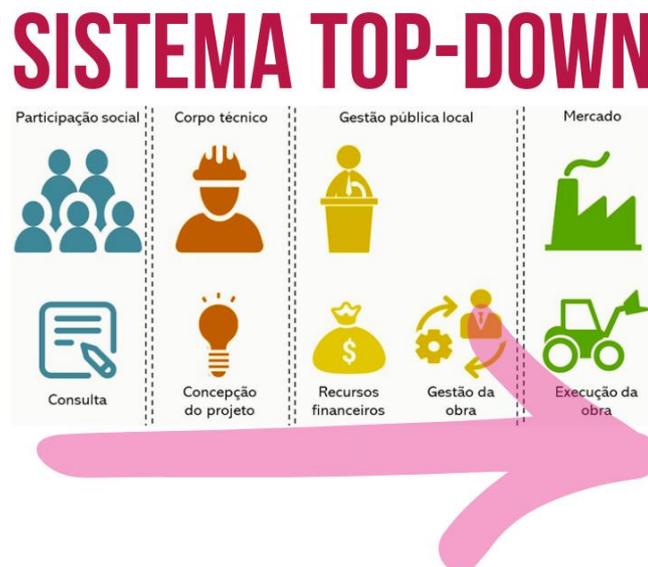
Fonte: elaborado pelo autor com base em Souza (2004) e Magalhães (2008, p. 50 e 51).

2.1.1. Processo *Top-Down*

O processo *Top-Down* de planejamento urbano pode ser definido como um processo burocrático, autoritário e tradicional, que concentra o poder de “voz” das tomadas de decisão no Estado e ao corpo técnico, limitando a participação de outros atores sociais fundamentais nessa construção que, a princípio, deveria ser colaborativa (LYDON; GARCIA, 2015; MACÊDO; ALMEIDA, 2018; BENETTI, 2020).

Percebe-se que este processo carece de debates e discussões que enriquecem o planejamento urbano e contribuem para seu amadurecimento antes da sua implantação. Tal modelo é tido como tradicional por ser replicado historicamente e, ainda assim, apesar dos resultados negativos que se repetem constantemente, poucos foram os avanços para dismantelar ou revisar o processo *Top-Down*, a fim de encontrar uma linha de mediação e diálogo entre os atores sociais que atuam na produção do espaço urbano.

Figura 1 – Processo *Top-Down* de planejamento urbano mais frequente.



Fonte: elaborado pelo autor a partir de Benetti (2020) e Lydon e Garcia (2015).

A Figura 1 ilustra a conjuntura frequente em relação a atuação dos atores sociais associada ao sistema *Top-Down* de planejamento urbano. Nesse caso, a população mantém uma não participação ou pseudoparticipação, enquanto o Estado articula a elaboração de propostas e as implementa a partir de um processo burocrático, além de pouco democrático.

Benetti (2020) discute que apesar da disponibilidade de recursos financeiros provenientes do Estado para subsidiar obras públicas, o Estado, enquanto protagonista no sistema *Top-Down*, parece ainda não entender a importância da participação social nesse processo e sobrepõe interesses particulares e políticos aos interesses coletivos. Alianças entre governanças políticas e empreiteiros, por exemplo, produz uma ilusão de participatividade nos dias atuais, “limitada à aceitação ou não de **propostas elaboradas fora desse lugar**” (BENETTI, 2020, p. 15, grifo nosso).

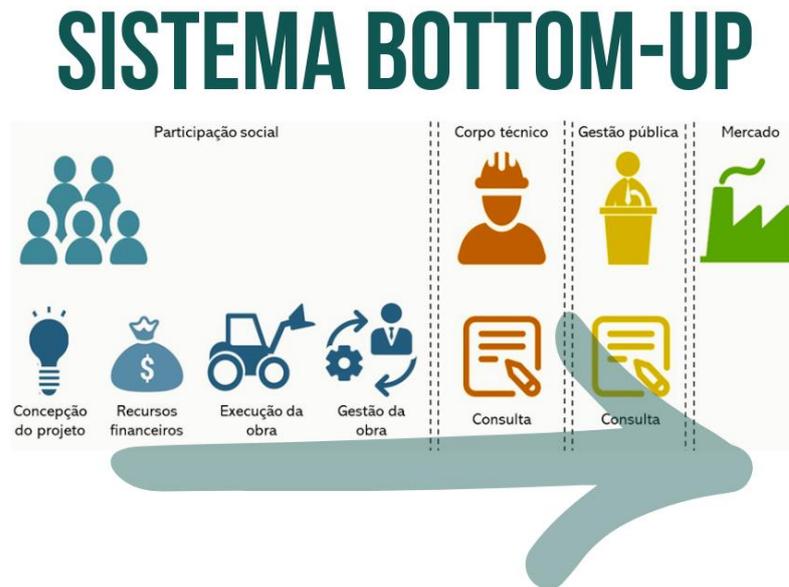
Portanto, pode ser considerada uma fragilidade desse sistema a limitação na participação social que provocam discussões sem profundidade e que não refletem a complexidade do contexto urbano e social local. Em contrapartida a esse sistema, práticas urbanas a partir de processos de urbanismo *Bottom-Up* ganham evidência no cenário contemporâneo devido a sua articulação permitir resultados mais rápidos e responderem aos interesses da população.

2.1.2. Processo *Bottom-Up*

Em contraposição ao processo *Top-Down*, o processo *Bottom-Up* (Figura 2) valoriza o engajamento dos indivíduos no processo de intervenção urbana, sem desconsiderar a importância das instituições do Poder Público no ordenamento das cidades (HAMRA, 2018). Ao mesmo tempo, coloca as instituições do Poder Público como ponto-chave para a estruturação de um modelo eficiente, mas que deve ser flexível e sensível às dinâmicas urbanas e relações sociais na cidade (BENETTI, 2020). Com isso, contribui-se para sistematização ou revisão deste sistema por entendê-lo como viés democrático e inclusivo à reivindicação do direito à cidade no contexto urbano e político atual.

Hamra (2018, p. 50, grifo nosso) explica o sistema *Bottom-Up* como “um sistema no qual o ordenamento parte das **interações coletivas e não de um sistema central**”. Portanto, Hamra (2018) denota que é imprescindível que haja trocas de informações entre os atores sociais de forma substancial, fornecendo variáveis necessárias para respaldar projetos urbanos e políticas públicas que influenciam diretamente na qualidade de vida da população.

Figura 2 – Processo *Bottom-Up* de planejamento urbano mais frequente.



Fonte: elaborado pelo autor a partir de Benetti (2020) e Lydon e Garcia (2015).

Alguns processos do sistema *Bottom-Up* são praticados frequentemente nas cidades, entre eles a acupuntura urbana e o urbanismo tático, este último é tratado por Lydon e Garcia (2015) como alternativa ao método tradicional de planejamento urbano. Em ambos os processos, por exemplo, o aspecto colaborativo e a participação social são notórios, principalmente na sociedade civil. No entanto, entende-se esses processos como efêmeros, de solução rápida ao problema e de produção flexível que, portanto, apesar de fortalecer o senso de comunidade e propor soluções coesas ao contexto urbano local, são intervenções urbanas sem continuidade ou pouco duradouras.

O de baixo para cima tem a garantia de construção de uma sociedade civil forte e participativa, mas carece de recursos necessários para a construção e manutenção futura e, paralelamente, trabalha na microescala, sem criar um novo patamar de regulação e atuação do Estado nesses locais (BENETTI, 2020, p. 15).

Benetti (2020) entende como fragilidade do sistema *Bottom-Up* a interrupção involuntária do processo de intervenção urbana em razão da falta de financiamento e engajamento social para preservação do espaço intervindo ou da continuidade da intervenção. Essa situação, se relacionada a Figura 2, pode ser justificada pela falta de comunicação e cooperação entre os atores sociais que resulta em um produto final

volúvel, distante das necessidades reais dos usuários e, possivelmente, do contexto local. Em suas análises, Hamra (2018) cita a transdisciplinaridade como aspecto presente em exemplos exitosos em urbanismo *Bottom-Up*, responsável pelo que denomina de transformação física e social em razão das relações desenvolvidas entre os próprios usuários e com o ambiente construído.

O conceito de transdisciplinaridade, quando aplicado ao processo de intervenção urbana, pode ser entendido como a construção do conhecimento de forma plural. Isto é, a atuação conjunta dos diversos agentes dentro do seu campo de conhecimento, de forma a abranger, inclusive, a percepção da sociedade civil sobre o contexto em que vive, informações que se somam ao conhecimento técnico de outros grupos sociais.

A partir do monitoramento de coletivos urbanos, entre eles: o Laboratório da Cidade (Belém/PA), Coletivo Mob (Brasília/DF), *La Cuadra Bacana* (Colômbia) e o *Bicisistema* (Colômbia), identificou-se ações colaborativas articuladas de diversas formas, em que a participação popular é protagonista e influencia diretamente na qualidade do produto final.

No entanto, apesar das referências exitosas em urbanismo *Bottom-Up* promovidas por coletivos urbanos, as experiências da equipe técnica da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB/DF) se diferenciam pela metodologia de ação desenvolvida, pois colabora para a autogestão de processos de intervenção urbana. As ações trazem práticas pautadas no aspecto colaborativo que colaboram na compreensão das características e contribuições de processos de intervenção *Bottom-Up*.

Antes da execução das intervenções, a equipe técnica do CODHAB/DF se preocupou com a escolha do local, de forma a conduzir o grupo a pensar sobre critérios para escolha do local, são eles:

- a) Interesse e articulação da comunidade e da administração local;
- b) A área deve estar de acordo com projeto urbanístico, regularizada ou apresenta facilidade de regularização ou inclusão em projeto de regularização;
- c) Existência ou iminência de implantação de infraestrutura;
- d) Possibilidade de paisagismo e/ou arborização urbana;

- e) A área é ou deve possuir conexão com praças, equipamentos públicos e áreas de grande fluxo ou permanência;
- f) Existência de áreas residuais que possam ser recuperados e qualificados enquanto espaço público;
- g) O local deve apresentar qualidade que potencializam a ação, gerando impacto e transformação significativa com baixo custo;
- h) A comunidade deve estar minimamente organizada com potencial para conseguir apoio/patrocínio para custear parte das atividades e melhorias, além de estar disposta a apresentar condições para manutenção e continuidade da ação;
- i) A área deve possuir ações governamentais previstas ou em desenvolvimento.

O processo de intervenção urbana delineado pela equipe do CODHAB/DF consiste no seguinte fluxo (Quadro 3):

Quadro 3 – Processo de intervenção urbana associado ao programa “Ações Urbanas Comunitárias”.

FLUXOGRAMA DAS ETAPAS DO PROGRAMA AÇÕES URBANAS COMUNITÁRIAS		
ORDEM	ETAPA	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
1ª	Identificar os desejos da comunidade	Reuniões e atendimentos à comunidade local
2ª	Localizar áreas em potencial para a ação	Levantamento por meio de mapas e imagens de satélite
3ª	Definir local da ação	Baseia-se nos critérios de seleção dos locais de intervenção
4ª	Desenho preliminar	Imagens de referências e uso de fotocoloragem para estudo da forma
5ª	Reunião com a comunidade	Reunião com todos os envolvidos no processo para deliberações finais sobre a proposta inicial
6ª	Projeto final e planejamento de mutirões	Elaboração de um cronograma de ação para os mutirões
7ª	Mutirões	-
8ª	Pós-Ocupação	Visitas periódicas, entrevistas, observação, levantamento fotográfico.

Fonte: Araújo et al. (2019).

O projeto intitulado “Ações Urbanas Comunitárias” trouxe ao CODHAB/DF resultados positivos que fundamentaram a importância da participação ativa da sociedade civil (participação autêntica) no processo de intervenção urbana, pois fortaleceu a conexão com o local e estimulou novos padrões de comportamento em alguns casos, que permitiram dar continuidade às ações e manter o trabalho realizado. No entanto, entende-se que essas ações aconteceram a partir da colaboração entre os atores sociais, o que permitiu potencializar o resultado final.

Conforme esclarece Benetti (2020), comentar sobre projeto urbano significa considerar a atuação do estado (mais especificamente do Estado local), a atuação do mercado, a atuação de grupos sociais e a atuação profissional sobre a cidade. Cada ator social exerce função necessária no processo de planejamento urbano e contribuem, quando articulados, para a produção de um espaço urbano próximo às necessidades da população.

2.2. A DISPUTA POR SENTIDO E FUNÇÃO

A luta por sentido e função do espaço livre público ocioso reflete nos desejos e interesses da população em relação à cidade. A luta travada contra o desdém de gestões públicas locais no eixo da infraestrutura urbana é travada principalmente por grupos sociais diretamente afetados com os efeitos negativos do abandono dos espaços livres públicos da cidade: assaltos, sensação de insegurança, perda de função social que, diante destes problemas, formam alianças com o objetivo de disputar o sentido e a função do espaço por meio de processos de urbanismo *Bottom-Up* como alternativa ao sistema *Top-Down*. Tal disputa almeja a resignificação e apropriação de espaços livres públicos em potencial para atender às principais demandas locais.

2.2.1. A cidade moderna e a dinâmica urbana contemporânea

As influências sofridas pelas correntes urbanísticas no Brasil, a partir do século XX, são distintas em seus princípios, porém, verifica-se a predominância da vertente progressista (MONTE MÓR, 2006).

As correntes urbanísticas surgem na Europa, fundamentadas na ideia de que a industrialização, do final do século XVIII e início do século XIX, gerou uma desordem urbana e social, com precária qualidade dos ambientes, justificando a necessidade de uma nova ordenação espacial. A corrente progressista é uma delas, relaciona-se à racionalidade, progresso e modernidade, por meio de planos estéticos e de higiene que provocaram segregação territorial (GONÇALVES, 2011).

Uma cidade industrial tem como princípios diretores a análise e a separação das funções urbanas, a exaltação dos espaços verdes que desempenham o papel de elementos isoladores, a utilização sistemática dos materiais novos, em particular o concreto armado. (CHOAY, 1979, p.163).

Os temas em torno dos quais se organiza a cidade corbusieriana – classificação das funções urbanas, multiplicação dos espaços verdes, criação de protótipos funcionais, racionalização do habitat coletivo – pertencem ao acervo comum dos arquitetos progressistas da mesma geração (CHOAY, 1979, p. 183).

Esses modelos urbanísticos repercutem mais tarde nos países periféricos ao buscarem soluções aos seus problemas urbanos, ocasionados pelo desenvolvimento industrial tardio, nas práticas e ideias executadas anteriormente pelos países desenvolvidos (GONÇALVES, 2011). Através de adaptações e recombinações, a corrente progressista se consolidou nesses locais e deu o sentido de modernidade que marcou o Brasil em seu processo de urbanização (MONTE MÓR, 2006). Segundo Gonçalves (2011), a busca pela racionalidade prosseguiu no decorrer dos anos e resultou no surgimento de ideais modernistas que passaram a dominar o planejamento urbano.

Nas Américas, o modelo de cidade modernista influenciou a expansão urbana de cidades e a criação de novos bairros. No Brasil, segundo Santos (1988) foi notória

uma separação entre o urbanismo racionalista e o culturalista, sendo o culturalista uma marca do setor privado, na construção de bairros elitizados (em geral nomeados de "jardins"), e posteriormente se manteriam nos condomínios fechados.

Em geral, a corrente progressista propõe um modelo de cidade, que se contrapõe à organização espacial urbana produzida antes da revolução industrial, em que a cidade é ordenada de acordo com suas funções urbanas; planejada em razão de problemas preexistentes, em especial relacionados à saúde pública, como por exemplo a insalubridade do ambiente urbano em soma à densidade urbana ascendente, portanto, exalta-se espaços livres e verdes como elementos isoladores e necessários à qualidade do ambiente urbano; caracteriza-se também por um traçado rígido que transmite ordem, materializado, na maioria das vezes, por um desenho ortogonal (CHOAY, 1979).

Neste sentido, a produção estimulada pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) representou a reprodução do modelo racionalista de Brasília para as classes de renda mais baixa, mas com projetos que se caracterizam pela economia nos custos que levaram a estandardização de conjuntos habitacionais de baixa qualidade urbanística e arquitetônica.

No Brasil, o quadro político instalado na década de 1980, provocado pela Constituição de 1988, atrela-se às modificações espaciais e sociais devido às novas realidades políticas, econômicas e ideológicas da cidade contemporânea. Houve mudanças significativas nos padrões de localização adotados pelas atividades econômicas e também a desconcentração urbana (GONÇALVES, 2011). Baseado nisso, geraram-se novos loteamentos e conjuntos habitacionais norteados pelos princípios progressistas de urbanização. Os espaços livres ganham destaque e são distribuídos nesses espaços.

A ideologia modernista inseriu-se no cotidiano das cidades brasileiras, não apenas através da atuação de arquitetos modernistas no setor privado e em todos os níveis de governo, mas também através das ideologias explícitas dos agentes institucionais, tais como o Banco Nacional da Habitação, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e as Companhias de Habitação, e dos instrumentos reguladores do desenvolvimento urbano, tais como planos diretores, projetos-cura, leis de uso e ocupação do solo, códigos

de obras, etc. O sucesso do modelo está particularmente ancorado no fato de prestar-se facilmente aos interesses da maximização dos lucros, seja pela sua "simplicidade" maior ou pelas excessivas densidades e verticalizações suscitadas pelas "torres em meio ao verde", particularmente quando o modelo é bastardizado pela especulação imobiliária e banalizado por regulamentações urbanísticas simplistas (DEL RIO; GALLO, 2000, *online*).

O urbanismo moderno teve resultados menos animadores do que a arquitetura moderna. As problemáticas insurgentes do modelo de planejamento urbano, que por um lado atendiam as demandas da gestão pública, anos depois não seriam compatíveis com a dinâmica urbana contemporânea (DEL RIO; GALLO, 2000). O zoneamento urbano, as cidades satélites e a disposição de inúmeras áreas vegetadas são princípios do urbanismo moderno presentes no cotidiano e que influenciaram no crescimento urbano das cidades brasileiras.

Entretanto, a perda de qualidade espacial urbana em projetos influenciados pelo movimento moderno está associada não somente ao planejamento urbano, mas também à gestão pública que não implementa políticas públicas para garantir o uso efetivo do espaço, principalmente em áreas periféricas, onde o urbanismo moderno pôde atuar com mais domínio em razão da disponibilidade de terra.

A cidade contemporânea impõe novos desafios aos usuários principalmente em relação à mobilidade urbana que historicamente privilegiou o automóvel como modal de transporte. Rogers (2001) defende o ideal de cidade compacta, ou seja, o fortalecimento da comunidade local a partir da garantia de atividades públicas e diversas, oferta de espaços públicos para atender a demanda local e propiciar maior identidade com o ambiente construído e interação entre as pessoas e, assim, impulsionar a criação de vínculos entre vizinhanças e despertar o senso de pertencimento ao local.

O conceito de cidade compacta retrata os desejos da sociedade atual, isto é, traz consigo a ideia de revisar o zoneamento urbano, criando zonas urbanas de uso misto para maior comodidade dos seus usuários, diminuindo distâncias e gerando mais vida ao espaço urbano.

Em relação aos espaços livres, percebe-se que em áreas ociosas situadas na região periférica das cidades, geralmente com pouca ou nenhuma estrutura urbana

que possibilita a apropriação desses espaços, há ações de iniciativa popular que agem sobre esse local para torná-lo atrativo à população como resposta às consequências do modelo planejamento urbano adotado para aquele lugar como será visto mais adiante. Percebe-se que há uma cobrança constante por parte da população em cima da manutenção dos espaços livres nas cidades manifestada pela iniciativa popular em promover intervenções urbanas por meio de processos menos burocráticos.

Os princípios do urbanismo moderno, aplicados na concepção de conjuntos habitacionais na região de expansão de Belém, desenha um espaço para veículos, de modo a reduzir o protagonismo do pedestre nesse cenário. Ainda assim, outros aspectos se dissolvem no tempo como a monofuncionalidade e a setorização das funções da cidade em função das novas dinâmicas e necessidades da sociedade contemporânea.

2.2.2. Ativação de espaços livres públicos

Os espaços livres são, pela definição de Miranda Magnoli (1982), os “livres de edificação”, definição abrangente, que considera todos os espaços descobertos, independente da sua jurisdição, localização ou vegetação presente. Assim, observam-se tanto espaços públicos quanto privados, verdes ou impermeabilizados, urbanos ou rurais.

Essa conceituação é relevante para a análise das práticas sociais, já que perpassa diferentes escalas, abrangendo tanto a esfera ambiental, como os espaços de preservação e unidades de conservação, quanto os espaços livres do sistema viário, como ruas e calçadas, e também as tipologias de espaços públicos como parques, praças e espaços privados não edificadas como jardins, hortas, pátios etc. Nesse sentido, os espaços livres são multiescalares e parte de um sistema complexo, podendo possibilitar e intensificar as práticas sociais, com potencial transformador (QUEIROGA; BENFATTI, 2007).

A temática dos espaços livres é estudada e conceituada, no contexto brasileiro, principalmente pelos pesquisadores da rede de pesquisa QUAPÁ-SEL (MACEDO et al, 2018), que analisa relações entre espaços livres, cotidiano e forma urbana pela leitura da paisagem. Malamut (2014) fala sobre a importância de se planejar esses espaços livres, já que é nesses espaços que a vida acontece.

A leitura dos espaços livres abre maior universo para compreender o resultado formal da interação de um grupo social sobre um meio biofísico, o cotidiano de um grupo social em um tempo/espaço/território específico.

Custódio et al. (2011) afirma que o sistema de espaços livres e a configuração espacial de uma cidade, sejam eles planejados ou não, possuem em sua configuração espacial os espaços edificados e os espaços livres de edificações. Os espaços livres de edificações exercem uma função de identidade e ressaltam características físicas ou atuam como limites de áreas urbanizadas. Para Pizzol (2005, p. 21), “eles têm um papel social, frequentemente negligenciado, em benefício único de sua função higiênica ou meros bolsões de espaço”.

Queiroga (2012) afirma que o suporte aos espaços livres, relacionado às demandas cotidianas da sociedade, depende da gestão política, disponibilidade de recursos e relaciona-se com padrões culturais existentes. Segundo o autor, a ausência de proposições de integração e qualificação dos espaços livres urbanos para seus cidadãos revelam a frágil estrutura de planejamento e gestão de cidades brasileiras. Diante desse cenário, a apropriação dos espaços é recorrente pela população, que os utilizam como local de atividades de recreação, lazer e sociabilidade.

Santos e Vogel (1985) relatam que é possível notar o tratamento injusto dado à maioria da população, pois investimentos públicos concentram-se em áreas ricas negligenciando as áreas mais pobres. Dessa maneira, a população por não ter alternativa, cria mecanismos de defesa e superação, revertendo o significado dos espaços que lhes são destinados. Mendonça (2007) aponta que as apropriações urbanas implicam na criação de ambientes que promovem a utilização de infraestruturas e a possível continuação da construção para futuras gerações desses locais.

À luz disso, outra situação recorrente nas cidades é referente à má distribuição de espaços livres públicos ou a falta desses, visto que historicamente as áreas mais privilegiadas nesse sentido correspondem às áreas mais centrais da cidade, penalizando a região periférica.

A má distribuição e/ou falta de espaços livres públicos para lazer e recreação nas diversas cidades é recorrente, sendo frequente a existência de extensas áreas de tecidos urbanos sem a cobertura de qualquer equipamento, sendo usual a criação pela própria população de espaços livres informais como campos de futebol para suas atividades de lazer (MACEDO et al., 2018).

Na língua portuguesa, o sentido de apropriar vai ao encontro de “adaptar”, “tomar para si”, “tomar como propriedade”. Na perspectiva da cidade, este termo ganha mais amplitude e pode ser entendido, conforme Mendonça (2007, *online*), “como fator propício à ampliação da compreensão dos desejos e das necessidades da população e respectivo vínculo ao ambiente urbano”. Santos e Vogel (1985 apud Mendonça 2007, *online*) “atribuem às apropriações dos espaços públicos a função de mecanismos de defesa e superação da população aos modelos urbanísticos impostos pelos planejadores”. Portanto, a apropriação busca agregar sentido ao espaço, muitas vezes ressignificando um espaço livre ocioso ou degradado.

A ressignificação de um espaço público pode ser compreendida como uma transformação da forma do ambiente urbano a ser interpretada pela percepção e cognição dos cidadãos, unindo representações espaciais a conceitos e valores não espaciais. Lynch (2007) explica que a relação do espaço urbano com os cidadãos depende da forma urbana e características e experiências pessoais únicas de cada cidadão (ARAÚJO et al., 2021, p. 142).

O conceito de resiliência urbana é comumente utilizado para a capacidade de gerar soluções de resposta a desastres naturais, tecnológicos ou de origem humana, ainda assim ganha outra perspectiva se aplicado às comunidades e às questões urbanas numa perspectiva sistêmica e holística (FREITAS, 2012). A resiliência ganha um valor instrumental na abordagem das questões urbanas e de inovação social, onde, por desordens de ordem pública ou de perda de vitalidade, essas condições

necessitam de soluções para a reabilitação dos lugares de vivência das populações, e também, urgência de respostas às manifestações de crises. Estas conformam uma dupla pressão que exige transformação de reversão de modelos e paradigmas.

Pizzol (2005, p. 55) denota que “a duração de um determinado espaço livre urbano está diretamente vinculada à possibilidade da apropriação que este espaço permite ao usuário”. Portanto, reflete-se sobre a cidade herdada no século XX a partir das experiências com o urbanismo moderno, isto é, mais especificamente sobre o aspecto qualitativo dos espaços livres planejados que, por falta de políticas públicas ou de iniciativa do Poder Público, frequentemente não garantem o suporte necessário para o usuário se apropriar do espaço.

O projeto urbano não existe sem políticas públicas (BENETTI, 2020). Macedo et al. (2018) reforça que apesar da falta de políticas públicas específicas, situação que gera um contexto urbano desafiador às cidades brasileiras, é possível notar um avanço no aspecto qualitativo concernente ao sistema de espaços livres. No Quadro 4, o autor ainda pontua algumas dessas contribuições provenientes de instituições públicas e privadas.

Macedo et al. (2018, p. 26) indica alguns conflitos decorrentes da falta de políticas públicas que podem ser observadas nas cidades brasileiras comumente:

- a) Projetos de reduzida qualidade paisagística e urbanística e o despreparo das equipes técnicas na criação, execução e manutenção intensificam a precariedade do sistema de espaços livres;
- b) Existem ainda nas cidades problemas de saneamento e posturas anacrônicas como a canalização dos rios e córregos;
- c) A permissividade por parte do poder público para com as ocupações ilegais em áreas de risco e de fragilidade ambiental;
- d) A frequente ocupação pelo Estado de áreas destinadas aos sistemas de espaços livres com construções para diversos fins.

Quadro 4 – Contribuições ao sistema de espaços livres: instituições públicas e privadas.

CONTRIBUIÇÕES AO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES		
PODER PÚBLICO		INSTITUIÇÕES PRIVADAS
INICIATIVAS	RESULTADOS	
<p>a) Observância em planos diretores de princípios ambientalistas que influenciam a geração de espaços livres de portes diversos, associados à conservação de recursos naturais;</p> <p>b) Instituição de Áreas de Preservação Ambiental urbanas (APAs). A partir do final do século XX as normas de geração de APAs em áreas rurais são estendidas para o meio urbano, induzindo a programas de recuperação do entorno de corpos de água com a remoção de ocupações irregulares em diversos pontos e a recuperação da vegetação ciliar;</p> <p>c) Aumento das ações que envolvem a conservação de recursos ambientais.</p>	<p>a) Crescimento do número, a partir da década de 1990, de áreas de preservação permanentes (APPs) e das unidades de conservação com as mais diferentes formas e portes;</p> <p>b) Valorização nos códigos urbanísticos de diversas cidades do papel do espaço livre no âmbito privado, com o consequente aumento de prescrições para concretizar sua existência.</p> <p>c) Criação e manutenção da integridade de áreas de conservação e lazer, de modo a proteger a rede hídrica.</p> <p>d) Investimentos públicos de portes para a recuperação de áreas reservadas para a construção de parques e proteção ambiental.</p> <p>e) Inúmeros projetos e programas de arborização, que, entretanto, não colaboram de um modo efetivo com a constituição espacial e ambiental de espaços como parques e praças.</p> <p>f) Produção crescente de novos parques, orlas e parques lineares atrativos ao turismo, recebendo tratamento paisagístico além da implantação de ciclovias e equipamentos destinados à prática de ginástica e esportes.</p> <p>g) Consolidação da praça esportiva como padrão de projeto e investimento atendendo a novas demandas e uso e apropriação.</p>	<p>a) Incremento constante da produção de espaços livres privados decorrentes dos empreendimentos imobiliários destinados às diversas camadas sociais.</p> <p>b) Aumento significativo do plantio de árvores tanto em áreas públicas quanto privadas em consequência do cumprimento da legislação voltada à compensação ambiental para mitigação de ações de incorporação privada.</p>

Fonte: Macedo et al. (2018, p. 26).

Capítulo 3

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia de pesquisa se baseia em revisão teórico-conceitual sobre processos de intervenção *Bottom-Up* e na análise do espaço urbano, de forma a contextualizar as intervenções urbanas colaborativas insurgentes do planejamento urbano e das formas de apropriação de espaços livres públicos do conjunto habitacional Jardim Maguari. A pesquisa é conduzida pelos seguintes métodos de pesquisa: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas, observação direta, mapeamento comportamental, análise cartográfica, espacialização por geotecnologias, análise do discurso e mapeamento afetivo.

Quadro 5 – Relação entre os objetivos e os métodos de pesquisa.

RELAÇÃO ENTRE OS OBJETIVOS ESPECÍFICOS E OS MÉTODOS DE PESQUISA			
Objetivos específicos	Compreender o processo de produção do espaço urbano e o desenho do conjunto habitacional Jardim Maguari.	Investigar como se estruturaram e ocorreram os processos de intervenção urbana em espaços livres públicos ociosos no conjunto habitacional Jardim Maguari sistematicamente.	Compreender as formas de apropriação do ambiente construído empregados no processo de intervenção <i>Bottom-Up</i> feito pela comunidade em comparação com uma intervenção <i>Top-Down</i> no mesmo conjunto habitacional.
Medidas	a) Investigar produções científicas sobre o assunto, assim como bases de dados para produção de mapas temáticos e gráficos analíticos.	a) Catalogar ações colaborativas realizadas com base em processos de urbanismo <i>Bottom-Up</i> . b) Aplicar análise multicritérios para seleção das áreas de estudo.	a) Observar sistematicamente as relações entre os usuários e o ambiente construído.
Métodos para coleta de dados	Pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.	Entrevistas semiestruturadas e observação direta.	Mapeamento comportamental e entrevistas semiestruturadas.

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 6 – Materiais e métodos de pesquisa.

MÉTODOS E MATERIAIS DE PESQUISA	
MÉTODOS DE PESQUISA	MATERIAIS
Pesquisa bibliográfica	Computador com acesso à internet.
Pesquisa documental	Escalímetro.
Entrevista semiestruturada	Gravador de voz, caso aplicada presencialmente; ou celular para vídeo chamadas ou chamadas de voz, caso aplicada de forma remota. Utilizou-se também bloco de notas e caneta.
Observação direta	Celular com câmera de alta resolução.
Mapeamento comportamental	Celular com câmera de alta resolução, planta baixa do objeto analítico, papel vegetal, caneta, computador com acesso à internet e <i>software</i> Qgis instalado.

Fonte: elaborado pelo autor.

O Quadro 5 resume a relação entre os métodos de pesquisa, os objetivos e as medidas delineadas para o alcance dos resultados. Enquanto o Quadro 6 relaciona os métodos de pesquisa aos materiais utilizados.

A análise do espaço urbano ocorreu na mesoescala do conjunto habitacional, em função de sua extensão territorial e de especificidades na dinâmica urbana; e na microescala, pela qual se estuda os espaços livres públicos intervindos pela comunidade local. Destaca-se que, ainda antes dessas análises, ocorreram visitas exploratórias periódicas ao conjunto habitacional Jardim Maguari para aproximação ao estudo de caso com a finalidade de definir o recorte temático.

3.1. MÉTODOS DE PESQUISA

Os métodos de pesquisa destacados na sequência são direcionados à coleta de dados, no entanto, em cada seção são apresentados métodos que auxiliaram na análise dos dados coletados.

3.1.1. Pesquisa bibliográfica

O arcabouço teórico que fundamenta esta pesquisa vai ao encontro de trabalhos que discutem principalmente os processos de intervenção *Top-Down* e *Bottom-Up*, explorando temáticas como intervenções urbanas colaborativas e espaços livres. Nesse sentido, a revisão bibliográfica traz obras para contextualizar o objeto da pesquisa, de modo a trazer pontos de conexão com a realidade urbana onde o conjunto habitacional Jardim Maguari está localizado.

A pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (GIL, 1994 *apud* LIMA; MIOTO, 2007, p. 40).

O protocolo de busca adotado segue os parâmetros de Lima e Miotto (2007): temático, linguístico, cronológico e as principais fontes. À Luz disso, é feita a seleção de trabalhos no formato de tese, dissertação e artigo científico encontrados tanto na plataforma de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) quanto no Portal de Periódicos da CAPES e no site da *Scielo*. A priori, foram selecionados trabalhos dos últimos 5 anos, exceto em ocasiões em que o conteúdo se mostrava pertinente à pesquisa; escritos na língua portuguesa ou inglesa. Para maior filtro dentre dos resultados obtidos, foram aplicados na busca palavras-chave utilizadas para o direcionamento da pesquisa, são elas: planejamento urbano, *Top-Down*, *Bottom-Up*, Intervenção urbana, Intervenção colaborativa, conjunto habitacional e participatividade; e definição da área de conhecimento, isto é, arquitetura, urbanismo e paisagismo.

É importante colocar que também foram utilizados livros físicos que conversam sobre a temática, de forma a fazer uso dos mesmos critérios listados acima.

A análise dos textos buscados seria feita por leitura, sendo esta a técnica mais adequada conforme Lima e Miotto (2007), isto porque é por meio da leitura que se pode “identificar as informações e os dados contidos no material selecionado, bem como verificar as relações existentes entre eles de modo a analisar a sua consistência”

(LIMA; MIOTO, 2007, p. 41). Portanto, foi realizada uma leitura rápida para selecionar o material com base na temática da pesquisa e outra para filtrar os dados pertinentes à pesquisa contidos no material pré-selecionado, essas duas formas de leitura são denominadas de leitura de reconhecimento de material bibliográfica e leitura seletiva (SALVADOR, 1986).

3.1.2. Pesquisa documental

A pesquisa documental é realizada nesta pesquisa no intuito de investigar características do espaço urbano do conjunto habitacional Jardim Maguari na no período da sua implantação diante da ausência de material científico tangente ao assunto. Dessa forma, explora-se fontes primárias como a planta de urbanização e os perfis urbanos do conjunto habitacional para compreender a forma urbana e sua estrutura em determinado recorte temporal. Dessa forma, é possível realizar uma comparação com a forma urbana atual e entender o crescimento urbano e seus desdobramentos. Pádua (1997, p. 62) descreve o método da seguinte forma:

Pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências [...].

A análise documental consistiu na interpretação e extração de informações contidas nos desenhos técnicos do conjunto habitacional. Devido o mapa estar em escala, foi possível obter informações quantitativas a partir da medição do desenho com auxílio de um escalímetro. Desse modo, os dados foram traduzidos para estatísticas descritivas que podem ser apresentadas em gráficos e tabelas.

Gil (2000) afirma que a pesquisa documental é considerada fonte estável de dados e produtiva, pois proporciona ao pesquisador uma leitura aprofundada das fontes. O estudo sobre a documentação técnica contribuiu para compreender o

sistema de espaços livres do conjunto habitacional, mas também as modificações, subtrações e proporções da forma.

3.1.3. Entrevistas semiestruturadas

O método de entrevista é um instrumento para coleta de dados por meio de fontes primárias, de forma a explorar narrativas questionadas a partir de variados procedimentos possíveis com o propósito de investigar ou verificar fenômenos relacionados à pesquisa (TURATO, 2003; SILVEIRA, 2002). Para esta pesquisa, trabalha-se com entrevistas semiestruturadas, as quais seguem um roteiro pré-determinado. A elaboração de um roteiro para entrevistas, conforme Manzini (1990/1991), permite ao entrevistado expandir o debate, de forma a não o limitar a escolha de alternativas, portanto, quando aplicada a esta pesquisa, contribuiu para compreender as condicionantes e justificativas relacionadas às questões levantadas.

As entrevistas são aplicadas para compreender três questões: **o processo de intervenção urbana colaborativa, a percepção dos usuários sobre o espaço livre público intervindo e a atuação dos atores sociais na gestão urbana dos espaços livres públicos do conjunto habitacional Jardim Maguari**. A primeira é justificada porque não existe registro ou publicações sobre as áreas de estudo, para tal, propõe-se o resgate da memória viva para reconstituir as etapas do processo e a cronologia dos fatos a partir das narrativas dos próprios interventores.

Em síntese, as entrevistas são aplicadas com representantes de cada intervenção colaborativa realizada em espaços livres públicos do conjunto habitacional Jardim Maguari. Essa etapa possui como critério de inclusão de participação do interventor em todas as etapas do processo ou domínio sobre a intervenção, enquanto o critério de exclusão elimina voluntários menores de 18 anos, pois não está contemplado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE³).

³ Excluiu-se voluntários menores de 18 anos para coleta de dados, pois na primeira aproximação com os usuários dos espaços, estes não se mostraram confortáveis em assinar o TCLE, de forma a autorizar o uso de imagem e das informações verbais.

As entrevistas são aplicadas também com usuários selecionados com base nos seguintes critérios de inclusão: ter constância no uso do espaço e vivenciado o lugar antes e após a intervenção para que seja possível compreender a percepção dos voluntários sobre o ambiente construído em comparação ao antes da intervenção. Por fim, direciona-se o foco à gestão pública, ao corpo técnico e à sociedade, por onde busca-se expandir a discussão a partir da colaboração de representantes desses grupos que já acompanharam ou envolveram-se em algum processo de intervenção urbana colaborativa.

As entrevistas foram aplicadas com 20 pessoas, mas nem todas as entrevistas puderam ser registradas devido a não autorização dos entrevistados ou por terem sido desenvolvidas informalmente após a gravação do áudio por iniciativa do entrevistado. Sendo assim, foram autorizadas apenas 11 entrevistas, no entanto, as outras 9 não autorizadas estão relacionadas à percepção do usuário sobre o ambiente construído.

Para isso, elaborou-se um roteiro de entrevistas⁴ (Quadro 7) para direcionar as discussões ao encontro dos resultados esperados.

O protocolo adotado para aplicação das entrevistas considerou dois meios possíveis: de forma remota e presencial. Diante do contexto sanitário decorrente da pandemia de coronavírus (Sars-CoV-2) no início da pesquisa de campo, as primeiras entrevistas foram aplicadas remotamente, por meio de plataformas de videoconferência (Zoom e Google Meet) ou realizadas por chamadas de áudio - sendo possível gravar apenas as entrevistas por videoconferência, devido às limitações dos recursos por chamada de áudio. Posteriormente, foi viável realizar visitas técnicas com mais frequência nas áreas de estudo e, portanto, aplicar entrevistas de forma presencial, considerando as recomendações sanitárias para prevenção ao coronavírus - distanciamento social, utilização de máscaras de proteção facial e limitação no número de voluntários de pesquisa⁵.

⁴ Diante das perguntas elaboradas, optou-se por não aplicar teste piloto nas entrevistas, pois já houve uma primeira aproximação com os moradores na catalogação das intervenções urbanas. Portanto, a vivência prévia dos espaços contribuiu na formulação das perguntas.

⁵ Ao se tratar das entrevistas direcionadas aos grupos de trabalho envolvidos em intervenções urbanas colaborativas na área de estudo, limita-se a coleta de dados a um ou dois líderes da ação promovida. Caso houvesse a necessidade da coleta de mais informações, seriam realizadas entrevistas com outras pessoas. Em relação a percepção dos usuários, aborda-se um público-alvo reduzido por estudo de caso, entrevistados em intervalos de tempo diferentes para evitar o contato próximo com dois ou mais voluntários, visto que alguns ainda resistem à utilização de máscaras de proteção facial.

Quadro 7 – Roteiro de entrevista.

ROTEIRO DE ENTREVISTAS		
VOLUNTÁRIO	PERGUNTAS/QUESTIONAMENTOS	OBJETIVO
Interventor (1 entrevistado para cada intervenção)	Explicar sobre o processo de intervenção urbana colaborativa quanto a sua concepção, produção, gerenciamento e uso.	Compreender o processo de intervenção urbana - Trabalha-se com questionamentos objetivos que conduzem o entrevistado a comentar sobre o assunto e situações decorrentes do processo.
	De que forma a comunidade se articula para manter o ambiente construído conservado ou para intervir em outros espaços livres com potencial de ocupação?	
	Quais as principais dificuldades percebidas no processo em questão?	
Usuário diretos ⁶ (5 entrevistados para cada intervenção)	Qual a percepção sobre o ambiente construído antes e após a intervenção urbana e em que ela contribuiu?	Percepção sobre o ambiente construído - Busca-se estimular o senso crítico dos voluntários de pesquisa em relação à intervenção, de forma a gerar dados que possam contribuir na identificação das contribuições de tais processos no conjunto habitacional.
	Os resultados da intervenção atenderam as demandas da comunidade? Se não, quais pontos requerem atenção?	
Gestão pública/ Corpo técnico ⁷ (1 entrevistado)	Como os órgãos públicos reagem às intervenções urbanas colaborativas sem assessoramento técnico no espaço urbano de Belém?	Compreender a atuação dos atores sociais em relação à gestão do espaço público - busca-se entender se há ou não interação entre os grupos para colaborar no planejamento de espaços livres públicos no conjunto habitacional Jardim Maguari e o processo orgânico, assumido pela sociedade a partir do urbanismo <i>Bottom-Up</i> , em comparação com o processo burocrático vigente na gestão pública para investimento e apoio à projetos semelhantes ao estudados nesta pesquisa.
	Qual o processo para tramitação de uma solicitação de intervenção urbana em espaços livres públicos de Belém?	
	Quando há indeferimento da solicitação, qual a principal justificativa?	
	Quais os projetos e planejamento urbano propostos para os espaços livres de Belém para mitigação dos problemas urbanos que impulsionam as intervenções espontâneas?	
	De que forma se poderia apoiar, participar ou fomentar as práticas urbanas contemporâneas com base nas políticas públicas em vigor?	
Sociedade (usuários diretos e indiretos) - (5 entrevistados para cada intervenção)	Como os moradores ou usuários se articulam para manter o espaço conservado?	
	Existem metas ou objetivos para aprimorar os recursos do espaço de lazer?	

Fonte: elaborado pelo autor.

⁶ Considera-se usuários diretos as pessoas que interagem com o ambiente construído, enquanto os usuários indiretos são aqueles que se oportunizam dos benefícios ou malefícios que o ambiente pode gerar ou utilizam como passagem.

⁷ No estudo em questão, a atuação se torna conjunta, sendo o técnico também um representante da gestão pública, portanto, as questões levantadas para ambos os grupos se somam.

Com base nisso, a análise do conteúdo é feita a partir da frequência de palavras e organizadas ilustrativamente por uma nuvem de palavras. Portanto, a apresentação deste conteúdo segue as orientações de Rivadeneira et al. (2007), sendo assim, utiliza-se tamanhos e fontes de letras diferentes de acordo com a frequência das ocorrências das palavras. A análise por temáticas é feita a partir da seleção de parágrafos das falas dos voluntários que se relacionam a determinado assunto, por exemplo: processo de intervenção, segurança pública, manutenção, etc.

Por fim, para alcançar o objetivo específico que versa sobre a reconstituição do processo de intervenção urbana, o conteúdo das entrevistas concernentes a este recorte é organizado cronologicamente para compreender a sucessão das etapas, o protocolo utilizado e o resultado após a execução.

Outro recurso utilizado é a produção de mapas afetivo, cujo objetivo é traduzir as informações coletadas a partir da aplicação de entrevistas para uma linguagem lúdica, que facilite a leitura do conteúdo as apreensões dos usuários sobre o espaço físico antes da intervenção, de forma a utilizar o material produzido como base para indicar os pontos negativos e positivos observados em cada área de estudo pós-intervenção. As informações são traduzidas em pictogramas e espacializadas sobre uma perspectiva do espaço físico.

3.1.4. Observação direta

Por meio da observação direta iniciaram-se os estudos sobre o conjunto habitacional Jardim Maguari. A observação do espaço urbano se tornou a ferramenta mais utilizada para coletar dados e se aproximar da vivência social de determinado contexto urbano. Nessa perspectiva, utiliza-se como referência os autores Jan Gehl e Svarre em razão das suas aplicações do método para estudo da cidade e, conseqüentemente, das pessoas. Para Pontes (2021), os autores citados objetivam “evidenciar uma perspectiva mais social nos processos investigativos e descrever comportamentos humanos na base da observação sistemática – como as pessoas

ocupam (ou não) os espaços? Quais os trajetos predominantes? Como interagem?” (PONTES, 2021, p. 39).

Experienciar a vida na cidade é também um entretenimento estimulante e divertido. As cenas mudam a cada minuto. Há muito o que se ver: comportamentos, rostos, cores e sentimentos. E essas experiências estão relacionadas a um dos mais importantes temas da vida humana: as pessoas (GEHL, 2013, p. 23).

A observação direta contribuiu na catalogação de intervenções urbanas colaborativas em bairros dispostos na avenida Augusto Montenegro, em Belém/PA. Essa etapa foi importante para definição do recorte temático e territorial, tendo em vista a diversidade de intervenções existentes na cidade, as quais se diferenciam principalmente por escala e função. Mas também se estende ao mapeamento comportamental, detalhado em outro tópico desta seção.

Com base em Gehl e Svarre (2013), para complementar o método de observação direta se apropriou das técnicas de caminhar e fotografar. Portanto, as observações aconteciam em diferentes horários do dia, nos turnos da manhã, tarde e noite para tanto permitir a compreensão sobre as vivências no espaço urbano em diferentes períodos quanto para colaborar para a definição dos horários apropriados para os mapeamentos comportamentais. Isto inclui perceber o melhor local e modo de observação, mas também a percepção sobre a periculosidade das áreas de estudo, de forma a auxiliar na prevenção a assaltos ou furto dos materiais utilizados na pesquisa e sobre condições climáticas, de modo a evitar períodos de chuva ou de insolação direta, onde identificou vitalidade urbana baixa, além de ser condições urbanas nocivas à saúde.

Entre as técnicas utilizadas para observação do espaço urbano, as caminhadas e fotografias foram realizadas tanto em ruas coletoras de diversos bairros quanto em ruas locais, onde se identificou com mais facilidade formas de apropriação de espaços livres públicos por meio de ações colaborativas. Outras intervenções foram localizadas a partir da sua divulgação em grupos de bairro nas redes sociais, onde coletivos urbanos ou grupos sociais apresentaram à comunidade as ações realizadas e seus resultados.

As técnicas foram utilizadas para vivência, compreensão e registro do cenário para análise posterior. Essa fase perdurou três meses em razão do número de baixos impactados.

3.1.5. Mapeamento comportamental

Com base no estudo publicado por Ornstein, Bruna e Romero (1995) e por Ornstein (2004), apropria-se do mapeamento comportamental como método de avaliação pós-ocupação (APO) para avaliar o desempenho do ambiente construído. Dentre as modalidades de mapeamento comportamental apresentadas por Sommer e Sommer (1986), para a presente pesquisa visando compreender as formas de apropriação de espaços livres públicos intervindos no conjunto habitacional Jardim Maguari, centrou-se a análise no lugar, visto que Sommer e Sommer (2002) indicam ser a mais apropriada para estudos sobre um espaço físico específico e suas formas de uso. Portanto, a análise centrada no lugar objetiva analisar as interações dos usuários com o ambiente construído.

O mapeamento se mostra uma importante ferramenta para o exercício projetual do arquiteto, permitindo a identificação de setores mais e menos ocupados de um local, o tipo de uso existente e suas diferenças em função de gênero e dos turnos, a quantidade de usuários em vários instantes de tempo (ELALI, 2006, p. 164).

O mapeamento comportamental foi aplicado para estudo de espaços físicos intervindos no conjunto habitacional que, em razão da sua composição, propiciam a permanência do usuário e as mais diversas relações sociais no ambiente construído. Portanto, a utilização do método busca investigar as formas de apropriação desses espaços a partir da observação comportamental.

O mapeamento comportamental centrado no lugar (MCCL) faz uso de uma representação gráfica do local estudado, dividido em setores. A observação compreende, então, cenas congeladas, como se fossem fotografias, com intervalos fixos de registro dos comportamentos e a posição das pessoas em

cada setor (em sua versão mais simplificada). Os autores também sugerem que essa modalidade de observação seria mais indicada para o estudo de um espaço físico específico, por exemplo, o uso que se faz dele (KLEIN et al, 2018, p. 597).

A observação das áreas de estudo contribui para o registro das relações sociais e interações com o ambiente construído. Utiliza-se como referência o protocolo estruturado por Pippi et al. (2015) com adaptações que buscam dar ênfase ao foco da análise - centrada no lugar. Portanto, as variáveis utilizadas são: tipos de usuário (gênero e faixa etária), tipos de atores sociais (células sociais), padrão de uso/tipo de atividade e tipo de atividades complementares.

O estudo sobre o espaço procedeu sem interações com os usuários, a partir de um ponto fixo com campo de visão de 180°, suficiente para o observador monitorar todas as atividades que aconteciam nos dias e períodos da visita. O período de observação consiste em visitas *in loco* em um dia útil (quarta-feira) e no final de semana (sábado e domingo). Os horários de observação buscam atender todos os turnos, mas equilibrando os períodos de maior e menor fluxo de usuários, visto que no período de insolação direta (10:00h às 15:30h), como comentado, o espaço se torna ocioso, sendo propício à roubos e furtos. Portanto, os períodos de observação são pela manhã (de 08:00h às 12:00h) e pela tarde/noite (16:00h - 20:00h). As datas de observação foram as seguintes: 15/03/2023 (quarta-feira) e 17/03/2023 (sábado) e 18/03/2023 (domingo).

Em razão do clima tropical úmido, considerou-se na definição dos horários das coletas de dados intervalos de tempo onde a probabilidade de precipitações é menor, pois as chuvas colaboram para uma condição desfavorável à apropriação do espaço pelos usuários.

As atividades observadas e interações com o ambiente construído foram registradas *in loco* por anotações em planta baixa impressa de cada espaço físico observado. Também se classificaram as atividades (exemplo: sentar e brincar (SB), interações sociais e a especificidade de cada grupo social por símbolos (gênero) e cores (faixa etária). As informações coletadas foram espacializadas e registradas no *software AutoCad*, posteriormente os dados foram analisados a partir da produção de mapas temáticos e gráficos.

Capítulo 4

CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O ESTUDO DE CASO: O CONJUNTO HABITACIONAL JARDIM MAGUARI

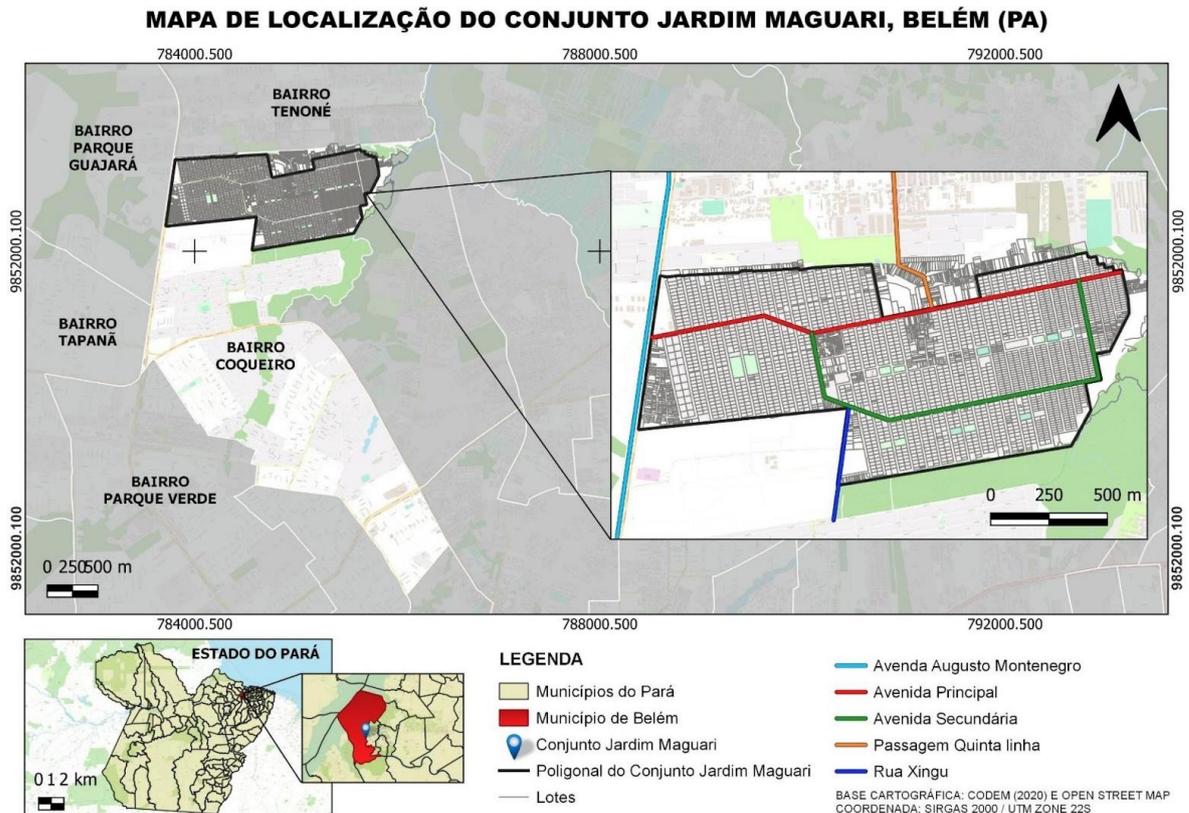
Entende-se que o contexto é indissociável da intervenção urbana em razão da sensibilidade do seu conteúdo em relação às demandas reais da população ou de um determinado local (BENETTI, 2020). Portanto, trabalha-se neste capítulo o conceito de “contexto” defendido por Jean Nouvel, apresentado na obra de Benetti (2020), o qual amplia a percepção comum sobre o termo, geralmente associada ao meio físico e a paisagem visual. O conceito defendido pelo autor aprecia a contemporaneidade (BENETTI, 2020).

Estar no contexto é estar no seu tempo [...], é reconhecer a sociedade atual, suas formas de organização, a globalização, o poder dos capitais urbanos, as discussões teóricas presentes, as eventuais inflexões no pensamento arquitetônico, o lado geográfico e humano, mas também as **formas de atuação do Estado, da sociedade civil, as pautas e desafios atuais**. O contexto ganha uma dimensão que transcende o visível e o material para entrar no campo das dinâmicas sociais (BENETTI, 2020, p. 51 e 52, grifo nosso).

Nesse sentido, este capítulo contextualiza o conjunto habitacional Jardim Maguari (Figura 3) em razão de ser o estudo de caso trabalhado nesta pesquisa. A escolha do conjunto habitacional se deve a análise realizada a partir das 28 intervenções urbanas catalogadas em bairros dispostos na avenida Augusto Montenegro, são elas: 02 intervenções no bairro Agulha, 01 no bairro Benguí, 02 no bairro Castanheira, 09 no bairro Coqueiro, 02 no bairro Mangueirão, 06 no bairro

Marambaia, 01 no bairro Parque Guajará, 01 no bairro Parque Verde, 02 no bairro Ponta Grossa, 01 no bairro Tapanã e 01 no bairro Tenoné.

Figura 3 – Mapa de localização do conjunto habitacional Jardim Maguari, em Belém (PA).



Fonte: elaborado pelo autor a partir da base de dados da CODEM e da *Open Street Map*.

O estudo de caso, localizado no bairro Coqueiro, é delimitado pelas suas fronteiras a Norte com o bairro Tenoné, a Sul com o conjunto habitacional Satélite, a Leste pelo Furo do Maguari (curso d'água) e a Oeste pela avenida Augusto Montenegro, principal acesso ao conjunto habitacional.

4.1. DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

À luz disso, as justificativas para a seleção do conjunto habitacional como estudo de caso foram:

- a) Motivação pessoal, pois refere-se à continuação da pesquisa desenvolvida no trabalho final de graduação (TFG) do autor. Portanto, a pesquisa aprofunda os

estudos sobre os espaços livres públicos do conjunto habitacional Jardim Maguari, principalmente na microescala, onde são analisados espaços intervindos por meio de processos *Top-Down* e *Bottom-Up*;

- b) Expressivo número de ações colaborativas em comparação aos outros conjuntos habitacionais e áreas formadas por ocupação irregular. Além disso, a identificação de grupos sociais que atuam na promoção de intervenções urbanas colaborativas tanto no bairro Coqueiro quanto no bairro Tenoné contribuiu para a predileção ao conjunto habitacional;
- c) Está situado na periferia de Belém, região caracterizada pela exiguidade de equipamentos públicos e deficiência na estrutura urbana, o que torna pertinente estudar as formas de apropriação dos espaços intervindos por meio de ações colaborativas. Isto porque o contexto urbano provoca a articulação da comunidade local para práticas de intervenção *Bottom-Up*.

4.1.1. Critérios de seleção das áreas de estudo

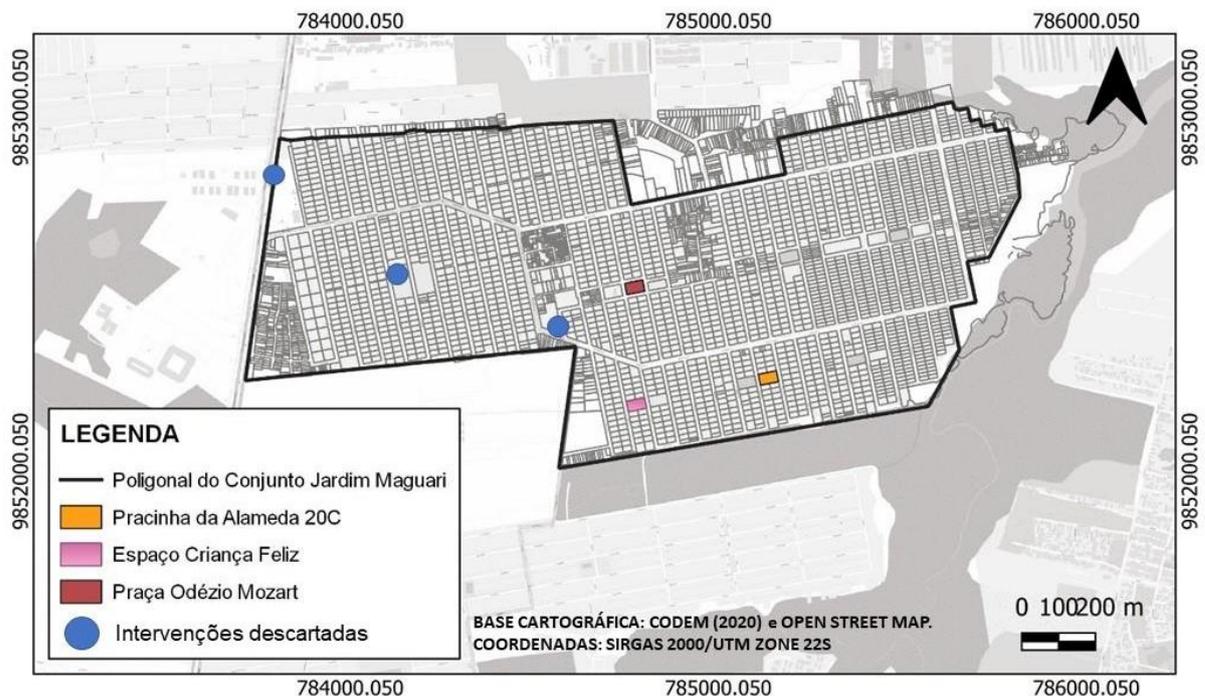
Em vista da diversidade de intervenções urbanas encontradas durante as observações no conjunto habitacional, são utilizados os seguintes critérios para seleção das áreas de estudo (Figura 4):

- a) Espaços livres públicos intervindos a partir de processos de intervenção urbana *Bottom-Up* e *Top-Down* no conjunto habitacional Jardim Maguari como estratégia para analisar as interações dos usuários com o ambiente construído em espaços públicos produzidos por diferentes processos;
- b) Espaços intervindos no conjunto habitacional Jardim Maguari com o objetivo de proporcionar áreas de lazer e convívio para população local, visto a deficiência na oferta e distribuição de equipamento públicos de lazer na região onde o conjunto habitacional Jardim Maguari está inserido;
- c) Logradouros públicos de fácil acesso e que transmitam sensação de segurança para que sejam utilizados os recursos necessários para aplicação dos métodos de pesquisa;

- d) Intervenções executadas desde a gestão pública municipal anterior à atual (a partir de 2012), pois dessa forma se torna viável identificar/localizar agentes públicos ou empresas terceirizadas que estiveram diretamente envolvidos nos processos de intervenção urbana para coleta de dados.

Figura 4 – Mapa de localização das áreas de estudo no conjunto habitacional Jardim Maguari.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO NO CONJUNTO JARDIM MAGUARI, BELÉM (PA)



Fonte: elaborado pelo autor a partir da base de dados da CODEM e da *Open Street Map*.

Diante disso, entre as 06 intervenções urbanas catalogadas no conjunto habitacional Jardim Maguari, enquadram-se nos critérios para seleção das áreas de estudo três espaços: o Espaço Criança Feliz, localizado entre as Alamedas 14C e 15C; a Pracinha da Alameda 20C e a praça Odézio Mozart, localizada entre as Alamedas 15B e 16B (Figura 5). Este último, associado ao processo de intervenção *Top-Down*, é analisado como contraponto aos processos *Bottom-Up*. Reitera-se que as intervenções para concepção do Espaço Criança Feliz e da pracinha da Alameda 20C são produtos de ações colaborativas de iniciativa da sociedade, enquanto a intervenção para requalificação da praça Odézio Mozart foi gestada pela esfera pública municipal.

Figura 5 – Áreas de estudo no conjunto habitacional Jardim Maguari.



ESPAÇO CRIANÇA FELIZ

PRACINHA DA ALAMEDA 20C

PRAÇA ODÉZIO MOZART

Fonte: acervo do autor (2022).

Figura 6 – Áreas descartadas para pesquisa.



PRACINHA ENTRE AS
ALAMEDA 5B E 6B

PASSEIO PÚBLICO - AV.
AUGUSTO MONTENEGRO

PASSEIO PÚBLICO -
AVENIDA SECUNDÁRIA

Fonte: acervo do autor (2022).

Entre as três intervenções descartadas no conjunto habitacional (Figura 6), duas são apropriações de passeios públicos que antes acumulavam resíduos sólidos de forma inadequada, gerando espaços insalubres. Nesses dois casos, ocorreram intervenções *Bottom-Up* com a finalidade de proporcionar espaço de contemplação aos transeuntes. No terceiro espaço, ocorreu processo de intervenção semelhante

aos analisados nesta pesquisa, no entanto, é localizado entre alamedas de acesso restrito por moradores, o que inviabilizaria a coleta de dados no local.

4.2. PLANEJAMENTO E OCUPAÇÃO

O conjunto habitacional Jardim Maguari possui área de 1.417.052 m², conforme a CODEM (2020), e população estimada em 14.373 habitantes, conforme os dados coletados por setores censitários correspondentes ao censo promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) de 2010.

O planejamento, o crescimento e as formas de ocupação do espaço urbano do conjunto habitacional Jardim Maguari no decorrer do tempo foram fatores que contribuíram na formação da paisagem urbana e influenciaram na relação usuário/ambiente construído (ARAÚJO; LEÃO; LIMA, 2023).

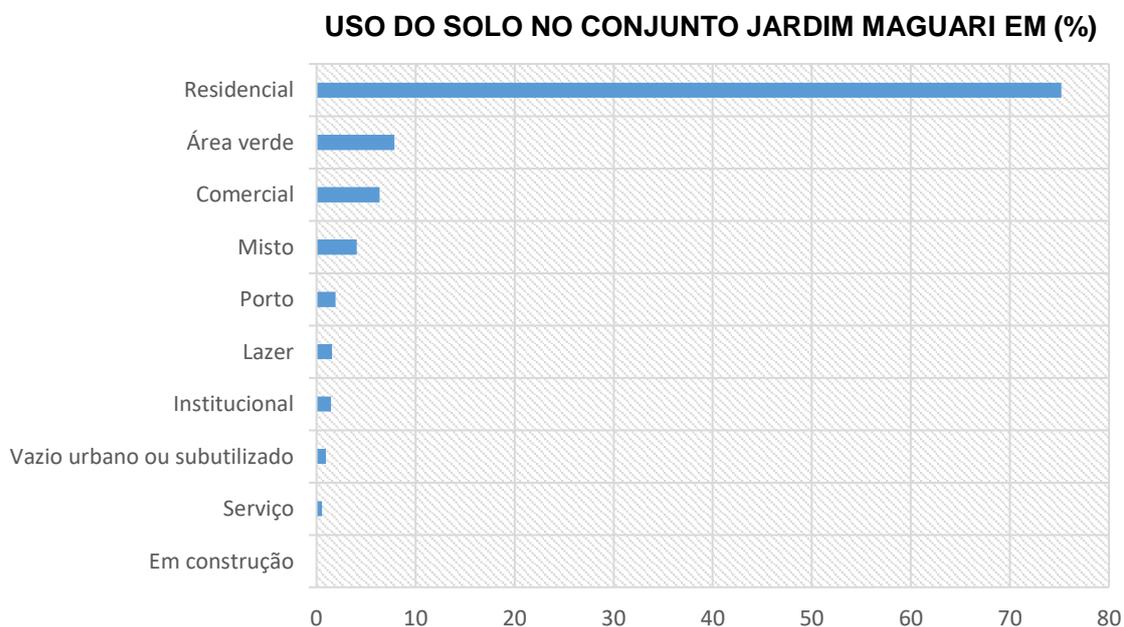
O conjunto habitacional Jardim Maguari consiste em um projeto de incorporação imobiliária encaminhado pela construtora ENEL Engenharia S/A na década de 1970 e comercializado em parceria com Associações de Empréstimo e Poupança (APEs): Socilar Crédito Imobiliário e Vivenda Poupança e Empréstimos (ARAÚJO; LEÃO; LIMA, 2023).

Desse modo, tornou-se um dos primeiros conjuntos habitacionais implantados na avenida Augusto Montenegro após 1960, cujo desenho urbano remete ao contexto histórico vivenciado no Brasil nesse período, o movimento moderno. Portanto, assim como ocorreu em outras cidades brasileiras, acredita-se que o desenho urbano do conjunto habitacional Jardim Maguari tenha sido influenciado pela urbanística moderna em razão das suas especificidades referentes à forma e à função, principalmente. De fato, a produção estimulada pelo BNH representou a reprodução do modelo racionalista de Brasília para as classes de renda mais baixa, mas com projetos que se caracterizam pela economia nos custos que levaram a standardização de conjuntos habitacionais de baixa qualidade urbanística e arquitetônica.

A definição da gleba para implantação do conjunto habitacional, distante cerca de 13 km do centro da cidade de Belém, é justificada pela disponibilidade de grandes porções de terra no eixo da Rodovia BL-17 (atual avenida Augusto Montenegro) na década de 1970, pela previsão de investimentos em obras públicas para reestruturação da própria avenida e pela conexão com o Rio Maguari, de vazão para a Baía do Guajará (ARAÚJO; LEÃO; LIMA, 2023).

O projeto habitacional do conjunto habitacional Jardim Maguari consistiu na construção de 1.700 unidades habitacionais distribuídas da seguinte forma: 1.100 unidades a gozo da Socilar Crédito Imobiliário e 600 unidades a gozo da Vivenda Poupança e Empréstimos. As habitações seguem um padrão e são categorizadas em 5 tipologias: 1) habitações de três quartos em lotes de 30x30 metros; 2) habitações de três quartos em lotes de 15x25 metros; 3) habitações de dois quartos em lotes de 10x25 metros; 4) habitações de três quartos em lotes de 10x25 metros; 5) habitações geminadas (ARAÚJO; LEÃO; LIMA, 2023).

Gráfico 1 – Percentual de uso e ocupação do solo no conjunto habitacional Jardim Maguari.



Fonte: elaborado pelo autor com base em ARAÚJO (2020).

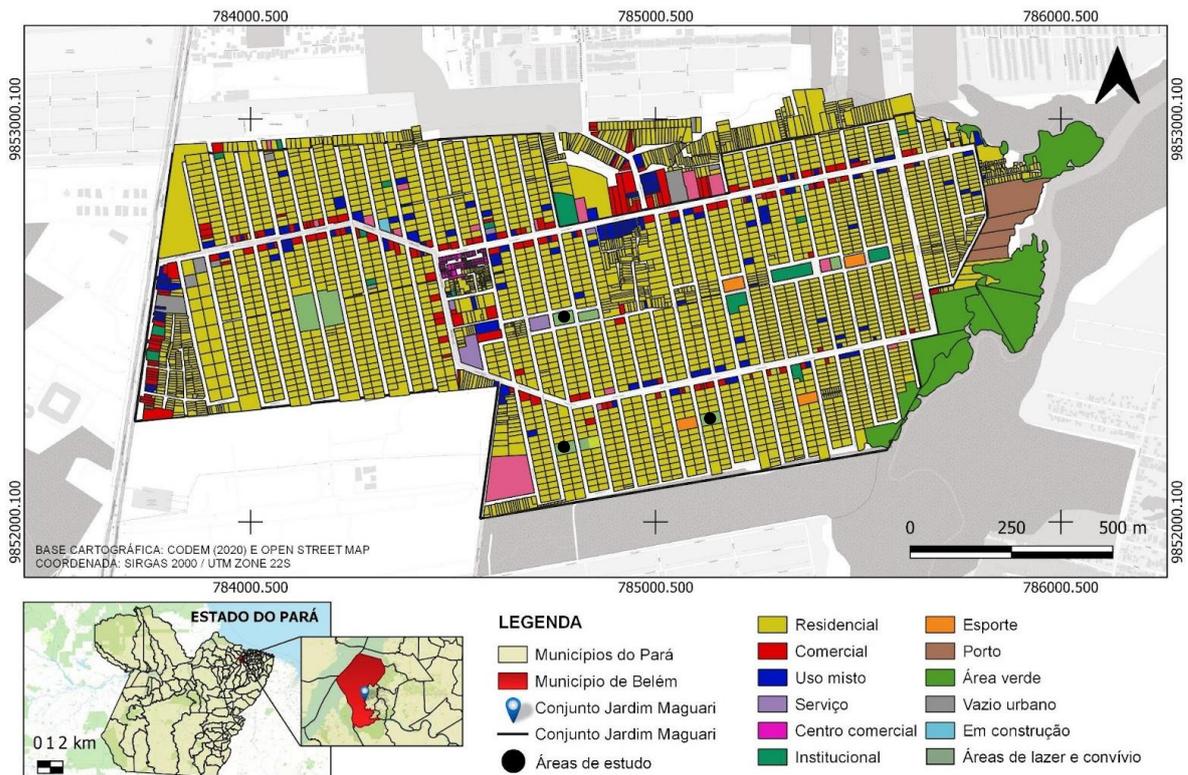
Atualmente, a partir da análise de imagens de satélite em comparação a base de dados da CODEM, existem 3.310 lotes, equivalente a um crescimento de 194% em relação ao que foi idealizado no projeto urbanístico. Em consideração quantitativo atual de lotes, denota-se que a predominância de uso é o residencial (75,20%),

seguido da porcentagem de área verde (7,88%) e de uso comercial (6,36%). Outros usos são (Gráfico 1):

O mapa de uso e ocupação do solo (Figura 7) ainda considera a implantação de praças, igrejas, unidade de saúde, escola e creche, com lotes de dimensões proporcionais a cada função.

Figura 7 – Mapa de uso e ocupação do solo do conjunto habitacional Jardim Maguari.

MAPA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO CONJUNTO JARDIM MAGUARI, BELÉM (PA)



Fonte: elaborado pelo autor a partir da base de dados da CODEM e da *Open Street Map*.

No entanto, atualmente, há divergências enquanto a área que cada equipamento ocupa tanto em razão das sucessivas ocupações irregulares que aconteceram no decorrer do tempo, mas também devido a negligência da esfera pública na gestão urbana dos espaços livres públicos do conjunto habitacional e, possivelmente, por causa da especulação imobiliária, transferindo a função de alguns lotes. Alguns exemplos são (Quadro 8):

Quadro 8 – Comparativo entre áreas de equipamentos públicos previstos no projeto urbanístico (1970) e o existente em 2022.

ÁREAS DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS EM 1970 E 2022			
EQUIPAMENTO PÚBLICO	ÁREA PREVISTA NO PROJETO URBANÍSTICO (1970)	ÁREA CORRESPONDENTE EM 2022	SÍNTESE
Unidade de saúde	15.212,66 m ²	1.633,05 m ²	Perda de 89,27% de área.
Praças	22.886,62 m ²	2.318,03 m ²	Perda de 89,88% de área.
Centro comercial	28.838,10 m ²	12.333,18 m ²	Perda de 57,23% de área.
Playground	71.063,11 m ²	6.248 m ²	Perda de 91,21% de área.
Igreja (paróquia)	9.850,30 m ²	10.827 m ²	Ganho de 9,91% de área.

Fonte: elaborado pelo autor a partir do acervo da Socilar Crédito Imobiliário e da base de dados da CODEM.

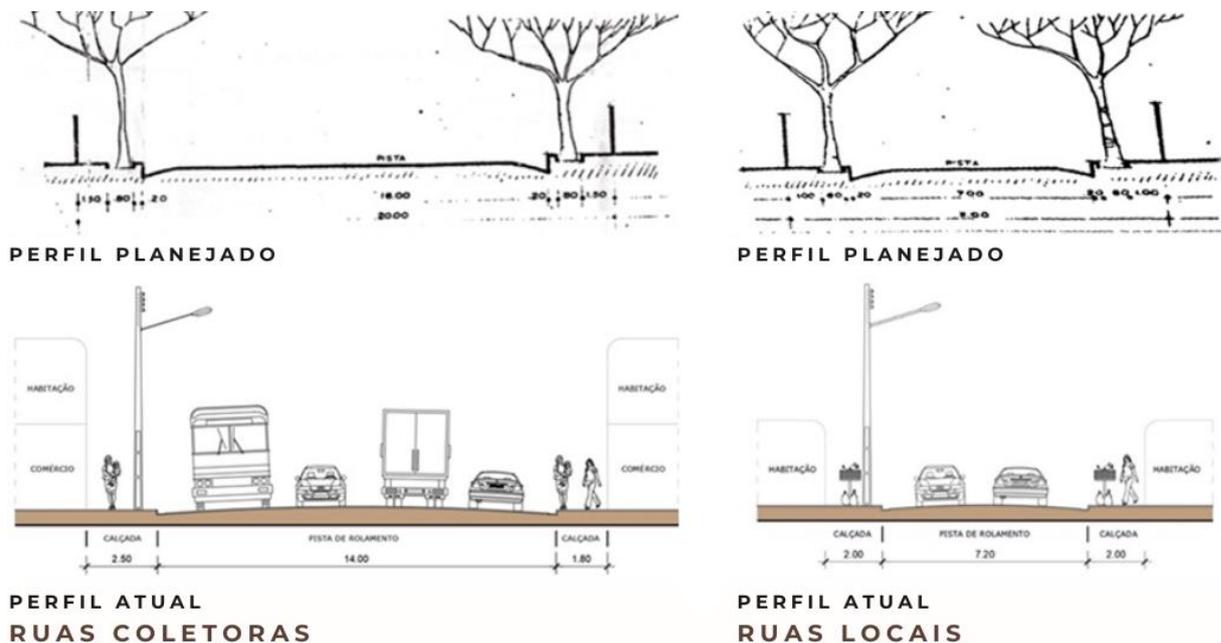
O desenho urbano do conjunto habitacional Jardim Maguari é caracterizado pelo traçado ortogonal, destinado ao uso primariamente residencial e comercial, com equipamentos institucionais e disponibilidade de espaços verdes que deveriam conferir ao local uma atmosfera verde, onde deveriam ser implantados espaços livres públicos de lazer e convívio. Isto é, apesar da expressividade de áreas verdes constatada em projeto, a forma urbana atual consiste em poucos espaços livres públicos de lazer e convívio em razão das sucessivas ocupações irregulares ao longo dos anos (ARAÚJO; LEÃO; LIMA, 2023). Araújo et al. (2022) ainda associa tais características com princípios do urbanismo moderno e afirma que:

Observa-se que parte dos conjuntos habitacionais implantados em Belém, a partir da década de 1960, assumem tal padrão de urbanização que tem como base diretrizes urbanísticas preconizadas pelo urbanismo moderno, dentre as quais estão: a separação das funções urbanas, exaltação de áreas verdes e a priorização do automóvel nos perfis viários (ARAÚJO et al., 2022, p. 256).

O conjunto habitacional Jardim Maguari é fruto dessa produção habitacional que simbolicamente traduzia o espírito do modelo de cidade de Brasília, mas que, inserido no contexto dos conjuntos habitacionais produzidos no período do BNH, reflete os princípios modernistas europeus de forma distorcida.

Os perfis viários (Figura 8) são outra evidência de que a concepção do conjunto habitacional foi influenciada pelo urbanismo moderno, isto porque a estrutura viária é planejada para o automóvel, reduzindo faixas de circulação direcionadas a outros usuários como pedestres e ciclistas. Além disso, não foram executados conforme o projeto, desconsiderando a arborização urbana, de modo a tornar o ambiente urbano não convidativo em razão do desconforto térmico. Com os anos, a saturação nos fluxos de usuários associada a outras questões na urbanística local provocou conflitos que fomentaram problemas urbanos agravados gradualmente (ARAÚJO; LEÃO; LIMA, 2023).

Figura 8 – Perfis viários do conjunto habitacional Jardim Maguari: o planejado e o existente.

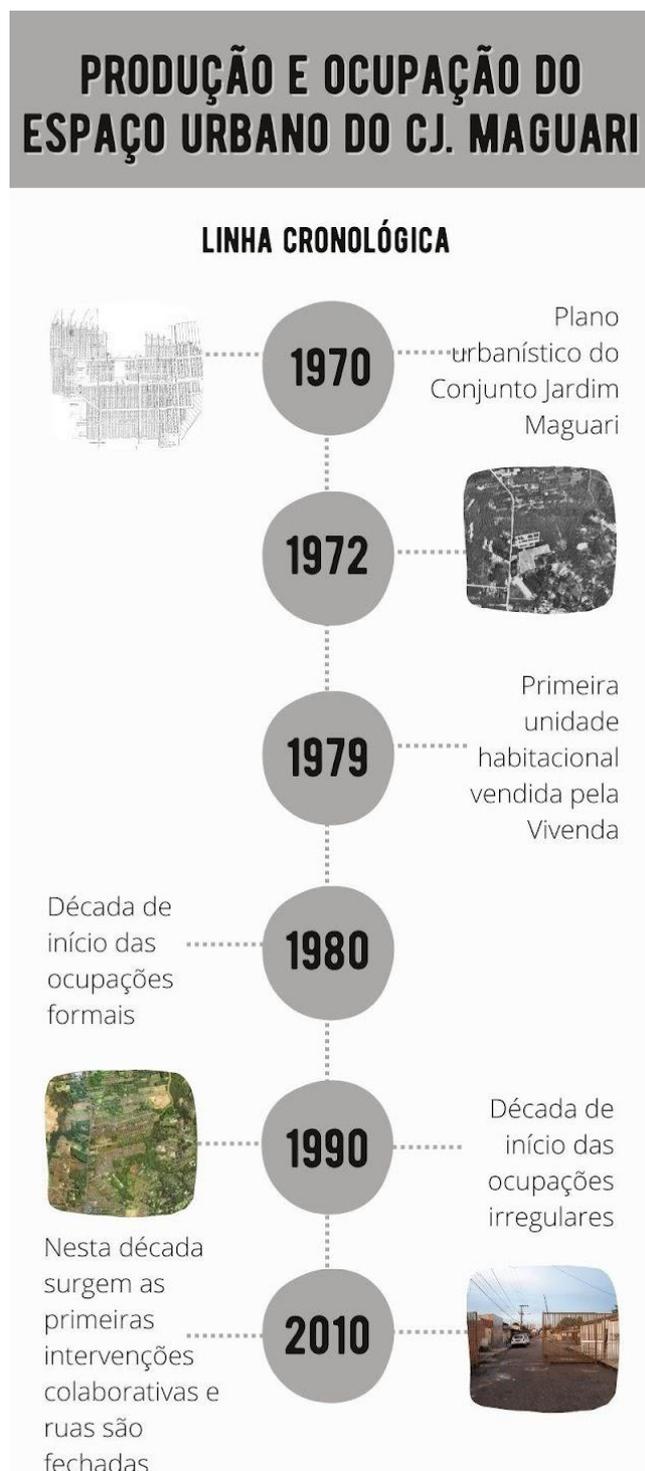


Fonte: Araújo et al. (2022).

Araújo, Leão e Lima (2023) afirmam que a ocupação sistemática do conjunto habitacional é outra questão que contribuiu para a consolidação da forma urbana atual, pois provocou transformações significativas na paisagem urbana local em decorrência da supressão de espaços livres públicos e desmembramentos de lotes. Esse processo promoveu o adensamento urbano, visto que os espaços livres públicos

para lazer e convívio foram reduzidos. Após o início da ocupação formal, identifica-se ocupações informais graduais que podem ser contextualizadas na cronologia abaixo (Figura 9):

Figura 9 – Linha cronológica referente à produção e ocupação do espaço urbano do conjunto habitacional Jardim Maguari.



Fonte: elaborado pelo autor.

Na Vivenda Empréstimos e Poupança, registrou-se a primeira venda imobiliária em 1979, a partir disso, rapidamente as outras unidades habitacionais foram comercializadas. A infraestrutura urbana local proporcionada pela implantação do conjunto habitacional também influenciou na ocupação de áreas adjacentes, principalmente em áreas ambientalmente sensíveis (Figura 10), propiciando o surgimento de novas tipologias habitacionais como palafitas.

Figura 10 – Uso atual de espaço livre público suprimido: vila residencial situada entre as alamedas 17B e 20B.



Fonte: acervo do autor (2021).

Além disso, espaços livres públicos foram ocupados em diferentes momentos, diminuindo o potencial do conjunto habitacional na oferta de lazer. Outra forma de ocupação irregular foi a posse de unidades habitacionais que ainda não haviam sido comercializadas, situação que ainda tramita na justiça na busca de renegociação entre ambas as partes envolvidas ou reintegração de posse (ARAÚJO; LEÃO; LIMA, 2023).

A concepção do sistema viário do conjunto habitacional e a tipologia das quadras são outros fatores que influenciaram no uso e ocupação do solo. A malha viária é composta por duas vias coletoras, avenida Principal e avenida Secundária (Figura 11), que conduzem todos os fluxos à avenida Augusto Montenegro (via

arterial), mas também se conectam à rua Xingú e à passagem Quinta Linha, de modo a formar um sistema viário integrado ao entorno, facilitando o fluxo de pessoas. Por outra perspectiva, formaram-se quadras retangulares que mantêm um ambiente favorável à função residencial ao mesmo tempo que se integra às vias coletoras (de maior fluxo), de forma a favorecer o surgimento de atividades comerciais. Diante disso, é possível afirmar que o planejamento urbano induziu a formação do desenho urbano atual.

Figura 11 – Ruas coletoras do conjunto habitacional Jardim Maguari: Av. Principal e Av. Secundária.



AVENIDA PRINCIPAL
CONJUNTO JARDIM MAGUARI



AVENIDA SECUNDÁRIA
CONJUNTO JARDIM MAGUARI

Fonte: acervo do autor (2022).

Nessas vias principais é onde os fluxos de usuários são mais intensos devido os usos predominantes (comercial e serviço) e são, conseqüentemente, os espaços de maior permanência. As avenidas principais do conjunto se consolidaram como corredores de comércio e serviço por onde os fluxos de usuários é mais intenso e com maior presença de infraestrutura urbana. Os espaços livres vegetados, destinados ao lazer e convívio, conforme previsto no desenho original, atualmente encontram-se mais subtraídos em decorrência de ocupações irregulares (ARAÚJO; LEÃO; LIMA, 2023).

O processo de planejamento urbano adotado no conjunto habitacional Jardim Maguari se associa ao processo *Top-Down*. Diante disso, percebe-se como falhas no processo de produção do espaço urbano a reprodução de um modelo urbano não humanizado, temporal e incompatível à dinâmica urbana. A apreciação de espaços livres em projetos urbanos que se baseiam no urbanismo moderno, não são sensíveis

às necessidades reais da população, pois muitas das vezes não acompanham a estrutura física mínima ou adequada que permita sua apropriação pela comunidade.

Após quase cinco décadas da sua fundação, é incompreensível a estagnação da estrutura física do conjunto habitacional. A falta de atuação da gestão pública colabora para a intensificação de problemas como violência urbana, perda de função social e sensação de insegurança em relação ao espaço público. Em contrapartida, a sociedade civil mobiliza ações como solução rápida, de forma a buscar a mitigação dos problemas urbanos existentes.

Capítulo 5

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse capítulo são apresentados os resultados da pesquisa a partir de dados coletados por meio de entrevistas e observações do espaço urbano. Diante disso, realiza-se uma análise sobre os espaços livres públicos do conjunto habitacional Jardim Maguari, de forma a revelar as condições dos espaços de lazer e convívio na região; uma descrição sobre os processos de intervenção urbana para compreender as metodologias utilizadas para recuperação de espaços públicos, de forma a relacionar com seus resultados, os quais serão analisados em uma última seção, na qual serão apresentados os mapas comportamentais produzidos.

Destaca-se que a pesquisa se direciona ao estudo de três espaços livres públicos intervindos, sendo dois associados ao modelo *Bottom-Up* (Espaço Criança Feliz e pracinha da Alameda 20C) e um ao modelo *Top-Down* (praça Odézio Mozart), que complementa a pesquisa estabelecendo um contraponto aos processos colaborativos referentes ao modelo *Bottom-Up*.

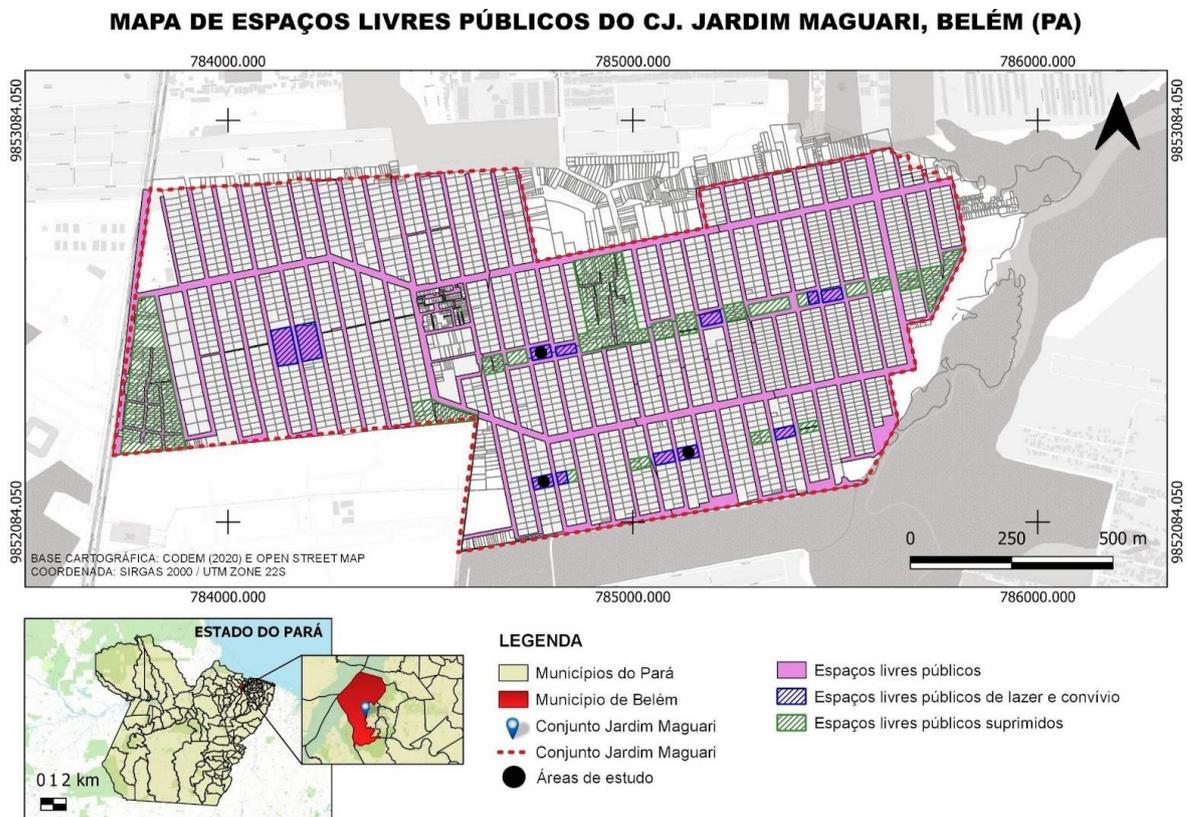
5.1. ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

Analisa-se os espaços livres públicos existentes, de forma a relacionar com o processo histórico de supressão desse sistema que perdura desde a década de 1980 e as intervenções urbanas colaborativas promovidas por meio de processos *Bottom-Up* de planejamento urbano.

Os espaços livres públicos do conjunto habitacional Jardim Maguari (Figura 12) representam cerca de 24,11% (aproximadamente 342.000 m²) do território total (1.417.052,06 m²), constituído em grande parte pela malha viária (22,55%), enquanto

as áreas verdes e de lazer e convívio representam apenas 1,56% do território. Outro dado importante que deve ser levado em consideração é a área de espaços livres públicos destinados ao lazer e convívio suprimidos no decorrer do tempo, cerca de 105.835,80 m², equivalente a 7,46% do território. Isto significa que a perda de áreas em potencial para implantação de equipamentos públicos de lazer foi expressiva, equivalente a quase seis vezes o percentual atual. Tal fato coloca em evidência a necessidade de qualificar ou recuperar os espaços livres públicos sem definição de uso ou deteriorados, como forma de proporcionar maior qualidade ao ambiente urbano no conjunto habitacional.

Figura 12 – Espaços livres públicos do conjunto habitacional Jardim Maguari.



Fonte: elaborado pelo autor a partir da base de dados da CODEM e da *Open Street Map*.

Nas vias coletoras, mesmo diante de uma estrutura física compatível a sua função (circulação), a comunidade local se sente atraída pela diversidade de atividades comerciais existente que atende todos os públicos (Figura 13), ainda que não haja mobiliários urbanos adequados e de estímulo à permanência de usuários ou o pleno funcionamento de equipamentos públicos como postes de iluminação. Os

usos existentes mantêm esses espaços livres ativos em todos os turnos e, na opinião da comunidade local, agrega valor ao conjunto habitacional.

Figura 13 – Atividades comerciais na avenida Principal do conjunto habitacional Jardim Maguari.



Fonte: acervo do autor (2023).

Por seu tempo de existência e a robustez de sua estrutura, o Conjunto Maguari dispõe hoje de um conjunto comercial que atende aos moradores e aos vizinhos do conjunto. [...] a área do Conjunto Maguari representa uma das áreas de maior integração, indicada no mapa de integração global. Por que sua forma ampla e a malha em quadrícula facilita os trajetos realizados no conjunto, o que torna atrativa a atividade comercial, na medida em que possibilita a redução de deslocamento para áreas centrais (SOUZA, 2016, p. 98).

Destaca-se que, apesar do planejamento urbano desenhar vias coletoras destinadas ao tráfego de veículos - sendo 14 metros de largura de pista de rolamento e 3,5 metros para calçadas, 17,5 metros no total, aproximadamente – observa-se que há uma parcela expressiva de pedestres e ciclistas que compartilham o mesmo espaço que os veículos. No projeto urbanístico, o perfil viário não considerou os diferentes usuários com o planejamento de calçadas largas e ciclovias/ciclofaixas, portanto, atualmente não consegue absorver a demanda desses usuários. Esse caos torna esses espaços livres alvo de conflitos constantes entre diferentes fluxos, gerando acidentes e confusões que poderiam ser evitadas.

As vias locais, por seu fluxo menor, concentram atividades de lazer como jogos de futebol e vôlei, empinar pipa, e também atividades lúdicas como amarelinha e

esconde-esconde, até mesmo atividades como sentar-se à porta de casa e conversar (Figura 14) – comum em áreas residenciais e horizontais na cidade de Belém.

Figura 14 – Hábito de sentar-se à porta de casa no conjunto habitacional Jardim Maguari.



Fonte: acervo do autor (2022).

Em média, as dimensões dessas vias correspondem a aproximadamente 11 metros, 7 metros de pista de rolamento e 4 metros de calçadas, sendo equipadas com lombadas implantadas durante o recapeamento asfáltico do conjunto habitacional Jardim Maguari na gestão do prefeito Duciomar Costa (2005-2013) e outras, em concreto, implantadas por iniciativa da comunidade local para estimular a redução de velocidade de veículos nas vias locais, principalmente onde a população se apropria com mais frequência desses espaços.

Figura 15 – Eventos culturais no conjunto habitacional Jardim Maguari no ano de 2019.



DESFILE ESCOLAR DE 2019
AVENIDA PRINCIPAL
CONJUNTO JARDIM MAGUARI

MINICÍRIO DE 2019
SAÍDA DA ALAMEDA 02A
CONJUNTO JARDIM MAGUARI

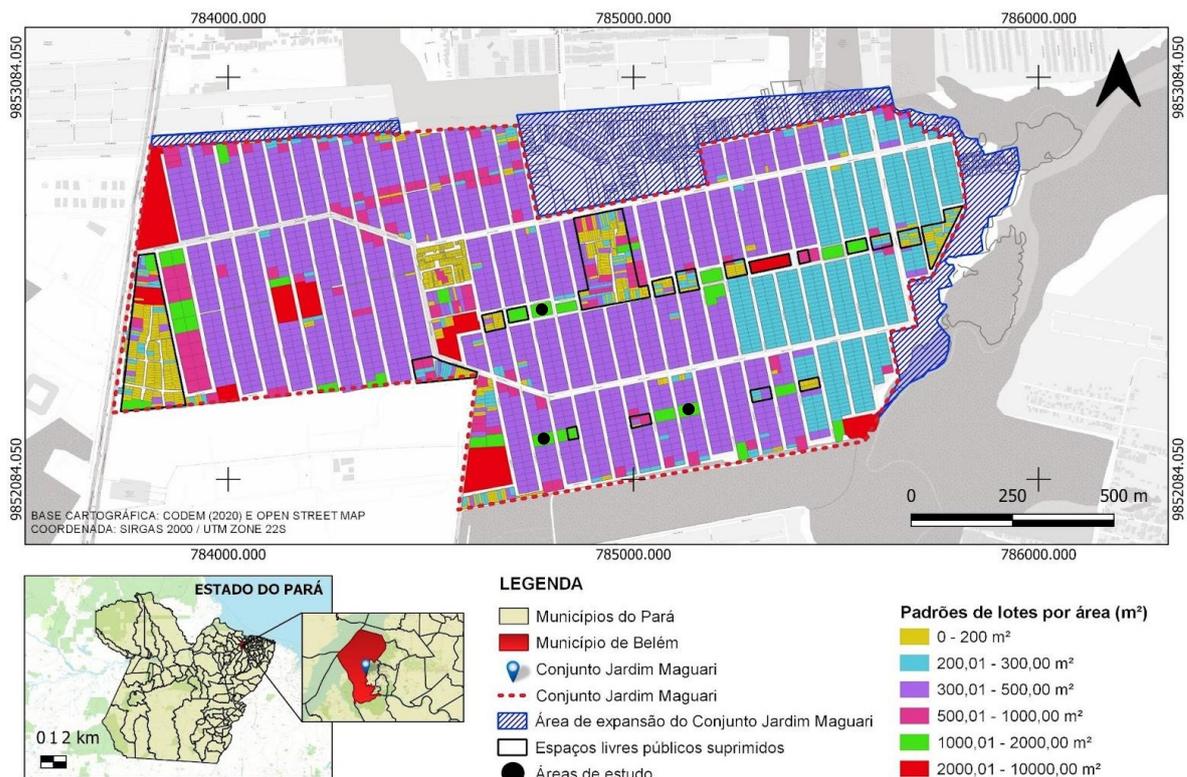
Fonte: elaborado pelo autor com base no acervo de Nunes (2019) e Araújo (2019).

Em períodos específicos são promovidos eventos no âmbito cultural (Figura 15) que mobilizam grande número de pessoas, por exemplo: desfile cívico escolar em

alusão à independência do Brasil; mini Círio, em alusão, ao Círio de Nazaré⁸; e o CARNA Maguari, bloco de carnaval que percorre as ruas principais do conjunto habitacional.

Com base no estudo desenvolvido pelo QUAPÁ (QUEIROGA, 2012), aponta-se que o conjunto habitacional possui entre 0% e 30% de espaços intraurbanos, categoria mais baixa da classificação. Isso reflete no uso frequente das ruas como instrumento para atividades de lazer e convívio, no entanto, é indesejável compartilhar esse espaço com outros fluxos em razão da iminência de acidentes, ainda mais levando em consideração que a maior parte desses usuários são crianças e adolescentes. Esse dado estatístico se soma à exiguidade em equipamentos públicos de lazer, os quais justificam, na maioria das vezes, a promoção de intervenções urbanas em espaços sem definição de uso no conjunto habitacional.

Figura 16 – Mapa de expansão e adensamento urbano do conjunto habitacional Jardim Maguari.
MAPA DE EXPANSÃO E ADENSAMENTO URBANO DO CJ. JARDIM MAGUARI, BELÉM (PA)



Fonte: elaborado pelo autor a partir da base de dados da CODEM e da *Open Street Map*.

⁸ Manifestação religiosa católica que ocorre na manhã de todo segundo domingo de outubro, em Belém (PA), em devoção à Nossa Senhora de Nazaré.

A Figura 16 apresenta o mapa de expansão e adensamento urbano do conjunto habitacional Jardim Maguari. Observa-se a oscilação na proporção dos lotes por “m²”: à leste os lotes são menores, conseqüentemente, os espaços livres privados são inexistentes ou reduzidos. Nessa região é fácil identificar diferentes formas de apropriação da via pública, ainda mais porque parte dos espaços livres públicos destinados ao lazer e convívio foram suprimidos, cerca de 52,95% da área total dos espaços suprimidos. Além disso, o adensamento urbano das áreas periféricas do conjunto habitacional satura ainda mais o uso dos equipamentos urbanos existentes, os quais já não absorviam as demandas locais. Em relação à área total do conjunto habitacional Jardim Maguari, a área expandida corresponde a 213.182,43 m², equivalente a 15,04% da área total.

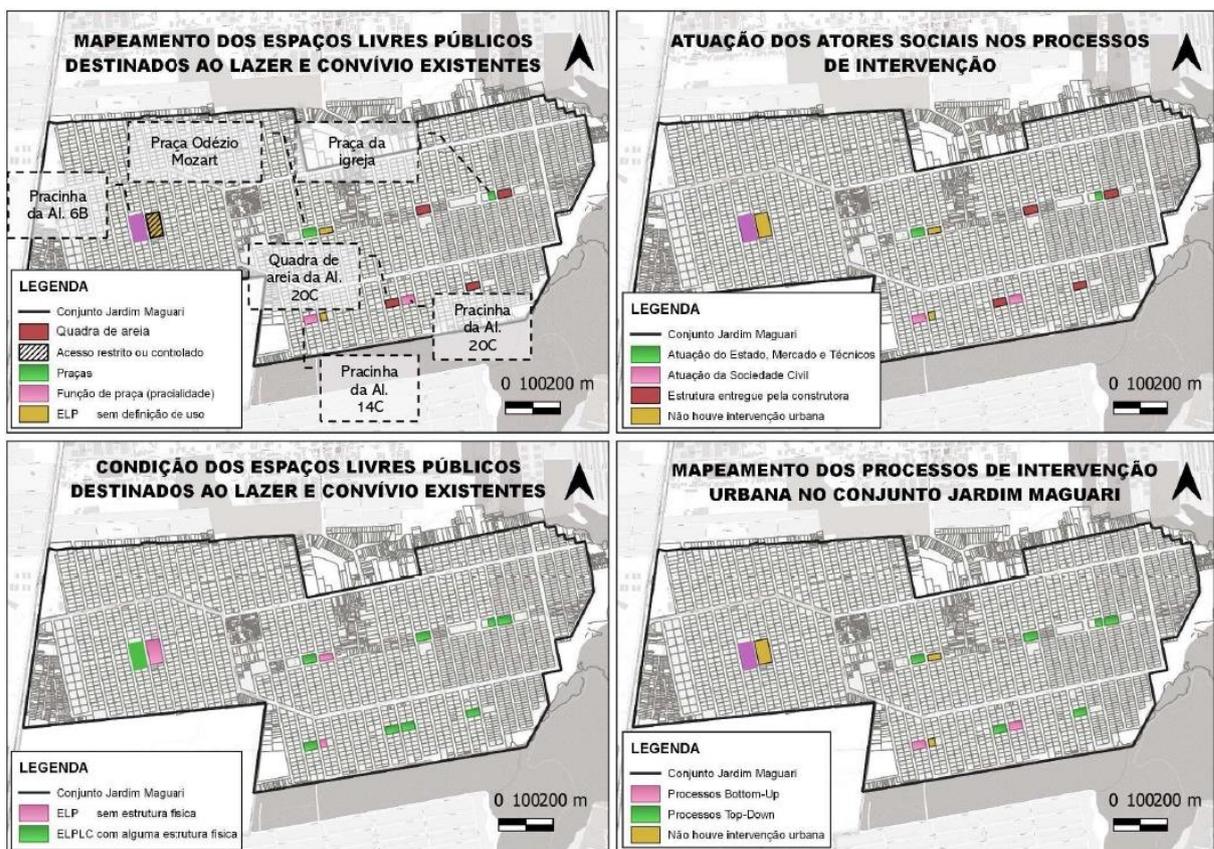
Figura 17 – Equipamentos urbanos de lazer e convívio do conjunto habitacional Jardim Maguari.



Fonte: acervo do autor (2022).

Os espaços livres públicos de lazer e convívio em condições de uso no conjunto habitacional se limitam a quatro quadras de areia, as quais seguem um padrão estético e áreas aproximadas; duas praças projetadas pela prefeitura de Belém em período diferentes; e três pracinhas⁹ que são produtos de ações colaborativas de iniciativa da comunidade local (Figura 17). O mapa síntese sobre os espaços de lazer e convívio do conjunto habitacional abordar outras questões mais específicas (Figura 18):

Figura 18 – Mapa síntese sobre os espaços livres públicos de lazer e convívio no conjunto habitacional Jardim Maguari.



Fonte: elaborado pelo autor a partir da base de dados da CODEM e da *Open Street Map*.

O mapeamento dos espaços livres públicos destinados ao lazer e convívio retrata um panorama geral, destacando as funções de cada espaço. É pertinente observar que, apesar dos equipamentos públicos de lazer serem reduzidos em comparação a estrutura planejada ao conjunto habitacional, há dois espaços livres

⁹ Queiroga (2001) desenvolve o conceito de **pracialidade** por entender que “as ações típicas da praça se verificam nos mais diversos espaços em função dos diferentes contextos urbanos que assim lhes propiciam ocorrer” (QUEIROGA, 2012, p. 60).

públicos destinados ao lazer dos moradores da região com acesso restrito (Figura 19), isto porque as vias locais, apesar de integradas entre si, foram fechadas por iniciativa dos moradores devido a sensação de insegurança no local. Desta forma, o espaço localizado entre as Alamedas 5B e 6B, que conta uma intervenção produto de um processo *Bottom-Up*, é apreciado apenas pelos moradores das Alamedas 06B, 7B e 8B, justamente, as três vias de acesso ao espaço.

Figura 19 – Acesso às Alamedas 5B, 6B e 7B no conjunto habitacional Jardim Maguari.



Fonte: acervo do autor (2021).

O fechamento das vias locais é outro padrão de intervenção urbana que objetiva melhorar a sensação de segurança dos moradores. De acordo com o último levantamento realizado, em 2020, foram registradas 13 alamedas fechadas por moradores - aproximadamente 21% das alamedas do conjunto habitacional. Desse quantitativo, cerca de 80% se concentram na região em que Souza (2016) avalia como de alto padrão construtivo, o que provoca de certo modo uma segregação socioespacial e a restrição ao espaço público na sua essência, a rua (MAYER et al., p. 191).

Essas vias públicas possuem portaria ou portões eletrônicos, além de sinalizações e informativos (Figura 20) direcionando o visitante às formas de acesso a esse espaço. Um dos portões, inclusive, obstrui a permeabilidade visual ao interior da Alameda, fato que pode provocar em quem passa na avenida Principal sensação de insegurança, sendo necessário redobrar o cuidado para evitar assaltos ou outras

violências ao permanecer por longos períodos à espera de atendimento à frente dessas alamedas.

Figura 20 – Informes encontrados na portaria das Alamedas 6b e 8B.



Fonte: acervo do autor (2021).

Outra informação que o mapa síntese destaca é a participação ou atuação dos atores sociais no processo de intervenção urbana, no qual demonstra a maior participação da sociedade civil em qualificar os espaços livres públicos no conjunto habitacional. Os espaços sem intervenção urbana correspondem à mesma camada de espaços sem definição de uso, enquanto a sociedade civil se faz presente em dois espaços intervindos na busca de evitar sua subutilização ou ociosidade.

Figura 21 – Espaços livres públicos sem definição de uso no conjunto habitacional Jardim Maguari.



Fonte: acervo do autor (2023).

A maioria dos espaços livres públicos de lazer no conjunto habitacional Jardim Maguari possuem alguma estrutura física que possibilita sua apropriação, no entanto, ainda existem espaços que precisam ser equipados (Figura 21). Na Figura 22 é possível identificar o acúmulo de lixo nas margens do equipamento público, outra questão provocada pela ociosidade dos espaços livres públicos no conjunto habitacional e justificativa para a promoção de intervenções urbanas de iniciativa da comunidade local.

Figura 22 – Acúmulo de lixo em espaço livre público ocioso localizado entre as Alamedas 16B e 17B no conjunto habitacional Jardim Maguari.



Fonte: acervo do autor (2022).

Em relação aos espaços com estrutura, identifica-se que são associados tanto a processos *Top-Down* quanto *Bottom-Up*, no entanto, são as intervenções *Top-Down* que possuem mais itens com estrutura permanente como calçadas, brinquedos em ferro fundido, bancos de praça em concreto, lixeiras, enquanto nas intervenções *Bottom-Up* são utilizados materiais de durabilidade baixa como madeira (sem tratamento para exposição às intempéries externas).

Embasado na porcentagem de espaços livres públicos destinados ao lazer e convívio no conjunto habitacional Jardim Maguari, por volta de 1,56%, cerca de 29,17% desse quantitativo corresponde a espaços sem definição de uso. Anteriormente, esse percentual alcançava aproximadamente 64%, quando não haviam sido realizadas as intervenções trabalhadas nesta pesquisa.

Em relação aos espaços intervindos, a atuação ativa do Estado, em conjunto com o corpo técnico, incide em apenas 22,22% dos espaços livres públicos de lazer e convívio do conjunto habitacional, o mercado em 44,44% e a sociedade civil em

33,33%, sendo este o grupo que menos dispõe de recursos financeiros e conhecimento técnico.

Como comentado, os espaços livres públicos suprimidos foram áreas destinadas ao lazer e recreação no plano urbanístico do conjunto habitacional Jardim Maguari, mas os principais usos atribuídos a essas áreas foram o residencial e o comercial. Dessa forma, surgiram habitações precárias que destoam do padrão habitacional implantado no local, formando aglomerados que margeiam, em alguns casos, cursos d'água, situados em áreas de grande suscetibilidade às inundações e alagamentos.

5.2. DESCRIÇÃO DOS PROCESSOS DE INTERVENÇÃO URBANA

Esta seção descreve as intervenções urbanas quanto sua concepção e produção como partida para analisar o ambiente construído. Entende-se a intervenção urbana em espaços livres ociosos do conjunto habitacional Jardim Maguari como uma insurgência decorrente, principalmente, da concepção urbanística atribuída ao conjunto habitacional, mas também da (falta de) atuação da esfera pública na gestão de espaços públicos. A descrição dos logradouros antes da intervenção e do processo de implantação dos espaços de lazer é pertinente nesta pesquisa, pois colaboraram na compreensão das vantagens e desvantagens dos métodos utilizados para intervenção urbana.

Como comentado, os espaços livres desempenham papel fundamental na cidade, pois proporcionam qualidade de vida à população por meio da construção de uma ambiência urbana equilibrada. No conjunto habitacional Jardim Maguari, alguns espaços livres públicos não cumprem sua função social, deixando de proporcionar à população alternativas ao lazer. Diante disso, a população se apropria de processos de intervenção *Bottom-Up* como alternativa à intervenção urbana em espaços ociosos no conjunto habitacional em razão da resposta rápida ao problema, do baixo investimento financeiro em comparação aos custos de obras públicas convencionais,

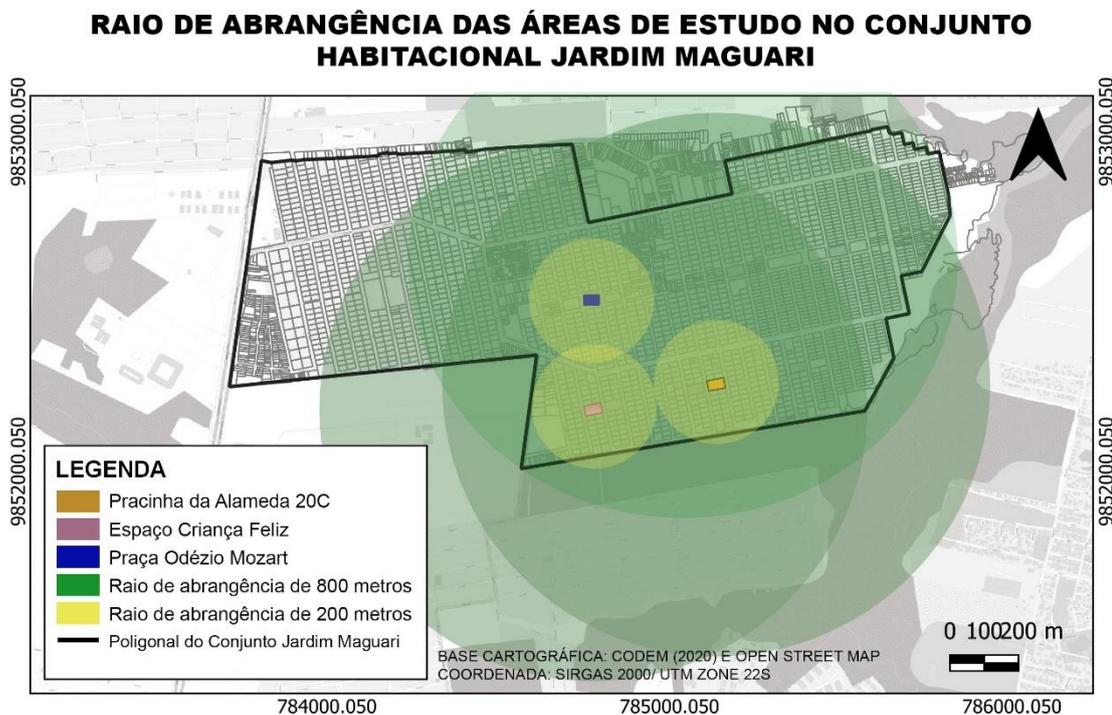
mas também devido a valorização do aspecto participativo, pelo qual a população se insere no processo de intervenção de forma ativa.

5.2.1. Apresentação das áreas de estudo

As áreas de estudo são apresentadas em três eixos: suporte físico, apropriações e padrão de ocupação, pelos quais se busca identificar os problemas urbanos locais e sua influência para a realização das ações colaborativas nos espaços livres públicos do conjunto habitacional Jardim Maguari.

O recorte espacial definido para estudo corresponde a um raio de 800 metros a partir do centro do equipamento urbano (Figura 23), sendo este o raio de abrangência para praças definido por Guimarães (2004). No entanto, apropria-se principalmente do raio de 200 metros devido ser a distância mais longa percorrida pelos moradores do conjunto habitacional para uso dos espaços de lazer, de acordo com o registrado nos dias de monitoramento.

Figura 23 – Raio de abrangência das áreas de estudo no conjunto habitacional Jardim Maguari.



Fonte: elaborado pelo autor a partir da base de dados da CODEM e da *Open Street Map*.

Em relação ao suporte físico, nos três espaços intervindos por processos *Bottom-Up* possuíam componentes em sua estrutura física que contribuíram para o êxito da intervenção naquele momento, sem gerar custos maiores adequando o desenho do espaço ou providenciando serviços necessários para o uso do espaço como a iluminação pública. Mas sim, direcionando investimentos para produção de mobiliários que possibilitaram a apropriação do espaço enquanto praça.

Por outro lado, na praça Odézio Mozart (modelo *Top-Down*), onde o projeto foi voltado à revitalização da estrutura física, nota-se que antes da intervenção já havia estrutura de academia ao ar livre e *playground*, por exemplo. Mesmo assim, outro espaço foi concebido para atender a demanda local, a quadra de esportes. A iluminação pública se mostrava eficiente, mas não havia manutenção periódica na vegetação arbórea, fato que prejudicava a iluminação no interior da praça.

A manutenção é um ponto-chave que pode interromper o uso pleno do espaço para o lazer e convívio da comunidade local, pois, por um lado a comunidade local tem dificuldades para levantar recursos financeiros suficientes para manter o espaço conservado e, por outro, a esfera pública torna burocrático ou negligencia a manutenção desses espaços periodicamente.

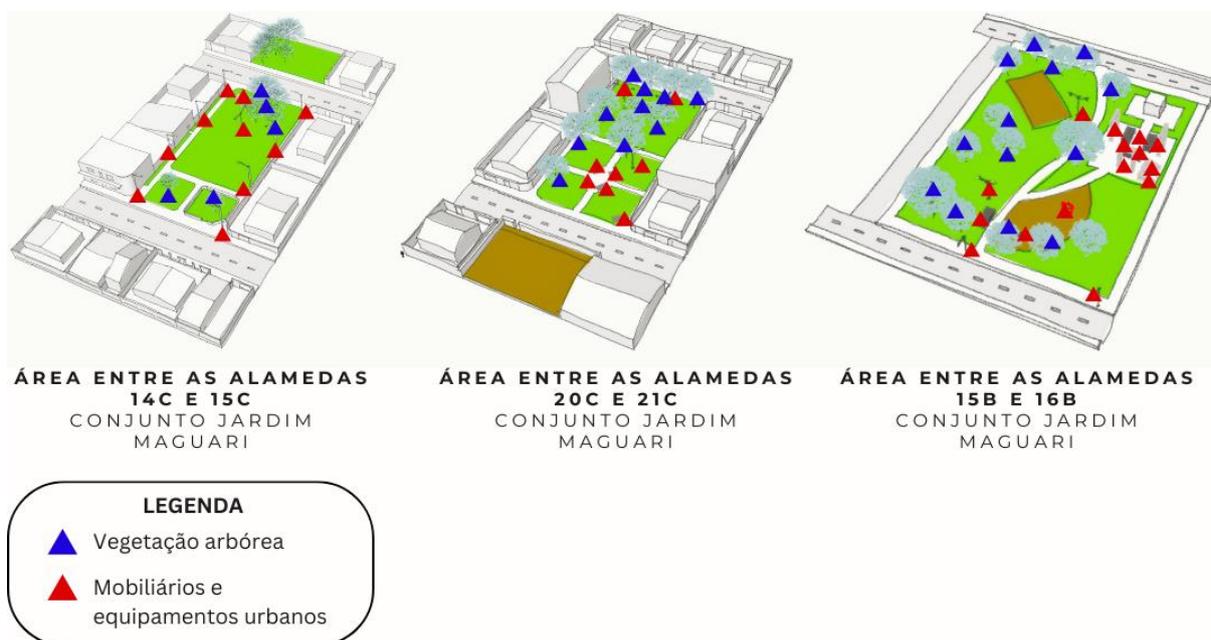
O Espaço Criança Feliz, cuja área corresponde a aproximadamente 1.400 m² (Dimensões: 29x40 metros), possui circulações definidas por caminhos pavimentados que conectam a Alameda 14C à Alameda 15C. A vegetação é disposta em ponto estratégico como barreira natural para evitar a ocupação irregular do espaço, relata uma moradora. A manutenção da pracinha, sem apoio da gestão municipal, é de iniciativa da comunidade local.

Antes da intervenção realizada no Espaço Criança Feliz, verificou-se que a iluminação pública nos logradouros públicos era insuficiente devido à potência de algumas lâmpadas, ao distanciamento e a tipologia dos postes de luz, geralmente altos. Nesse caso, a luz recai sobre a copa das árvores, gerando sombra e pontos escuros. Essa situação provoca sensação de insegurança nas pessoas que transitam pelas proximidades da pracinha e favorece apropriações inadequadas do espaço. Enquanto na praça Odézio Mozart, como comentado, parte dos pontos de iluminação são cobertos pela copa das árvores, gerando espaços escuros.

A pracinha da Alameda 20C, cuja área corresponde a aproximadamente 1.450 m² (Dimensões: 29x40 metros), possui circulações definidas por caminhos pavimentados que direcionam os usuários a um trajeto curto entre a Alameda 20C e o centro da pracinha. Em relação à vegetação, observa-se um número maior de árvores de porte médio e grande dispostas na parte central do espaço, próximas aos postes de iluminação. Nesse caso, a vegetação de forração se mantém em altura adequada ao pisoteio, mesmo sem manifestação da comunidade local para manutenção do espaço, tampouco da gestão pública.

A praça Odézio Mozart, cuja área corresponde a aproximadamente 2.100 m² (Dimensões: 40x50 metros), possui circulações ativas pavimentadas no entorno da praça e passiva no interior da praça, caracterizada pelo traçado sinuoso. A vegetação da praça é composta por espécies arbóreas de variados portes que proporcionam sombreamento a grande parte do espaço.

Figura 24 – Componentes físicos das áreas de estudo antes da intervenção urbana.



Fonte: elaborado pelo autor.

Os mobiliários e equipamentos urbanos no Espaço Criança Feliz e na pracinha da Alameda 20C são quase inexistentes, resumem-se aos postes de iluminação distribuídos na extensão dos lotes. A exceção está na pracinha da Alameda 20C, pois existem bancos em concreto deteriorados, resquícios de iniciativas de figuras públicas

que utilizavam o espaço como promessa de campanha na política. Na praça Odézio Mozart, já existia a estrutura de uma quadra de areia e de uma academia ao ar livre, no entanto, apresentavam sinais de desgaste devido à falta de manutenção periódica (Figura 24).

Figura 25 – Padrão de ocupação no entorno do Espaço Criança Feliz.



Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 26 – Padrão de ocupação no entorno da praçinha da Alameda 20C.



Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 27 – Padrão de ocupação no entorno da praça Odézio Mozart.



Fonte: elaborado pelo autor.

Quanto ao padrão de ocupação do entorno do conjunto (Figuras 25-27), em razão de ser predominantemente residencial, observa-se que o entorno das áreas de estudo é formado por habitações térreas ou de até 3 pavimentos. No entorno do Espaço Criança Feliz se encontra uma igreja católica; um parque urbano privado conhecido por “parque dos igarapés”; e também um espaço livre ocioso de 610 m², cujo acesso é restringido irregularmente a uma família que mora ao lado, conforme os moradores relatam nas entrevistas. Além disso, observa-se por imagens de satélite que uma área igual a este lote já havia sido ocupada irregularmente, suprimindo a área verde destinada a implantação de espaços de lazer. No entorno da pracinha da Alameda 20C existe uma quadra de areia utilizada com frequência por adultos e adolescentes, principalmente no final da tarde e à noite. Além disso, este espaço possui distância do parque dos Igarapés próxima ao Espaço Criança Feliz. No entorno da praça Odézio Mozart, além da Unidade Básica de Saúde (UBS) do conjunto habitacional, há uma área verde ociosa em proporção semelhante à da própria praça, mas sem nenhuma estrutura física.

As formas de apropriação do espaço (Figura 28) se relacionam em parte com as características já comentadas nos parágrafos anteriores, a exemplo: iluminação pública ineficiente e falta de manutenção (roçagem, podagem, limpeza etc.).

Figura 28 – Ambientes mais apropriados nas áreas de estudo.



Fonte: elaborado pelo autor.

Conforme o relato dos moradores, as pracinhas eram frequentemente apropriadas por usuários de drogas devido ser um lugar sem vitalidade, inclusive já foram registrados assaltos. Em relação a apropriação por parte da comunidade local, relatou-se que eram raras as vezes que as pessoas ocupavam a pracinha da Alameda 20C, fato que quando acontecia se relacionava ao uso da quadra de areia.

No sentido contrário, a praça Odézio Mozart, mesmo antes da intervenção, já participava da rotina de moradores que a utilizavam para prática de esportes e caminhadas ao ar livre. Quanto ao entorno, é mais evidente as formas de apropriação pela comunidade, pois as crianças utilizavam a rua como suporte para atividades lúdicas; os adultos, por sua vez, costumam sentar-se à porta de casa para conversar, contemplar a paisagem, mas também praticam exercícios ao ar livre. Portanto, antes da intervenção, tem-se a rua como lugar de lazer. No entanto, os moradores frisam nas entrevistas o risco de acidentes, principalmente por crianças brincarem sem se atentar ao fluxo de veículos.

5.2.2. Sistematização dos processos de intervenção urbana

5.2.2.1. O processo de implantação do Espaço Criança Feliz

A idealização do Espaço Criança Feliz parte do interesse da comunidade local em se apropriar do espaço para o lazer. Destaca-se que em gestões públicas anteriores, conforme o relato de moradores, houveram diversas propostas para transformar o espaço em uma praça, principalmente em anos eleitorais. No entanto, o investimento foi mínimo e correspondia à entrega de poucos materiais de construção que, por vezes, foram furtados, situação que provocava a interrupção e estagnação das obras.

Devido a isso, os moradores se encarregaram do trabalho mais especializado, mas não davam continuidade em razão da falta de colaboração da gestão pública. Posteriormente, por intermédio da líder comunitária do bairro, também vereadora de Belém no mesmo período (2018-2020), propôs-se intervir no espaço com a finalidade de atribuir função social ao encontro das principais demandas da vizinhança.

Ressalta-se que a intervenção foi proposta e executada também em ano eleitoral, não havendo assistência periódica por parte da líder comunitária, tampouco da gestão pública, para manutenção do espaço após a intervenção urbana.

A manutenção do espaço é realizada pela própria comunidade que se organiza na perspectiva financeira e operacional para a execução de serviços como roçagem, limpeza e produção de mobiliários urbanos conforme as necessidades da comunidade local (Figura 29). Percebe-se que a fase de manutenção se torna um limitador para manter a qualidade do ambiente construído, pois nem sempre é possível financiar os custos necessários para conservação do espaço periodicamente. Convém comentar que o aspecto participativo relacionado aos atores sociais no processo de intervenção urbana também se destaca por influenciar no resultado final.

Figura 29 – Limpeza do Espaço Criança Feliz pelos moradores.



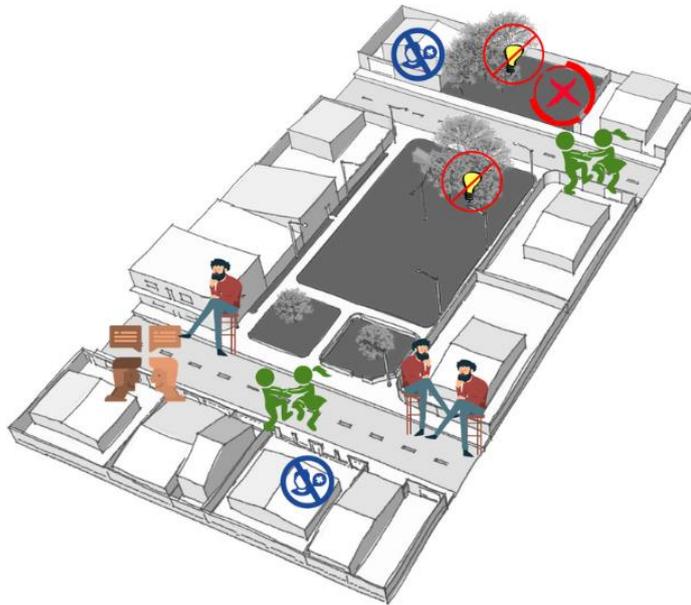
Fonte: acervo dos moradores (2020).

Cerca de 13 dos 20 entrevistados justificam a intervenção com base nos seguintes argumentos: o acúmulo de resíduos sólidos e a reincidência de assaltos, em razão da vegetação densa (mato alto) e impermeabilidade visual da área em algumas perspectivas, respectivamente; iminência de acidentes com as crianças, visto que o espaço apropriado por esse grupo para atividades lúdicas era a via pública, portanto, as crianças se encontravam vulneráveis à acidentes ocupando aquele espaço constantemente, uma vez que não havia o controle do tráfego de veículos; a sensação de insegurança e desconforto provocados pela ocupação da área por usuários de drogas; e, por fim, a necessidade de um espaço de convívio e lazer, visto a exiguidade de equipamentos urbanos e comunitários do gênero na região periférica de Belém, ainda mais em período de pandemia.

A pandemia de coronavírus reafirmou à comunidade local a importância dos espaços livres públicos voltados ao lazer e convívio. Pois, diante das diretrizes sanitárias para prevenção à COVID-19 preconizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como o isolamento social, percebeu-se a necessidade de equipamentos urbanos e comunitários na cidade para o lazer. Os equipamentos comunitários têm como função social proporcionar à população alternativas para manter o equilíbrio social, político, cultural e psicológico no contexto urbano e servem de parâmetro à qualidade do ambiente urbano e de vida a população (COUTO, 1981; MORAES; GOUDARD; OLIVEIRA, 2008).

A Figura 30 traduz as informações coletadas nas entrevistas a partir de um mapeamento afetivo e resume as apreensões sobre o espaço livre público pela população antes da intervenção.

Figura 30 – Mapeamento afetivo do Espaço Criança Feliz antes da intervenção.



ÁREA ENTRE AS ALAMEDAS 14C E 15C
CONJUNTO JARDIM MAGUARI

LEGENDA

-  Sentar e contemplar ou hábito de sentar-se à porta de casa
-  Onde ocorrem atividades lúdicas entre as crianças
-  Ambiente onde ocorrem interações sociais por meio de conversas espontâneas
-  Vizinhança não sociável
-  Espaço restrito à circulação
-  Área mal iluminada

Fonte: elaborado pelo autor.

Será detalhado adiante a atuação de cada grupo nas etapas desse processo e a sua contribuição, da mesma forma que serão discutidos os possíveis impactos da ausência de determinados grupos nesse processo, em especial da gestão pública - Estado.

A praça, nomeada pelos moradores por Espaço Criança Feliz¹⁰, foi entregue em 2020 e provocou mudanças positivas (Figura 31 e 32) em relação às interações sociais e com o ambiente construído, fato que pode ser atribuído, em especial, ao aspecto participativo incorporado ao processo de intervenção urbana. Por esse

¹⁰ A denominação do espaço foi deliberada a partir do consenso de que o público-alvo da intervenção urbana era o grupo infantil, portanto, a concepção e disposição dos mobiliários é direcionada a partir do entendimento da comunidade sobre as necessidades das crianças com aquele espaço.

processo, as tomadas de decisão foram deliberadas em comum acordo, de forma democrática e colaborativa entre os moradores e a líder comunitária.

Figura 31 – Imagem panorâmica do Espaço Criança Feliz após a intervenção.



Fonte: acervo do autor (2022).

Figura 32 – Apropriação do Espaço Criança Feliz.



FINAL DA TARDE

FINAL DA TARDE



INÍCIO DA NOITE

INÍCIO DA NOITE

Fonte: acervo do autor (2022).

O processo de mitigação dos problemas urbanos é resultante da persistência da comunidade em recuperar o espaço livre público para promover maior qualidade

do ambiente urbano por entender, no âmbito prático, os efeitos da falta e gozo da função social do equipamento comunitário na vizinhança.

O processo de intervenção urbana estabelecido procurou unir a comunidade e estreitar a relação com a líder comunitária, candidata à reeleição à câmara de vereadores de Belém no mesmo ano, por meio de diálogos e colaboração nas etapas do processo de intervenção, as quais priorizaram as necessidades e interesses da comunidade com o propósito de ativar o espaço público. As primeiras ações se iniciaram em outubro de 2020 e se estenderam até novembro do mesmo ano, em período de pandemia causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2). Devido ao cenário pandêmico, adotou-se o protocolo preconizado pela OMS, isto incluiu: distanciamento social, número reduzido de pessoas em encontros presenciais, higienização constante das mãos e uso de máscaras. Sendo assim, o processo de intervenção urbana reuniu 10 pessoas da comunidade em soma a equipe da líder comunitária.

Os moradores relatam que buscaram atuar no processo de intervenção de forma desvinculada da gestão pública municipal devido ao fato de que, sempre que solicitado, o Estado não se mostrava disposto ou disponível a colaborar em conjunto com a comunidade. Silva (2016, p. 2) afirma que “as iniciativas de auto-organização podem ser uma resposta adaptativa aos objetivos e necessidades dos cidadãos”. De acordo com o fluxograma sobre o processo de intervenção, detalha-se o processo de intervenção por fases:

- 1) Definição da área de intervenção: a líder comunitária iniciou no ano de 2019 um projeto social para revitalizar e requalificar espaços ociosos e deteriorados no bairro do Coqueiro e Tenoné a partir da reutilização de materiais acessíveis economicamente, descartados inapropriadamente por empresas ou pequenos comércios em espaços livres da cidade, preferencialmente são aproveitados pneus, garrafas pet e pallets devido a sua versatilidade e fácil acesso. Para a escolha do local de intervenção foram considerados alguns critérios a fim de garantir a função social do espaço livre após a finalização da intervenção urbana: engajamento e interesse social; raio de abrangência do equipamento comunitário; compatibilidade dos recursos disponíveis com as expectativas da população. Com base nisso, o espaço pôde receber a proposta de intervenção urbana;

- 2) Diálogos com a comunidade: em 19 de outubro de 2020 foi realizada a primeira reunião in loco com os moradores por intermédio de um dos membros da equipe da líder comunitária que reside nas proximidades. Na reunião foram abordados os problemas, necessidades e interesses da comunidade com o espaço ocioso e as expectativas com a proposta apresentada pela líder comunitária, que se dispôs a colaborar financeiramente e na parte operacional na construção da praça;
- 3) Concepção: o espaço de lazer foi idealizado a partir de referências de mobiliários urbanos com inspirações na temática infanto-juvenil e também com base nas necessidades da população, em especial das crianças. No geral, não houve um desenho de estudo para setorização e nem disposição dos mobiliários, tampouco técnicos de áreas afins para auxiliar nesse processo criativo;
- 4) Produção: nesta fase foram organizados mutirões que reuniram moradores e a equipe operacional da líder comunitária para produzir os mobiliários urbanos necessários e convenientes ao uso do espaço pelas crianças, assim como por outros usuários, são eles: balanços, bancos de praça, gangorras, escorregador, carrossel, espaldares e jardineiras;
- 5) Execução: nesta fase houve a preparação do terreno para intervenção urbana, isto inclui limpeza, roçagem, poda e nivelamento do solo. Com a conclusão dessas ações preliminares foram inseridos os mobiliários urbanos produzidos na fase anterior.

A participação e o engajamento social foram peças-chave na construção do espaço e nos desdobramentos a partir da implantação do protótipo urbano como é perceptível no comparativo entre antes e depois da intervenção. A gestão pública municipal foi omissa em todo o processo de intervenção, até mesmo na prestação de serviços básicos como roçagem e limpeza. O apoio externo que a comunidade recebeu foi na manutenção da rede de iluminação pública, atribuída à Equatorial Energia que também integra o corpo técnico, visto que a empresa aplica conhecimento específico no reparo da rede de iluminação pública.

A participação e construção colaborativa de espaços urbanos objetivam atendimento às demandas comunitárias bem como ao caráter técnico exigido pelos órgãos de controle e planejamento da cidade. A conexão dos atores que atuam no processo de construção urbana se faz eficiente quando proporciona a abertura aos interesses e necessidades diversos, empoderando efetivamente os usuários do espaço como parte ativa no processo de transformação. Tais usuários, ao estarem inseridos nas atividades decisórias, sentem-se reconhecidos, contemplados e integrantes da comunidade (ARAÚJO et al., 2019, p. 76).

Avalia-se a partir dos dados coletados nas entrevistas que o aspecto colaborativo foi trabalhado de forma adequada entre a comunidade local, na consulta e divisão de trabalho. No entanto, não houve interação com outros profissionais, tampouco com a gestão pública para atribuir maior qualidade ao projeto do ponto de vista técnico e viabilizar maiores recursos financeiros para execução da intervenção, respectivamente. O corpo técnico se fez presente apenas na manutenção do sistema de iluminação pública quando solicitado. O Quadro 9 apresenta o grau de participação dos atores sociais nesse processo de intervenção:

Quadro 9 – Participação dos atores sociais no processo de intervenção do Espaço Criança Feliz.

PARTICIPAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS NO PROCESSO DE INTERVENÇÃO URBANA DO ESPAÇO CRIANÇA FELIZ						
ATORES SOCIAIS	SOCIEDADE CIVIL			ESTADO	MERCADO	CORPO TÉCNICO
	CRIANÇAS	ADOLESCENTES	ADULTOS			
Nulo				x	x	
Baixo		x				x
Moderado						
Alto	x		x			

Fonte: elaborado pelo autor.

Apesar da intervenção não ter sido orientada por técnicos da gestão pública, a comunidade local aprovou o resultado final e mantém o espaço ativo há mais de 2 anos de forma independente. De acordo com moradores, o espaço de lazer foi substancial para o alívio da tensão provocada pela pandemia de coronavírus,

principalmente entre os mais idosos. As crianças se tornaram protagonistas no espaço, são elas o estímulo da população em manter o engajamento social para conservação do ambiente construído.

5.2.2.2. O processo de implantação da pracinha da Alameda 20C

A construção do espaço se iniciou em 2020, sendo idealizada pela líder comunitária do bairro em conjunto com os moradores interessados na proposta de ocupar o espaço livre ocioso localizado entre as Alamedas 20C e 21C do conjunto habitacional Jardim Maguari. A intervenção foi realizada em período eleitoral, não havendo nenhum relato dos moradores sobre qualquer suporte à manutenção do espaço posterior à intervenção.

A construção do programa de necessidades envolveu a participação ativa da comunidade e teve como ênfase as crianças, em razão da sensação de perigo vivenciada por esses usuários ao ocupar as vias públicas para atividades lúdicas, situação semelhante ao da área de estudo anterior. No geral, procurou-se atender as necessidades da comunidade local a partir das limitações financeiras e de práticas culturais.

Figura 33 – Fases da pracinha da Alameda 20C desde antes da intervenção.



Fonte: Google Street View (2020), Araújo (2020) e Araújo (2021).

Ao contrário do exemplo anterior, o Espaço Criança Feliz, é possível identificar três fases no processo de intervenção na praçinha da Al. 20C desde 2020 (Figura 33). O primeiro momento é quando a praça se encontra deteriorada, sem nenhuma estrutura física adequada que possibilite o lazer da comunidade local; o segundo é após a intervenção, quando o espaço é ocupado e apropriado pela comunidade local; enquanto isso, em 2022, observa-se um cenário retrógrado, marcado pelo abandono (Figura 34).

Figura 34 – Imagem panorâmica da praçinha da Alameda 20C 1 ano após a intervenção.



Fonte: acervo do autor (2023).

A participação da comunidade nesse processo é outro ponto de discussão, pois os adultos foram mais consultados do que às crianças, em vista que se trata de um espaço voltado, principalmente, a esse grupo específico. No entanto, observou-se que não houve um engajamento expressivo da comunidade local no processo de intervenção, tampouco para manutenção do espaço. Da mesma forma, observou-se a inércia da gestão pública municipal para ações e serviços básicos para a manutenção do espaço (Quadro 10).

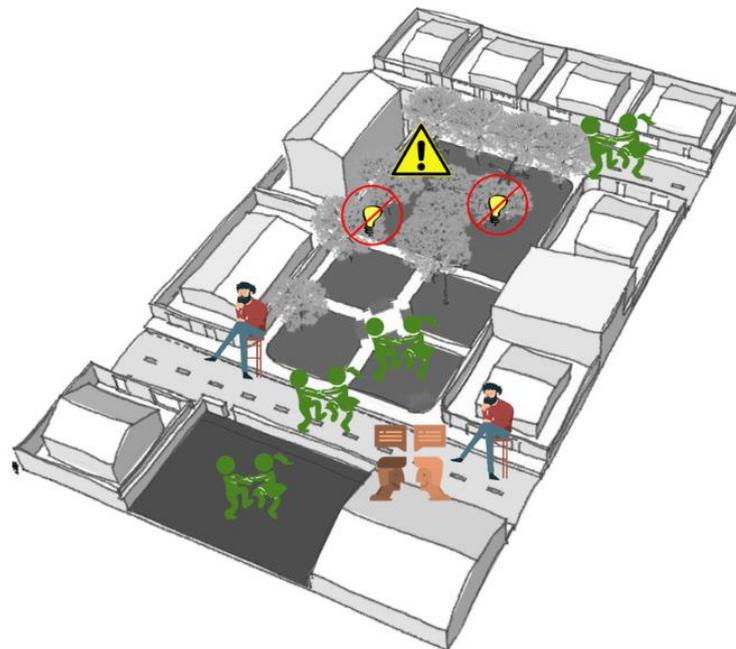
A ociosidade do lote provocava na população sensação de insegurança, pois a vegetação local proporciona espaços sombreados durante o dia, mas gera pontos escuros, sem visibilidade, durante a noite. Portanto, a intervenção busca, a partir de estratégias de rápida execução, baixo custo e flexíveis, tornar o espaço mais atrativo e convidativo. A Figura 35 apresenta a partir do mapeamento afetivo a apreensão sobre a área de estudo antes da intervenção.

Quadro 10 – Participação dos atores sociais no processo de intervenção na praçinha da Al. 20C.

PARTICIPAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS NO PROCESSO DE INTERVENÇÃO URBANA NA PRAÇINHA DA ALAMEDA 20C						
ATORES SOCIAIS	SOCIEDADE CIVIL			ESTADO	MERCADO	CORPO TÉCNICO
	CRIANÇAS	ADOLESCENTES	ADULTOS			
Nulo				x	x	x
Baixo		x				
Moderado	x					
Alto			x			

Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 35 – Mapeamento afetivo da praçinha da Alameda 20C antes da intervenção.



ÁREA ENTRE AS ALAMEDAS 20C E 21C
CONJUNTO JARDIM MAGUARI

LEGENDA

-  Sentar e contemplar ou hábito de sentar-se à porta de casa
-  Onde ocorrem atividades lúdicas entre as crianças
-  Ambiente onde ocorrem interações sociais por meio de conversas espontâneas
-  Fachada cega: sensação de insegurança
-  Área mal iluminada

Fonte: elaborado pelo autor.

Isto posto, detalha-se o processo de intervenção urbana na sequência:

- 1) Definição da área de intervenção: a área selecionada teve com critérios de escolha o interesse da comunidade local em melhorar o espaço para o lazer e convívio, a dinâmica urbana impulsionada pelo uso constante da quadra de esporte adjacente, a problemática relacionada com a sensação de segurança e por se tratar de um espaço livre ocioso;
- 2) Diálogos com a comunidade: a comunidade local participou de forma ativa do processo de intervenção. A líder comunitária foi quem conduziu a consulta à comunidade local, no entanto, apesar de ter a participação de todos os grupos sociais, não houve paridade na consideração das opiniões sobre o projeto, sendo os adultos mais privilegiados;
- 3) Concepção: não foi desenvolvido um projeto de praça, mas sim a construção de ideias isoladas sobre o que seria mais adequado considerar no espaço voltado ao público infantil. Assim como a disposição dos mobiliários, não houve uma setorização ou um estudo mais aprofundado para dispor os mobiliários de forma funcional. Mas a proposta, no entanto, preservou a disposição dos mobiliários existentes e aproveitou o espaço como um todo, mesmo com poucos atrativos;
- 4) Produção: os mobiliários inseridos na pracinha foram todos produzidos pelos moradores com auxílio de grupos sociais, outros encomendados pela líder comunitária por precisar de mão-de-obra específica. É importante dizer que não houve nenhum investimento da gestão pública, nem qualquer ajuda que pudesse contribuir no avanço desta fase. Os mobiliários produzidos foram: bancos, balanços infantis, jardineiras e casinha infantil;
- 5) Execução: esta fase foi realizada a partir de mutirões provocados pela comunidade local para implantação dos mobiliários produzidos. A Figura 36 retrata a dinâmica do espaço em dois turnos após 1 ano de intervenção urbana:

Figura 36 – Dinâmica da pracinha da Alameda 20C.



Fonte: acervo do autor (2022).

5.2.2.3. O processo de implantação da praça Odézio Mozart

A praça Odézio Mozart (Figura 37) foi planejada a partir do programa lançado pela prefeitura de Belém na gestão do prefeito Zenaldo Coutinho (2012-2019) chamado “cuidando das nossas praças”. O programa visou a manutenção dos logradouros públicos existentes e a implantação de novas praças em Belém. Para tanto, foram nomeados técnicos das secretarias municipais para constituir um grupo de trabalho multidisciplinar com apoio da população.

Sobre este programa, inicialmente foram investidos 1,8 milhões, condição que possibilitou a execução e implantação das propostas discutidas a partir da análise urbana promovida por técnicos da prefeitura. As demandas eram encaminhadas à prefeitura por meio dos centros comunitários dos bairros e reconhecidas pela Secretaria de Urbanismo de Belém (SEURB).

Figura 37 – Praça Odézio Mozart.



Fonte: acervo do autor (2022).

O projeto para instalação, montagem e reparação da praça Odézio Mozart foi orçado em R\$ 257.777,21 com prazo de execução previsto de 90 dias. A obra, administrada pela prefeitura de Belém na gestão da servidora Annete Klautau de Amorim, secretária municipal de urbanismo no período, foi inaugurada em dezembro de 2020. A praça ocupa área de aproximadamente 2.185 m² e contempla academia ao ar livre, quadra de futebol e *playground*.

De acordo com o arquiteto responsável pelo projeto da praça Odézio Mozart, a comunidade local participou ativamente do processo de intervenção, contribuindo para coleta de dados a partir de entrevistas que auxiliaram na produção de um programa de necessidades. Na sequência era realizado o levantamento de campo e fotográfico como base para a elaboração de um layout a ser aprovado pela comunidade local. Após a ciência e aprovação de todos os envolvidos no processo, o projeto executivo era desenvolvido.

O Quadro 11 demonstra o grau de participação de cada ator social no processo para concepção e implantação da praça no conjunto habitacional Jardim Maguari. O quadro destoa do visto em outras intervenções no conjunto habitacional realizadas com base no processo de urbanismo *Bottom-Up* na participação da gestão pública e do mercado, enquanto financiador e executor do projeto, respectivamente. O processo adotado à praça Odézio Mozart é característico do modelo de planejamento *Top-Down*, isto é, centrado no corpo técnico e na gestão pública, reduzindo o protagonismo da população.

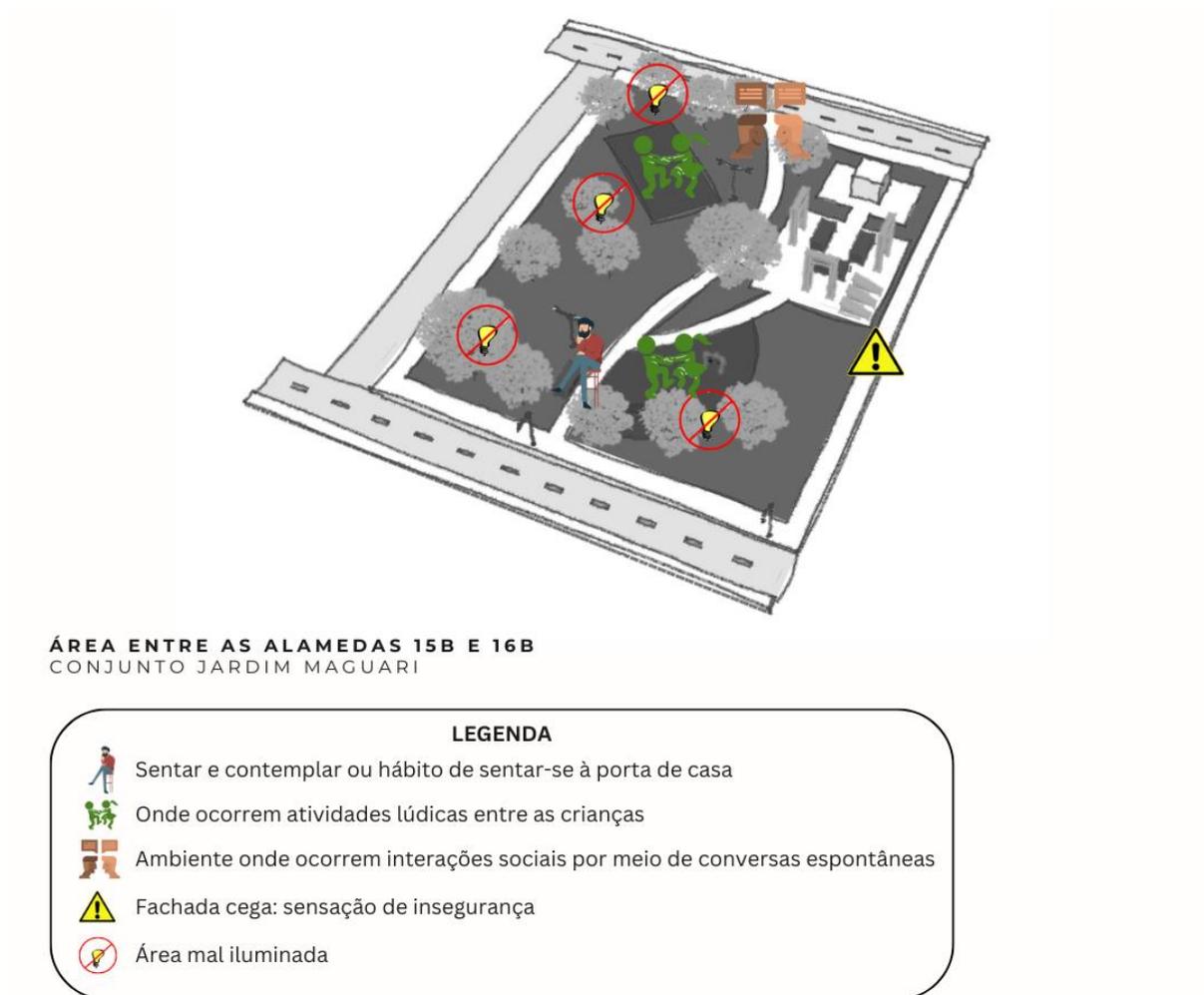
Conforme os moradores, o projeto da praça conservou atividades realizadas antes pela comunidade local, proporcionando a estrutura adequada para cada atividade a partir da revitalização e construção de novas instalações no local (Figura

Figura 39 – Usos da praça Odézio Mozart antes da intervenção urbana.



Fonte: acervo do autor (2020).

Figura 40 – Mapeamento afetivo da praça Odézio Mozart antes da intervenção.



Fonte: elaborado pelo autor.

É importante destacar que o espaço livre público, antes da intervenção urbana, era também frequentemente ocupado por usuários de drogas pela noite, período em que a área se tornava ociosa. Este último ponto fomentava a sensação de insegurança na comunidade local que evitava se apropriar do espaço em horários específicos. As apreensões sobre a praça antes da intervenção pode ser melhor entendida por meio do mapeamento afetivo (Figura 40):

Em datas festivas, os moradores citaram nas entrevistas sobre as comemorações ao dia da mulher, festa junina e dia das crianças que já ocorreram no local. Essas apropriações costumavam reunir uma grande quantidade de pessoas a partir da oferta de diversos serviços à população como cortes de cabelo e atrações musicais.

Percebe-se que, mesmo com a aproximação do Estado e do corpo técnico junto à sociedade para concepção do projeto urbanístico da praça Odézio Mozart, os atrativos delineados no programa de necessidades do espaço não consideraram todos os usos existentes e nem todos os usuários. Isto pode se justificar devido a participação da comunidade se resumir à consulta pública que, apesar de pertinente ao desenvolvimento do projeto, não explorou informações não verbais que poderiam ser constatadas na vivência ou observação do espaço como a prática de vôlei, espaços mais apropriados ao uso infantil, maior diversidade em equipamentos de academia ao ar livre, etc.

Figura 41 – Prática de vôlei em quadra improvisada no logradouro ao lado da praça Odézio Mozart.



Fonte: acervo do autor (2022).

Este argumento se fundamenta na observação do espaço público, pelo qual identificou-se a apropriação da área adjacente que não foi considerada em projeto (Figura 41). Isto sem considerar a ineficiência da iluminação pública e a falta de manutenção do espaço público por parte da gestão pública municipal que contribui para o estímulo à sensação de insegurança no espaço.

Mesmo com a intervenção, pontua-se que a ocupação da praça por usuários de droga continua, mas de forma reduzida, pois o espaço permaneceu ocioso no período noturno (Figura 42), principalmente nos dias de semana. Nesse ponto, convém destacar a importância do conhecimento técnico para o desenho do espaço público, um olhar mais amplo para as dinâmicas que ocorrem no espaço, de forma a complementar a observação mais íntima proveniente da comunidade local, centrada em um ponto de vista ou de um grupo específico.

Figura 42 – Dinâmica da praça Odézio Mozart durante o dia e noite.



Fonte: acervo do autor (2023).

Os dois sistemas aplicados nas intervenções incluem aspectos positivos e negativos que são apresentados em dois pontos de vista: a técnica (Quadro 12) e a da população (Quadro 13) com base nos dados coletados nas entrevistas aplicadas com os moradores.

Com base nas metodologias para implantação dos três espaços de lazer, aponta-se a necessidade de torná-los mais eficientes, pois ambos os modelos possuem aspectos negativos solúveis e pertinentes para que a intervenção urbana seja exitosa.

Quadro 12 – Balanço sobre a implementação do modelo de planejamento *Bottom-Up* e *Top-Down* em projetos no conjunto habitacional Jardim Maguari na perspectiva técnica.

ASPECTOS GERAIS DA INTERVENÇÃO NA PERSPECTIVA TÉCNICA		
ÁREAS DE ESTUDO	ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS
<p>ESPAÇO CRIANÇA FELIZ (<i>Bottom-Up</i>)</p>	<p>Participação ativa da sociedade civil; Tempo curto entre a concepção do projeto e a execução; Propostas coesas com as necessidades locais e a dinâmica urbana;</p>	<p>Escassez de recursos financeiros para implantação do projeto; Falta de inclusão ou baixa aderência de grupos sociais no processo de intervenção urbana;</p>
<p>PRACINHA DA ALAMEDA 20 (<i>Bottom-Up</i>)</p>	<p>Gera baixos custos para sua implantação.</p>	<p>Não há um aproveitamento do terreno de forma funcional ou lógica; Mobiliários fogem de recomendações técnicas que buscam melhorar o conforto do usuário (condições ergonômicas).</p>
<p>PRAÇA ODÉZIO MOZART (<i>Top-Down</i>)</p>	<p>Participação social; Disponibilidade de recursos financeiros.</p>	<p>A participação social limitou-se à etapa de concepção do projeto, não houve uma consulta posterior; Processo mais burocrático - maior tempo para entrega da obra; O programa de necessidades não permite a apropriação do espaço em todos os turnos, o que nos leva a apontar falhas na consulta pública sobre o projeto.</p>

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 13 – Balanço sobre a implementação do modelo de planejamento *Bottom-Up* e *Top-Down* em projetos no conjunto habitacional Jardim Maguari na perspectiva da população.

ASPECTOS GERAIS DA INTERVENÇÃO NA PERSPECTIVA DA POPULAÇÃO		
ÁREAS DE ESTUDO	ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS
<p>ESPAÇO CRIANÇA FELIZ (<i>Bottom-Up</i>)</p>	<p>Proporcionou a apropriação do espaço por outros usuários, principalmente as crianças; Garantiu maior sensação de segurança à população em relação ao espaço público;</p>	<p>Dificuldade em manter a manutenção do espaço, de forma a perder mobiliários e a função social do equipamento urbano gradativamente;</p>
<p>PRACINHA DA ALAMEDA 20 (<i>Bottom-Up</i>)</p>	<p>Ampliou o número de espaços livres públicos de lazer no conjunto habitacional.</p>	
<p>PRAÇA ODÉZIO MOZART (<i>Top-Down</i>)</p>	<p>Melhorias na estrutura física do espaço.</p>	<p>Há espaços mal iluminados que propiciam o uso da praça por usuários de drogas em frequência menor do que os moradores relatam antes da intervenção.</p>

Fonte: elaborado pelo autor.

Nota-se características importantes no modelo *Bottom-Up* para a mitigação ou solução de problemáticas urbanas que acometem a população constantemente, portanto, ser uma obra rápida, menos custosa e que considera substancialmente a participação social no processo de intervenção são aspectos indissociáveis para um bom resultado. No entanto, percebe-se a carência de recursos financeiros para subsidiar a obra, ainda que seja de baixo custo, e a necessidade de profissionais para mediar as tomadas de decisão no processo de intervenção.

Em contraponto, no modelo *Top-Down*, identifica-se no processo de intervenção a falta de autonomia da sociedade nas tomadas de decisão, sendo esta apenas consultada em uma fase preliminar ao desenvolvimento do projeto. Apesar de haver o esforço em promover a participação popular no processo de intervenção, ainda assim a ideia não é desenvolvida pelo Estado e o corpo técnico.

Outro fato que acomete os dois processos de intervenção a partir do modelo *Bottom-Up* é a ausência da gestão pública municipal como interessado em propostas sobre obras públicas que estimulem a apropriação e proporcione maior qualidade do ambiente urbano. Nesses casos, nem apoio financeiro, nem suporte técnico. Ressalta-se que a Secretaria de Urbanismo de Belém (SEURB), em um dos processos de intervenção foi comunicada, mas não houve nenhuma manifestação dessa natureza.

No processo *Top-Down*, a fase de concepção tem participação ativa da gestão pública e do corpo técnico, visto que foram esses atores sociais os responsáveis por articular as etapas do processo de intervenção. No entanto, na fase em que o projeto urbano foi elaborado, a sociedade exerce uma pseudoparticipação, isto porque a interação com a comunidade local restringiu-se a consulta sobre propostas para incrementar o projeto, sendo o corpo técnico responsável por mediar essas tratativas. Nesse caso, seria interessante que a comunidade local fosse incluída em todo o processo e contribuísse principalmente no fortalecimento de uma identidade para o espaço de lazer.

Enquanto isso, na fase de produção, a empresa licitada para executar o projeto urbanístico iniciou o trabalho sem nenhuma interação com a sociedade civil. Na fase pós-ocupação, a gestão pública teria papel fundamental para manutenção e conservação do espaço público, no entanto, a periodicidade em que esse serviço público é realizado não é adequada. Dessa forma, há períodos em que, por exemplo,

a grama está alta, equipamentos e mobiliários ficam sem uso por estarem deteriorados ou danificados.

No processo *Bottom-Up*, tanto a fase de concepção quanto a de produção tem participação ativa da sociedade civil que se envolve na elaboração da proposta e na produção dos mobiliários. O mercado não é envolvido por ser a própria comunidade a responsável por coletar os recursos necessários e executar a obra, capacitando os moradores nos mais diversos serviços: carpintaria, serralheria etc. O Estado e o corpo técnico, não foram acionados pela comunidade, portanto não participaram do processo. Nesse processo, observa-se o aspecto colaborativo em todas as fases do processo de intervenção urbana. O apoio mútuo entre os moradores para implementar as pracinhas estimulou o senso de pertencimento ao espaço, visto a conexão com a área estabelecida durante o período de execução da proposta de intervenção e do próprio uso do espaço, conforme o apurado nas entrevistas.

Por outro lado, a pós-ocupação revelou as fragilidades do sistema, pois, sem a participação da gestão pública, a comunidade local encontra dificuldades na manutenção da estrutura implantada com periodicidade. Tanto que um dos espaços intervindo regrediu ao patamar inicial, isto é, ao estado físico antes da intervenção. Isto posto, torna-se evidente que o aspecto participativo teve influência tanto na praça Odézio Mozart quanto no Espaço Criança Feliz e na pracinha da Alameda 20C. Nota-se que, de acordo com o grau de participação atribuído a cada intervenção, os resultados são mais ou menos interessantes se relacionados à vitalidade urbana como demonstrarão os mapas comportamentais na próxima seção.

5.3. MAPEAMENTOS COMPORTAMENTAIS

Esta seção apresenta a análise individual sobre cada área de estudo, após isso, os dados são cruzados para compreender as potencialidades e fragilidades dos processos *Bottom-Up* e *Top-Down* investigados no conjunto habitacional Jardim Maguari. Dessa forma, busca-se uma discussão sobre as possíveis contribuições dos processos de intervenção *Bottom-Up* em comparação ao modelo *Top-Down* na apropriação de espaços livres públicos no contexto local.

5.3.1. Análise dos mapeamentos comportamentais do Espaço Criança Feliz

O Espaço Criança Feliz é setorizado em 3 áreas com base na composição e dinâmica do espaço: descanso, recreação (playground) e de atividade física (Figura 43). Portanto, identifica-se atrativos que atendem diferentes grupos de usuários, principalmente idosos e crianças dos gêneros masculino e feminino.

Figura 43 – Setorização do Espaço Criança Feliz.

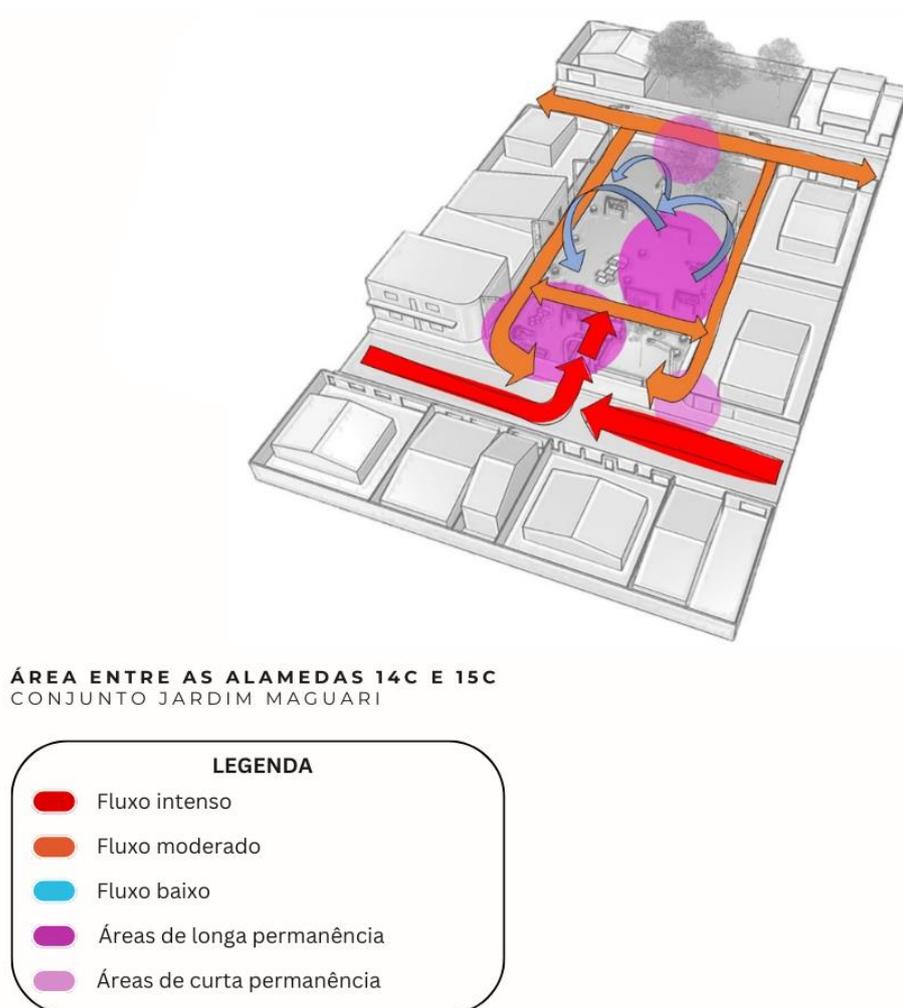


Fonte: elaborado pelo autor.

Diante disso, é possível compreender fluxos (Figura 44) e relações dos usuários com o ambiente construído, áreas de concentração e permanência. A área de descanso é localizada mais nas extremidades da praçinha, a área de recreação se localiza na parte central e ocupa a maior parte do terreno, enquanto a área de atividade física se localiza próximo à Alameda 16 C, sendo a menos frequentada.

Na área de descanso é onde se identificam períodos de permanência dos usuários maiores (acima de 1 hora) em razão de ser composta por mobiliários como bancos e localizada próxima das residências, situação que favorece o deslocamento rápido dos moradores a suas casas. Por isso também que se torna um espaço de concentração de usuários, majoritariamente adultos e idosos, que desenvolvem atividades como conversar, sentar e contemplar. Enquanto isso, o uso desta área por outros usuários demanda menor tempo, pois estes usuários, em grande maioria crianças, destinam a maior parte do tempo para atividades lúdicas no setor recreativo da pracinha.

Figura 44 – Diagrama de fluxo do Espaço Criança Feliz.



Fonte: elaborado pelo autor.

Ressalta-se que a área de descanso é onde os acompanhantes ou responsáveis das crianças se concentram, pois o espaço permite ao usuário um

campo de visão que abrange a via pública (Alameda 15C) e a pracinha. Ou seja, é estratégico ao usuário permanecer no local para perceber com facilidade alguma situação atípica na dinâmica do local ou no comportamento da criança que demande algum tipo de ação rápida: iminência de assalto ou deslocamento da criança para áreas de risco (via pública) são exemplos relatados pelos moradores (Figura 45 e 46).

Figura 45 – Proximidade entre a área de contemplação e a de recreação no Espaço Criança Feliz.



Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Figura 46 – Área de contemplação do Espaço Criança Feliz e campo de visão.



Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Na área de recreação é onde as interações com o ambiente construído ocorrem com maior frequência em razão do número de atrativos ao público infantil dispostos na pracinha como escorregador, amarelinha, balanço, traves de futebol e gangorra,

mas também em razão da quantidade desses usuários no entorno. Esses usuários estão quase sempre acompanhados, portanto, a presença de crianças na praçinha influencia na apropriação da praça por outros usuários. O uso dos mobiliários é geralmente compartilhado no caso da gangorra, traves de futebol e do balanço, situação que estimula a interação com outros usuários. As principais atividades observadas são correr, brincar, caminhar e conversar.

Por outro lado, ressalta-se que o uso da área de recreação e descanso ocorre principalmente a partir do final da tarde, quando a isolação sobre o espaço se torna mais branda, diminuindo o desconforto térmico provocado pela falta de sombreamento do espaço.

Figura 47 – Mobiliários e equipamentos urbanos do Espaço Criança Feliz.



Fonte: elaborado pelo autor.

Na área de atividade física são identificadas duas barras de apoio para flexões e uma base para abdominais, no entanto, ambas deterioradas, fato que pode ter contribuído para nenhum registro de interação com esses mobiliários. A falta de

atrativos nesse setor gera um espaço na pracinha com pouco uso, utilizado apenas com passagem devido às circulações existentes nas laterais da pracinha que conectam uma alameda a outra. Ao lado, existe uma área composta por um aglomerado de árvores de pequeno e médio porte é ocupada esporadicamente por moradores que realizam atividades como sentar e conversar, aproveitando-se do sombreamento proporcionado pela copa das árvores. A Figura 47 localiza os mobiliários e equipamentos existentes na pracinha após a intervenção:

A seguir é apresentada a análise dos mapas comportamentais gerados (Anexo B), onde é possível identificar usos e dinâmicas diferentes do espaço com base nas variáveis adotadas à análise.

No período da manhã, na quarta-feira, o fluxo de usuários foi baixo. O espaço foi utilizado apenas como passagem por moradores das ruas de acesso ao logradouro. O deslocamento dos usuários pelo espaço foi por bicicleta e a pé em circulações ativas. Enquanto isso, no período entre 16:00h e 20:00h, além do uso do espaço como passagem, identificou-se interações pontuais com os mobiliários infantis por crianças que são acompanhadas por algum adulto.

No sábado, pela manhã, observou-se novamente apenas a passagem de usuários pelas calçadas mais próximas das vias públicas, não sendo registrado deslocamentos por dentro do espaço. No outro período de observação, o espaço se torna mais ativo, observa-se o uso dos balanços e da amarelinha por crianças, mas o espaço todo é utilizado por outros usuários para brincadeiras lúdicas; os adultos que, na maioria das vezes são os responsáveis pelas crianças, se concentram na área de descanso onde se sentam nos bancos improvisados pelos moradores a partir da intervenção. O espaço atrai também transeuntes que utilizam a pracinha como atalho para acesso à Alameda 16 C ou à Alameda 15 C.

No domingo, pela manhã, registrou-se apenas três usuários no espaço, sendo dois transeuntes nas circulações internas da pracinha e uma criança na amarelinha. No outro período já houve interações com mobiliários como balanços e escorregador por crianças, enquanto adultos se concentraram na área de descanso.

O Quadro 14 apresenta os números em gênero e faixa etária dos usuários nos dias de coleta de dados:

Quadro 14 – Quantidade de usuários na pracinha Espaço Criança Feliz nos dias de coleta de dados.

DESCRIÇÃO		QUARTA-FEIRA	SÁBADO	DOMINGO	TOTAL	%
TOTAL DE USUÁRIOS		9	24	12	45	100%
Gênero	Nº de usuários do gênero masculino	5	11	7	23	51,10%
	Nº de usuários do gênero feminino	4	13	5	22	48,90%
Faixa etária	Nº de usuários de 0 à 12 anos (crianças)	2	14	5	21	46,66%
	Nº de usuários de 13 à 17 anos (adolescentes)	0	0	0	0	0%
	Nº de usuários de 18 à 59 anos (adultos)	6	6	6	18	40,00%
	Nº de usuários com mais de 60 anos (idosos)	1	4	1	6	13,34%

Fonte: elaborado pelo autor.

Em relação aos dias da semana, percebe-se uma movimentação maior aos finais de semana, em especial aos sábados, dia em que os moradores costumam permanecer mais em casa; aos domingos, o uso do espaço reduz, principalmente, em função da busca de outros atrativos de lazer na cidade como programações culturais, bares e orla, citam alguns moradores nas entrevistas (Figura 48); por outro lado, no dia de semana, é expressiva a redução na apropriação do espaço, o que pode ser explicado por ser um dia letivo, onde tanto as crianças podem estar na escola quanto os responsáveis trabalhando.

Figura 48 – Atrativos fora do conjunto habitacional Jardim Maguari de preferência dos usuários.



Fonte: elaborado pelo autor.

Os dados apresentados no Quadro 14 permitem afirmar que o maior grupo de usuários por faixa etária são crianças, isto pode ser consequência da maioria dos mobiliários serem destinados a tal público. Ao tratar dos mobiliários infantis, é importante destacar que os balanços são os mais buscados pelas crianças e também os mais conservados, situação que pode transmitir aos usuários maior confiança no uso do brinquedo; o escorregador é pouco utilizado e apresenta sinais de corrosão na estrutura, situação que pode oferecer perigo durante o uso do brinquedo caso haja alguma ruptura na estrutura. Os idosos formam número significativo também, ainda mais após o isolamento social estimulado pela pandemia de coronavírus. Esse grupo etário afirma nas entrevistas que identificaram na intervenção urbana um escape para as tensões que se formaram a partir das medidas de prevenção ao coronavírus somado à exiguidade e baixa qualidade de equipamentos de lazer ao ar livre no bairro.

Os mobiliários, de modo geral, têm papel fundamental na apropriação e permanência dos usuários, pois incentivam atividades que antes não eram possíveis por sua falta como sentar, brincar no balanço etc. No entanto, apesar dos moradores se preocuparem com a manutenção dos mobiliários, nem sempre é possível ter regularidade no conserto ou inserção de novos atrativos, fato que limita temporariamente o uso de algum brinquedo desgastado, por exemplo. Além disso, os mobiliários existentes são dispostos ao sol pleno, situação que inviabiliza a permanência dos usuários e compromete o uso dos mobiliários durante a insolação direta no espaço, desfavorecendo a apropriação da área.

O mapeamento comportamental revela que, apesar da intervenção ter sido pensada pela sociedade civil, a contribuição de outros atores sociais seria desejável em vários sentidos: melhor aproveitamento do espaço, questões relacionadas à acessibilidade espacial e ergonomia, promoção de diversidade de uso e na ocupação do espaço em diferentes turnos, projeto paisagístico e conforto. Isto porque observa-se ainda espaços sem uso no lote, a inatividade do espaço em horário de insolação direta e o direcionamento do espaço a um público específico em detrimento de outros usuários.

No entanto, conforme entrevista aplicada com usuários do espaço, a intervenção alcançou seu objetivo ao promover maior sensação de segurança, garantir espaço seguro às crianças para atividades lúdicas e proporcionar uma

alternativa de lazer no conjunto habitacional Jardim Maguari, ainda mais em um contexto de pandemia.

A sensação de segurança relatada pelos usuários acontece em função da maior apropriação desse espaço, mas que se limita ao turno da noite devido ao desconforto térmico em grande parte do turno da manhã e da tarde. A ocupação das vias públicas de acesso por moradores que se sentam à porta de casa transmite também sensação de segurança no percurso até a área intervinda, tornando o espaço mais acessível à vizinhança.

Entretanto, o espaço ocioso em frente a pracinha proporciona um contexto contrastante e de conflito, pois é alvo de disputa entre a maioria dos moradores que reivindicam a requalificação do espaço e uma moradora que mantém e monitora o espaço por interesse particular. No entanto, o espaço de vegetação densa e mal iluminado já favoreceu a ocorrência de violências como assédio e estupro, conforme relato dos moradores.

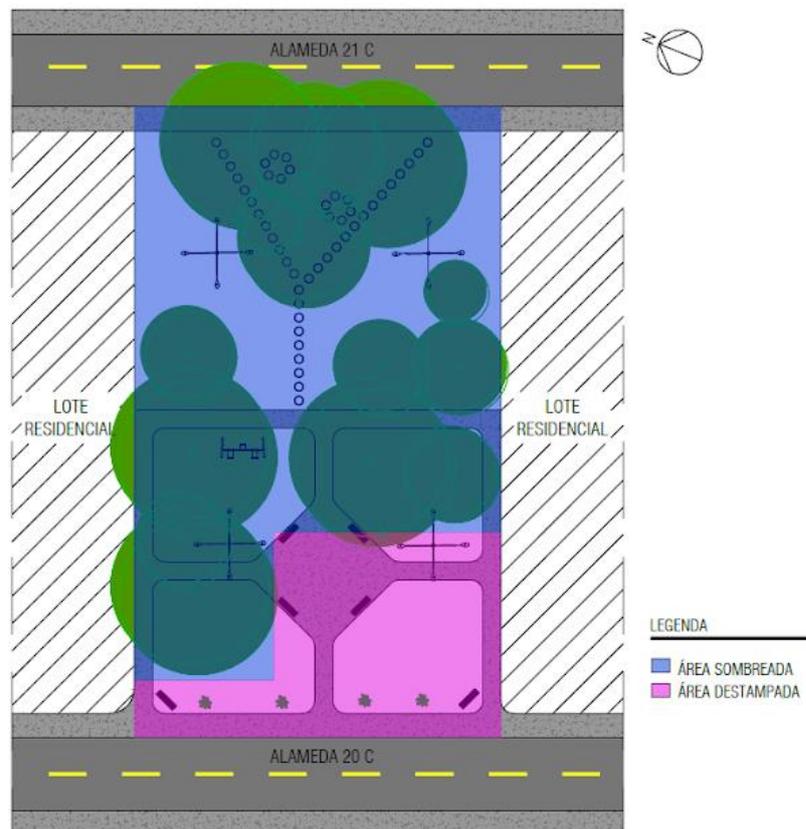
O desempenho do Espaço Criança Feliz é decorrente também do engajamento social na promoção de eventos culturais que aproximam os moradores e fomentam o senso de pertencimento ao local. Entende-se que o espaço foi ressignificado, pois lhe foi atribuído função social a partir da intervenção urbana e a construção de um novo imaginário geral sobre o local, tornando o espaço ocioso em espaço de diversão e entretenimento. É importante comentar que, relacionado ao aspecto cultural, são realizados eventos organizados pelos próprios moradores que celebram datas específicas como, por exemplo, festa junina, natal e dia das crianças, os quais contribuem ainda mais para o fortalecimento do senso de comunidade e, por consequência, no colaborativismo para manutenção e continuidade da intervenção.

Ressalta-se que o engajamento social foi peça-chave para a efetividade da intervenção urbana, pois mesmo sem contribuição do Estado, os moradores conseguem garantir a manutenção e continuidade da intervenção urbana com a renovação ou reparo dos mobiliários urbanos e prestação de serviços de limpeza seja pela organização de mutirões ou colaboração financeira entre os usuários. Tal engajamento social foi fortalecido por meio do processo de intervenção urbana, pois proporcionou maior aproximação entre os envolvidos e estimulou o senso de pertencimento ao local, conforme foi apurado nas entrevistas.

5.3.2. Análise dos mapeamentos comportamentais da pracinha da Alameda 20C

A pracinha possui duas fases pós-intervenção urbana: na primeira foram dispostos mobiliários urbanos com ênfase no público infantil assim como no Espaço Criança Feliz, no entanto, a falta de manutenção e colaboração entre os moradores resultou na segunda fase, onde permaneceram apenas algumas floreiras e bancos de concreto. Existem ainda no espaço o balanço deteriorado e a base para mesas de concreto que compuseram os mobiliários da primeira fase.

Figura 49 – Setorização da pracinha da Alameda 20C.



Fonte: elaborado pelo autor.

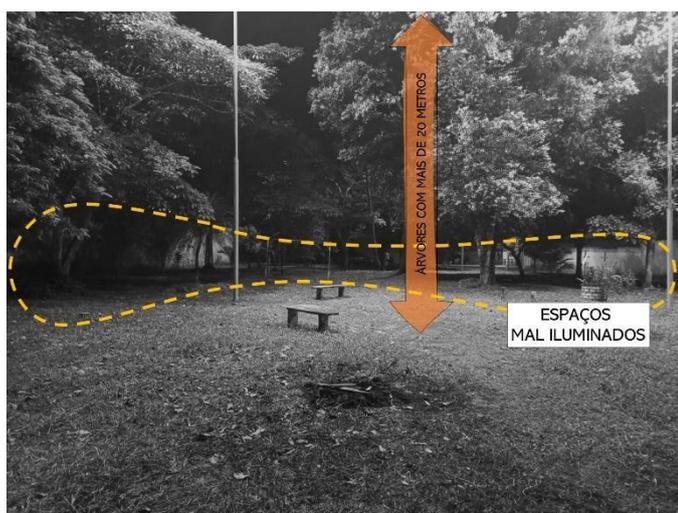
O espaço pode ser setorizado em duas áreas com base na sua composição vegetal (Figura 49): a área sombreada por copas de árvores de variados portes e a área destampada, exposta ao sol pleno, onde se configura uma área de convivência. Atualmente, a apropriação da pracinha é muito diferente do Espaço Criança Feliz, pois apesar da tentativa em qualificar a área para lazer da população, atualmente não há

estrutura física adequada para estimular sua ocupação como, por exemplo, mobiliários urbanos.

A área sombreada corresponde a aproximadamente 49% da área total da praça, mas sem nenhuma estrutura ou mobiliário que aproveite o conforto térmico que a vegetação proporciona. Enquanto na área destampada, são encontrados bancos de concreto restaurados no processo de intervenção e que, por serem de material resistente, foram conservados no tempo sem necessidade de manutenção.

À noite, outra problemática é percebida, a copa das árvores prejudica a iluminação da praça, de forma a provocar sensação de insegurança nos moradores e transeuntes, o que impacta na apropriação do espaço por gerar espaços propícios às práticas violentas como assaltos (Figura 50).

Figura 50 – Iluminação pública na praça da Alameda 20C.



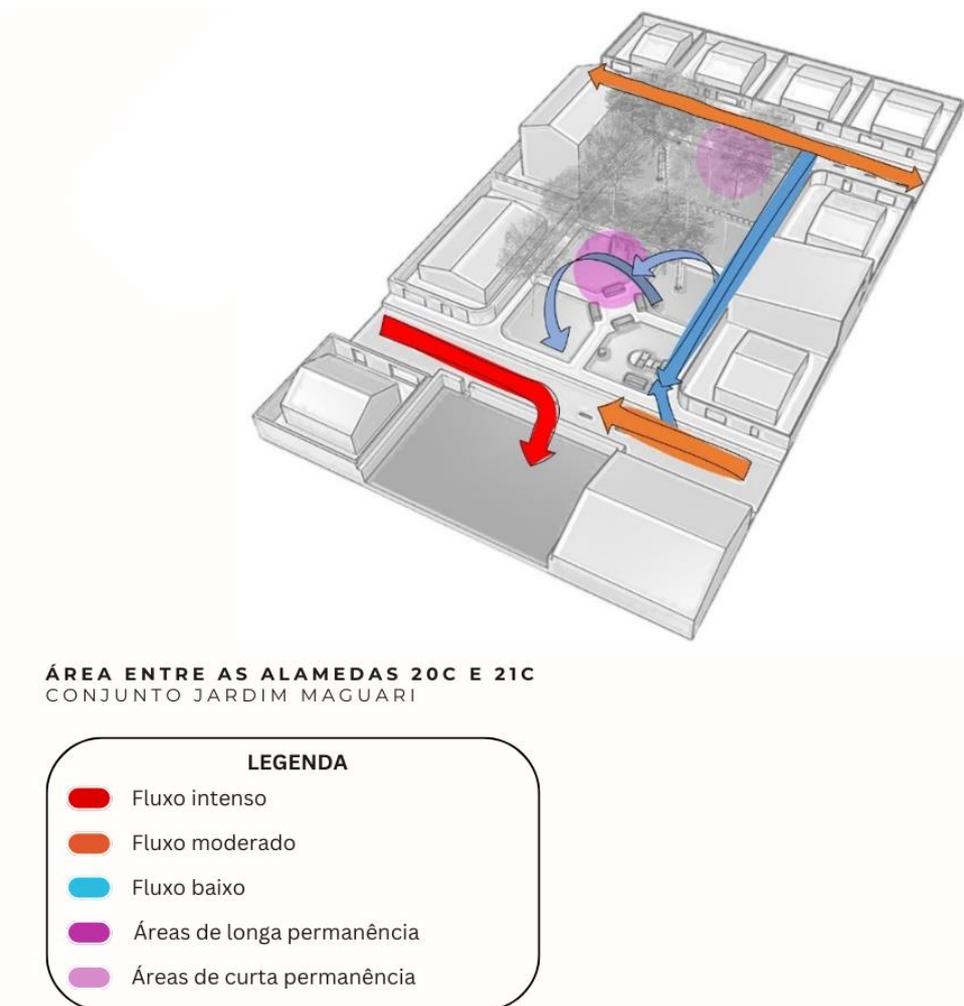
Fonte: elaborado pelo autor (2022).

As formas de apropriação registradas nas visitas ao local se limitaram às atividades lúdicas entre crianças que corriam pela área, o espaço mais ativo permanecia sendo a via pública, diferentemente do contexto que se encontrava imediatamente após a intervenção.

As áreas que concentram usuários (Figura 51) são de curta permanência, ocupadas principalmente por crianças para atividades lúdicas. No final da tarde, identifica-se a única atividade observada que estimula a permanência dos usuários: sentar em cadeiras de praia (dos próprios moradores) abaixo da copa das árvores,

assim como ocorre no Espaço Criança Feliz. Na via pública, os moradores sentam-se à porta de casa e conversam; a quadra de areia é o equipamento com maior frequência de uso pelos moradores, mesmo assim não possui influência relevante na apropriação da pracinha. Na maior parte das vezes, os usuários da quadra de areia utilizam a pracinha apenas como passagem, portanto, os fluxos transversais ao espaço não são intensos, além de serem esporádicos.

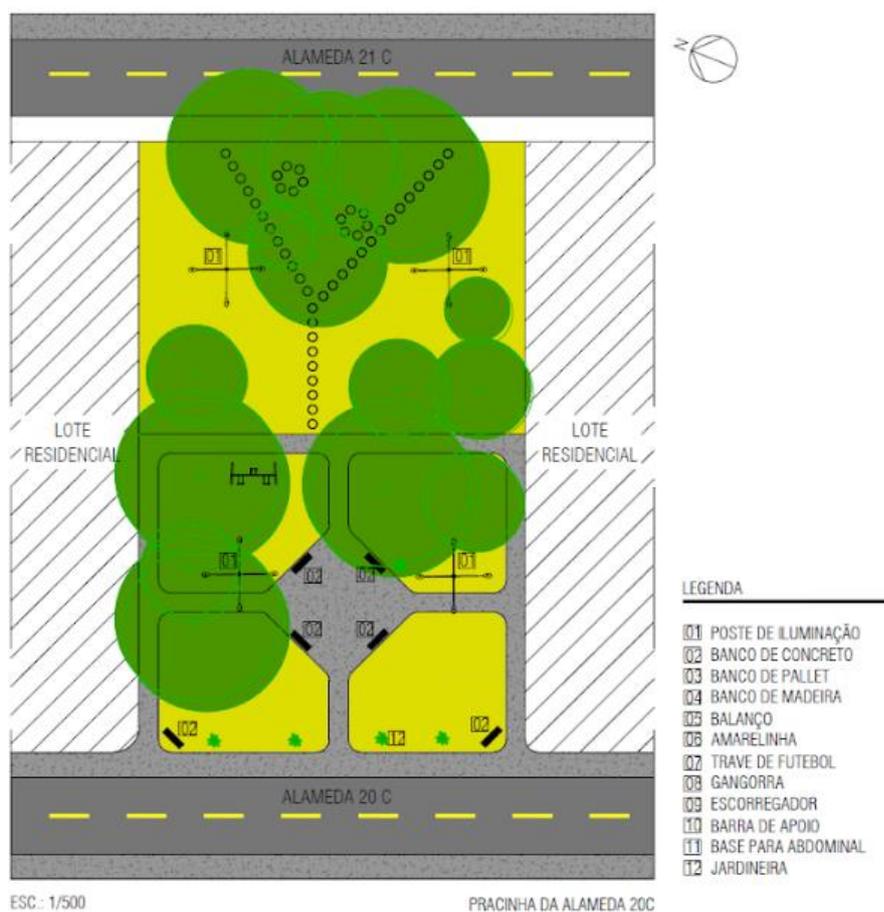
Figura 51 – Diagrama de fluxos da pracinha da Alameda 20C.



Fonte: elaborado pelo autor.

A Figura 52 localiza os mobiliários e equipamentos existentes na pracinha após a intervenção realizada pelos moradores:

Figura 52 – Mobiliários e equipamentos urbanos da pracinha da Alameda 20C.



Fonte: elaborado pelo autor.

Os mapas comportamentais (Anexo C) produzidos para a Pracinha da Alameda 20 C registram as seguintes informações:

Na quarta-feira, pela manhã, em razão do acesso a algumas residências pela pracinha, observa-se a passagem de um morador a sua casa, sendo este um caminho obrigatório a este usuário. No outro período de observação, observa-se novamente o mesmo usuário saindo de casa e utilizando a pracinha como passagem, assim como um outro morador residente na Alameda 20 C; por volta de 17:30 dois moradores sentam-se abaixo da copa das árvores com cadeiras de praia e conversam. Nesse período de final de tarde ainda se observou que acontecia uma partida de futebol na quadra de areia, entretanto, por mais que o acesso à quadra seja pela Alameda 20 C, nenhum usuário da quadra atravessou a pracinha.

No sábado, pela manhã, não houve nenhum registro de atividade, enquanto entre 16:00h e 20:00h a praça foi utilizada para atividades lúdicas entre crianças e como passagem por outros usuários.

No domingo, pela manhã, o espaço foi utilizado como passagem novamente por um único usuário, enquanto no outro período de observação ocorreram atividades semelhantes ao sábado, no entanto, com menos usuários praticando atividades lúdicas.

Outro uso da pracinha comentado pelos moradores nas entrevistas é sua utilização esporádica para aulas de campo sobre educação ambiental por instituição de ensino particular do próprio conjunto habitacional.

O Quadro 15 apresenta o quantitativo de usuários por gênero e faixa etária na pracinha da Alameda 20 C.

Quadro 15 – Quantidade de usuários na pracinha da Alameda 20C nos dias de coleta de dados.

DESCRIÇÃO		QUARTA-FEIRA	SÁBADO	DOMINGO	TOTAL	%
TOTAL DE USUÁRIOS		5	5	4	14	100%
Gênero	Nº de usuários do gênero masculino	4	2	10	16	51,10%
	Nº de usuários do gênero feminino	1	2	4	7	48,90%
Faixa etária	Nº de usuários de 0 à 12 anos (crianças)	3	2	5	10	46,66%
	Nº de usuários de 13 à 17 anos (adolescentes)	0	0	0	0	0%
	Nº de usuários de 18 à 59 anos (adultos)	2	1	8	11	40,00%
	Nº de usuários com mais de 60 anos (idosos)	0	1	1	2	13,34%

Fonte: elaborado pelo autor.

A maioria dos usuários por faixa etária é composto por adultos, sendo que estes utilizam a pracinha apenas como passagem, mas são as crianças que se apropriam do espaço para atividades lúdicas como pega-pega e pique-esconde. O espaço não

dispõe de atrativos suficientes para atrair outros usuários, mesmo crianças, já que estes na maior parte do tempo permanecem na via pública próximo às casas onde moram.

Em relação ao dia de semana, percebe-se uma dinâmica semelhante ao Espaço Criança Feliz, pois nos dias úteis o movimento é quase inexistente, enquanto no final de semana é possível observar algum movimento, seja no logradouro público ou na via pública. Considerando o uso do espaço como passagem a atividade com maior frequência no espaço, é pertinente comentar que o espaço não possui conexões entre as vias públicas totalmente pavimentadas, sendo improvisados caminhos para passagem de usuários.

É perceptível que a pracinha perdeu qualidade no decorrer do tempo, pois, sem colaboração do Estado, a vizinhança não se articulou e nem obteve suporte da gestão pública para manter a estrutura física entregue em 2020. A falta de mobiliários possivelmente influenciou no desinteresse dos usuários em frequentar o espaço. A ação colaborativa para intervenção no espaço produziu resultados imediatos, mas não houve mobilização da sociedade e nem do Estado para manter o espaço. Portanto, a intervenção alcança seu objetivo imediatamente após a intervenção, mas regride 1 ano após a entrega, de forma a se tornar novamente um espaço que provoca sensação de insegurança e com função social frágil, pois a pracinha atende parcialmente as necessidades do local, sem estrutura adequada para garantir lazer aos usuários.

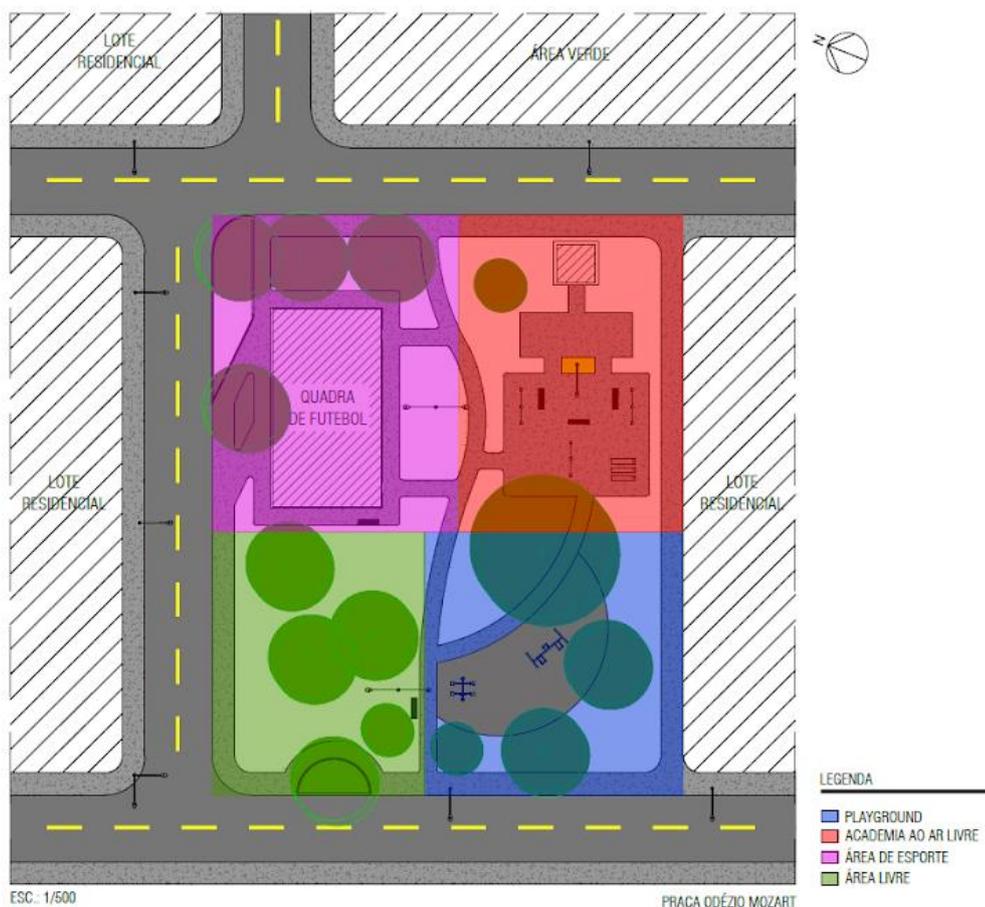
Ainda assim, percebe-se o interesse da população em se apropriar mais dos espaços a partir das atividades pontuais que ainda são praticadas no espaço, sobretudo pelas crianças. É válido pensar em estratégias e buscar parcerias que viabilizem a implantação da estrutura necessária para maior apropriação da pracinha.

5.3.3. Análise dos mapeamentos comportamentais da praça Odézio Mozart

A análise sobre a praça Odézio Mozart contribuiu em uma perspectiva diferente das intervenções anteriores, pois é inserida nesta pesquisa como objeto de comparação com as intervenções *Bottom-Up*, visto que seu processo está associado ao *Top-Down*.

O espaço é setorizado conforme sua composição física, portanto, divide-se em: área de academia ao ar livre localizada na parte central da praça, playground (recreação) localizado próximo à Alameda 15 B, enquanto a área livre e de esporte próximas à via pública que conecta a Alameda 15 B e 16 B (Figura 53).

Figura 53 – Setorização da praça Odézio Mozart.



Fonte: elaborado pelo autor.

Os mobiliários e equipamentos existentes estão destacados na Figura 54:

Figura 54 – Mobiliários e equipamentos urbanos da praça Odézio Mozart.



Fonte: elaborado pelo autor.

A academia ao ar livre é utilizada principalmente no início da manhã por usuários que praticam exercícios físicos como caminhada ou corrida no entorno da praçinha. O espaço na praçinha é utilizado principalmente para alongamentos e recebe tanto adultos quanto idosos, sendo a única academia ao ar livre no conjunto habitacional Jardim Maguari. No entanto, percebe-se pouca diversidade de mobiliários, sendo composta por barras de apoio, bases para abdominal e bancos, nesse sentido não possibilitam muitas possibilidades de exercício no local.

O playground é desenhado ao público infantil, sendo composto por dois brinquedos, uma gangorra e um balanço em bom estado de conservação. A frequência de uso é baixa e ocorre esporadicamente por crianças que residem nas proximidades. O espaço possui piso diferenciado, em areia branca, e é sombreado pela copa das árvores já existentes. O espaço para esporte se refere à quadra de futebol construída no local da quadra de areia existente, no entanto, a mudança na configuração da quadra resultou na formação de outra quadra de areia no terreno

adjacente para atender usuários que praticam vôlei, principal atividade antes da intervenção na praça. A área não possui arquibancada, portanto, quem está de fora acompanha as partidas em pé na grade. A área livre se refere a uma área gramada ampla sem função definida no projeto. Portanto, não foi observada nenhuma apropriação do espaço nos dias de coleta de dados.

As apropriações na praça podem ser melhor entendidas nos mapas comportamentais (Anexo D).

Observa-se na quarta-feira, pela manhã, o uso pontual da academia ao ar livre registrado a partir da interação de usuário adulto com a barra de apoio. No outro período de observação as atividades são mais diversas, registrou-se práticas de exercício físico, de esporte, mas também atividades como brincar e sentar no playground, demonstrando a apropriação de quase todos os espaços da praça. Observou-se também um grupo de homens sentados na calçada conversando após a prática de esporte na quadra de vôlei, nota-se que no espaço onde se concentraram não estão dispostos bancos.

No sábado, pela manhã, o uso da quadra de futebol começa mais cedo por usuários adolescentes e adultos, registra-se também o espaço sendo utilizado como passagem por outros usuários, sem interação com os mobiliários dispostos no caminho traçado por cada pessoa. No outro período, os usos se potencializam nos espaços da praça, sendo a quadra o maior atrativo, responsável por atrair mais de 70% dos usuários registrados no intervalo entre 16:00h e 20:00h.

No domingo, pela manhã, o fluxo de usuário reduz. Registrou-se a atividade de caminhar em volta da praça, sendo utilizada como passagem por usuários adultos e idosos. No outro período, novamente a quadra de esporte segue como principal atrativo, mas também são apropriados pelos moradores o playground e a academia ao ar livre. É comum observar a presença de atividades em grupos, isto é, geralmente neste dia da semana as pessoas chegam na praça acompanhadas para determinada atividade.

A quadra de futebol possui maior frequência de uso nos dias de observação, permanecendo como a principal atividade na praça, responsável pela permanência da maioria dos usuários por intervalos de tempo em torno de 1 hora e meia. Os caminhos

passivos são utilizados com frequência para passagem, sendo convidativos por estarem em grande maioria sombreados pela copa das árvores. A academia é utilizada de manhã antes do sol incidir sobre o local e a noite, enquanto o playground possui pouco uso.

O Quadro 16 apresenta o quantitativo de usuários por gênero e faixa etária na praça Odézio Mozart.

Quadro 16 – Quantidade de usuários na praça Odézio Mozart nos dias de coleta de dados.

DESCRIÇÃO		QUARTA-FEIRA	SÁBADO	DOMINGO	TOTAL	%
TOTAL DE USUÁRIOS		17	22	19	58	100%
Gênero	Nº de usuários do gênero masculino	16	15	45	76	51,10%
	Nº de usuários do gênero feminino	6	4	13	23	48,90%
Faixa etária	Nº de usuários de 0 à 12 anos (crianças)	0	0	0	0	46,66%
	Nº de usuários de 13 à 17 anos (adolescentes)	8	6	24	38	0%
	Nº de usuários de 18 à 59 anos (adultos)	14	11	30	55	40,00%
	Nº de usuários com mais de 60 anos (idosos)	0	2	4	6	13,34%

Fonte: elaborado pelo autor.

A maioria dos usuários da praça é adolescentes e adultos, impulsionados pela prática de esporte. Nesse local, as crianças não são prioridade e nota-se que pouco frequentam o espaço. A estética sóbria da praça, sem elementos lúdicos, não a torna atrativa às crianças em comparação ao Espaço Criança Feliz.

Os mobiliários são mal distribuídos, gerando ocasiões onde os usuários se sentam no chão para conversar. Outros espaços não possuem função definida e nem tratamento paisagístico para contemplação. Pelo contrário, evidenciando outra fragilidade notada no espaço - a periodicidade na manutenção da praça, sendo observado a necessidade de roçagem da grama e a manutenção das lixeiras.

Ainda assim, a estrutura da quadra, do playground e da academia se mostra conservada, mas não asseguram a diversidade de uso nesses espaços e nem de atrativos a usuários como crianças. No entanto, a intervenção proporcionou estrutura física melhor do que a existente antes da intervenção, mas não se ateu em proporcionar maior diversidade de usos da praça.

5.4. CONTRIBUIÇÕES DOS PROCESSOS *BOTTOM-UP*

O processo de intervenção urbana adotado nas áreas de estudo revela que a participação popular cumpre papel importante na definição dos usos existentes, fator importante para estimular a apropriação dos espaços, pois tais usos são coesos com as demandas locais. Em relação ao Espaço Criança Feliz se observa que apesar dos atrativos da pracinha serem fundamentais e atendam aos objetivos principais da intervenção - garantir segurança às crianças e ativar o espaço livre público ocioso - a proposta não contempla todos os usuários a exemplo dos adolescentes que pouco frequentam o espaço. Ainda assim, a manutenção e conservação dos mobiliários e equipamentos da pracinha são cruciais para sua continuidade do seu uso pelos moradores.

Em outro contexto, na pracinha da Alameda 20C, durante o processo de intervenção urbana não houve aproximação entre os moradores, como consequência se tornou difícil estimular o senso de pertencimento entre os moradores e o ambiente construído como estratégia para promover o colaborativismo em ações que visassem a conservação do espaço. Sendo assim, por mais que a vizinhança tenha a intenção de manter o espaço, são poucas pessoas dispostas a colaborar financeiramente ou com mão-de-obra para esse fim. Esse foi o fator que contribuiu para o regresso dos resultados alcançados após a intervenção.

As mudanças no espaço físico são mais perceptíveis no Espaço Criança Feliz: a implantação de mobiliários urbanos se torna o principal atrativo da pracinha, visto que a frequência de uso do espaço está relacionada aos bancos de praça e aos brinquedos do playground com se identifica nos mapas comportamentais; com o uso

do espaço, a comunidade local também se mobiliza para serviços de limpeza e manutenção, estimulando novas apreensões sobre o espaço e a construção de um novo imaginário geral sobre o local, desconstruindo o lugar ocioso, inseguro e mal cuidado.

Por outro lado, a pracinha da Alameda 20, apesar de ter passado pela mesma experiência e resultados que o Espaço Criança Feliz logo após a intervenção, atualmente vai ao encontro do contexto existente antes da intervenção. Permanecem no espaço apenas os mobiliários permanentes que foram revitalizados, o que pode ser um indicador para elaboração de novas diretrizes para uma possível próxima intervenção no espaço, isto é, propor a utilização de materiais que garantam a durabilidade da intervenção.

É interessante observar que por mais que tenham ocorrido ações colaborativas para qualificar espaços ociosos no conjunto habitacional com base no modelo *Bottom-Up*, ainda assim a praça Odézio Mozart concentra maior número de usuários. Isto pode ser explicado na análise em mesoescala, visto que a praça Odézio Mozart se localiza próximo à Avenida Principal (de maior fluxo), mas também ao lado de uma UBS.

Independente do desempenho de cada intervenção, as relações sociais potencializadas ou que surgiram com a intervenção, na sua maioria, permaneceram. Antes, quando um ou mais moradores costumavam sentar-se à porta de casa, após a intervenção, outros moradores se estimularam pelo movimento do espaço começaram a ter o mesmo comportamento e mantiveram-se à porta de casa.

No entanto, o desconforto térmico limita as interações sociais e com o ambiente construído ao final da tarde e à noite. Essa questão é uma falha de planejamento que poderia ter sido orientada por um técnico a partir de uma proposta de projeto paisagístico que promovesse sombreamento natural.

Os espaços, destinados ao público infantil, revelam forte apropriação desse grupo social, estimulada pelos equipamentos de playground produzidos para o local. Mas também se torna espaço de convívio, descanso e contemplação, no caso do Espaço Criança Feliz, para usuários que acompanham as crianças ou que se encontram para conversar ou passear pelo espaço.

Em síntese, as virtudes de processos *Bottom-Up* aplicados para recuperação de espaços livres ociosos no conjunto habitacional Jardim Maguari são: participação social, engajamento social, resposta rápida ao problema, coesão com as necessidades dos usuários e produção flexível. Por outro lado, as principais fragilidades consistem na falta de inclusão de grupos sociais nas tomadas de decisão; de articulação de ações pós-intervenção de conscientização ou promoção cultural; de recursos financeiros baixos, de conhecimento técnico para conduzir o processo de intervenção alinhado ao contexto local e à legislação vigente.

Isto posto, entende-se como contribuições dos processos *Bottom-Up* para apropriação e ressignificação de espaços livres públicos no conjunto habitacional Jardim Maguari: o estímulo ao senso de pertencimento e ao senso de comunidade, provocou-se maior sensação de segurança nas imediações pelo aumento do fluxo de usuários e transeuntes; fortaleceu interações sociais e com o ambiente construído; oferta mais alternativas de lazer que se somam as existentes; promove discussões sobre a cidade e a gestão pública e urbana, de forma a provocar conscientização política a partir das experiências vivenciadas.

Em comparação ao desenho proposto à praça Odézio Mozart, o processo de intervenção *Bottom-Up* proporciona à população conhecimento para compreender o processo de intervenção, de forma a amadurecer a forma de pensar o espaço público, por isso é importante o diálogo entre os atores sociais. A praça Odézio Mozart acerta em preservar usos já existentes no espaço, mas quando se depara com espaços ociosos, é trabalhoso pensar em atrativos coesos às necessidades da população, pois é preciso dialogar com diferentes grupos sociais e buscar atender as principais demandas locais. As experiências *Bottom-Up* no conjunto habitacional Jardim Maguari podem e devem seguir como um estudo piloto tanto pela sociedade quanto pela gestão pública para delinear uma proposta permanente que se aproxime da demanda local.

No geral, agrega qualidade ao ambiente urbano, ao mesmo tempo que as experiências individuais e coletivas no espaço contribuem para a formação de atmosferas memoráveis do cotidiano que se relacionam à vivência na cidade numa escala mais íntima, definida por Lamounier et al. (2009) de atmosfera de preferência.

Diante do exposto, entende-se que em um contexto de ineficiência da gestão pública, as intervenções urbanas por meio de processos *Bottom-Up* no Conjunto Maguari colaboram para mitigação das problemáticas urbanas existentes no local, embora precisem ser articuladas e executadas a partir da orientação ou contribuição entre os atores sociais para potencializar seus resultados e evitar o surgimento de novas problemáticas ou agravamento das existentes.

A partir de entrevista com servidor da SEMMA como representante da gestão pública, entende-se que a atual gestão (2021-2024) busca maior aproximação com população a partir do programa “Tá Selado”, o qual consiste em plenárias nos bairros da cidade com o intuito de discutir as particularidades de cada região da cidade de Belém para melhor atender as demandas locais. O “Tá Seladinho” é outro programa da prefeitura que deriva do “Tá Selado”, mas com o objetivo de escutar as demandas das crianças para a cidade.

Enquanto ao acompanhamento técnico, compreende-se que há uma cooperação entre as secretarias citadas na gestão urbana. As demandas para solicitação de projetos urbanísticos e manutenção de praças é direcionado à SEURB, no entanto, é tramitado e a proposta é submetida a um processo burocrático que pode esbarrar em limitações orçamentárias ou, simplesmente, não ser contemplada por outra razão. Enquanto isso, a SEMMA atua na gestão desses espaços e no aspecto ambiental, tratando sobre o paisagismo desses espaços.

Percebe-se que, apesar dos programas citados serem partida para assegurar maior participação da sociedade civil no planejamento urbano da cidade, conduzem a sociedade civil a uma pseudoparticipação, pois não garantem sequência às considerações da população e não as incluem em todas as etapas do processo.

Nesse sentido, entende-se o urbanismo *Bottom-Up* como principal instrumento acessível à sociedade civil, em específico à população do conjunto habitacional Jardim Maguari, para discutir a cidade e gestar o espaço urbano ao encontro dos interesses de seus usuários de forma participativa, democrática e colaborativa.

CONCLUSÕES E LIMITAÇÕES

O contexto urbano do conjunto habitacional Jardim Maguari e as experiências dos moradores com gestões públicas anteriores são fatores que colaboraram para articulação de intervenções urbanas colaborativas com a finalidade de qualificar espaços livres públicos ociosos. As intervenções *Bottom-Up* no conjunto habitacional Jardim Maguari se tornaram uma alternativa para gestão democrática e de resposta rápida aos problemas que perduram por anos no local.

Em uma perspectiva histórica, percebe-se a importância das intervenções realizadas em razão da redução significativa de espaços livres públicos destinados ao lazer e convívio, principalmente na década de 1990. Isso porque, somado a exiguidade de equipamentos públicos de lazer na região, a comunidade local não possuía alternativas ou espaços de lazer atrativos. Portanto, era necessário se deslocar por longas distâncias para tais atividades ou, o que ocorria com mais frequência, a apropriação das vias públicas para atividades de lazer, de forma a provocar conflitos entre os diferentes fluxos.

O estudo revela que a ausência ou ineficiência da gestão pública condena, até mesmo as intervenções urbanas de iniciativa popular, ao abandono caso não haja engajamento da sociedade civil para manter o espaço e dar continuidade à intervenção. Portanto, denota-se a importância da colaboração entre os atores sociais para que não somente os espaços sejam ativados, mas correspondam às demandas locais, estejam alinhados às leis urbanísticas e possam ser conservados ou realizados investimentos maiores para a durabilidade do ambiente construído.

É interessante que haja comunicação ou apoio entre os atores sociais para mitigar, na medida do possível, as problemáticas urbanas referentes à gestão urbana, em específico dos espaços livres públicos. As ações colaborativas por meio de processos *Bottom-Up* são passo importante para democratização do processo de planejamento urbano, no entanto, a metodologia de ação deve seguir a orientação de

pessoas especializadas em conjunto com a sociedade civil para a construção de uma proposta coesa e abrangente, que não somente atenda os interesses de um grupo específico.

As contribuições do modelo *Bottom-Up* para apropriação e ressignificação de espaços livres públicos ociosos no conjunto habitacional Jardim Maguari são indicativos de que este processo, que parte das interações coletivas, são instrumento fundamental para conscientização social sobre a importância desses espaços para a qualidade de vida da própria população. Isso não conduz apenas ao surgimento de novas intervenções, mas provoca a reflexão sobre o contexto urbano e a indução de novos comportamentos.

Contudo, percebe-se que o modelo *Top-Down* pode também ser flexível e praticar a participação popular nos processos de intervenção urbana, mas ainda é importante rever o protocolo para inclusão da comunidade nesse processo, de forma a descentralizar o poder nas tomadas de decisão e tornar-se mais democrático. Pois, independente que seja por meio de processos *Bottom-Up* ou *Top-Down*, o objetivo é entregar à população obras que atendam efetivamente suas necessidades e que não se distanciam do contexto local.

O espaço público ressignificado é outra benesse que as intervenções urbanas colaborativas proporcionaram a partir de seu processo que, além das transformações físicas, estimularam o senso de pertencimento e senso de comunidade, responsáveis por unir a comunidade local e, por consequência, estimular a apropriação constante do espaço e contribuir na promoção de eventos culturais. A construção de uma nova identidade ao local intervindo influencia na formação de um novo imaginário geral sobre o espaço marginalizado pelo abandono e na efetividade de políticas públicas que preveem a oferta de espaços de lazer à população por parte da gestão pública.

Orienta-se ações deliberadas a partir do consenso entre todas as camadas da população para o delineamento de políticas públicas que assegurem maior participatividade da sociedade civil no processo de planejamento urbano. Da mesma forma que se propõe a produção de cartilhas de orientação ao planejamento de espaços de lazer a partir de processos *Bottom-Up* ou qualquer forma de comunicação entre os atores sociais para potencializar os resultados de intervenções urbanas e disseminar práticas que correspondam à urgência dos problemas existentes na cidade

enquanto ações mais contundentes não podem ser deliberadas pela gestão pública, uma vez que o processo é longo e burocrático. Sugestão que, de forma alguma, isenta a gestão pública de participar, apoiar e orientar manifestações populares, a exemplo das intervenções urbanas colaborativas, que reivindicam o direito à cidade.

Os principais desafios para o desenvolvimento deste trabalho estão relacionados a aplicação dos métodos de pesquisa para coleta de dados em razão da pandemia de coronavírus e do livre consentimento dos voluntários para participar das entrevistas. Mas também tange as visitas periódicas ao conjunto habitacional Jardim Maguari, visto que há o controle de acesso em algumas vias públicas locais que não permitiram a investigação mais aprofundada sobre todos os espaços livres públicos de lazer e convívio disponíveis no conjunto habitacional.

Outro contratempo relacionado às entrevistas se refere à abordagem aos voluntários de pesquisa para extrair informações, pois algumas pessoas não se sentiam confortáveis em ceder informações devido conflitos com outros moradores ou se regulavam ao proferir críticas aos políticos que já contribuíram nas tentativas de construção do espaço.

Enquanto isso, outros voluntários não concordaram com as gravações, portanto, as principais informações foram anotadas para somar aos outros dados coletados. Por essa razão, apenas algumas das entrevistas realizadas foram transcritas no Apêndice A. As entrevistas não registradas no Apêndice A correspondem a intervenção na praçinha da Alameda 20C em razão do baixo número de usuários (maiores de 18 anos) disponíveis durante as visitas ao local e por não se sentirem confortáveis em terem as falas gravadas.

Para aprofundamento da discussão sobre a atuação da gestão pública em relação aos espaços livres públicos de Belém, sugere-se que sejam realizadas novas entrevistas com mais órgãos vinculados à gestão urbana ou que cooperem com a SEMMA e SEURB nessa regulação.

Visto a complexidade do sistema de espaços livres do Conjunto Jardim, considerando o recorte espacial analítico e os produtos desta pesquisa, pode-se dar continuidade a esta pesquisa com estudos sobre o sistema de espaços livres da área de expansão do conjunto habitacional Jardim Maguari contido em área

ambientalmente sensível, ocupado de forma semelhante aos espaços livres suprimidos no conjunto habitacional; compreender a partir da metodologia apresentada nesta pesquisa ou pelo uso de outros métodos de pesquisa os processos *Top-Down* associados ao planejamentos de praças no conjunto habitacional Jardim Maguari; e, por fim, as dinâmicas e impactos dos espaços livres públicos de acesso registro no local.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, K. F. de. **Plano de bairro para o Conjunto Jardim Maguari**. 2020. 266 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade Estácio de Belém, Belém, 2020.
- ARAÚJO, K. F. de; DONOSO, V. G; CAVALEIRO, L. R. dos S. Processo de intervenção urbana colaborativa no centro comercial do Conjunto Jardim Maguari, Belém, Pará. **Arq.Urb**, n. 31, 2021, p. 17-30. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/506>. Acesso em: 31 out. 2021.
- ARAÚJO, K. F. de; LEÃO, M. B. M. S.; LIMA, A. P. C. A produção do espaço urbano e o processo de ocupação do Conjunto Jardim Maguari, em Belém, Pará. **Cadernos PROARQ**, [s. l.], p. 82-100, 2023. DOI 10.37180/2675-0392-n40-5. Disponível em: <https://cadernos.proarq.fau.ufrj.br/pt/paginas/edicao/40>. Acesso em: 31 jul. 2023.
- ARAÚJO, L. E. S.; BOMTEMPO, M. R.; MELO, D. B. V. de; COELHO, M. de C.; MARINHO, S. M. F. **Assistência técnica em urbanismo e habitação de interesse social**: anotações de imersão da equipe técnica do CODHAB nas periferias do Distrito Federal - 2015-2018. Brasília: IAB-DF, 2019.
- BENETTI, P. **Desafios para o projeto urbano, metodologia e conceitos**: a necessária constituição de um sujeito político. Rio de Janeiro: Rio Books, 2020.
- BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 10 jul. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 22 jan. 2023.
- CHOAY, F. **O urbanismo**: utopias e realidades, uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- CUSTÓDIO V., CAMPOS, A. C. DE A., MACEDO, S. S., QUEIROGA, E. F. Espaços Livres Públicos Nas Cidades Brasileiras. **Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL**, Costa Rica, p. 1-31, 2011.
- DEL RIO, V.; GALLO, H. O legado do urbanismo moderno no Brasil: paradigma realizado ou projeto inacabado?. **ARQUITEXTOS**, 2000. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.006/958>. Acesso em 22 jan. 2023.
- DONOSO, V. G. **Paisagem e cotidiano em habitação social nas regiões metropolitanas de São Paulo e Santiago no Chile**. 2017. 321 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-09062017-110211/pt-br.php>. Acesso em 22 jan. 2023.
- GEHL, J.; SVARRA, B. **A vida na cidade**: como estudar. 1ª ed. São Paulo: perspectiva, 2018.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

GONÇALVES, R. G. Grandes Projetos Urbanos: das utopias de lugar nenhum às estratégias de qualquer lugar. In: I Circuito de Debates Acadêmicos, 2011. **Anais [...]**, Brasília, DF, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo36.pdf>. Acesso em 22 jan. 2023.

HAMRA, J. E. C. **Urbanismo Bottom-Up**: Sociedade em rede e processos de urbanização emergentes. 2018. 198 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde31082018160155/publico/DissCorrigidaJoseEduardoHamra.pdf>. Acesso em: 28 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de 2010: sinopse por setores**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/>. Acesso em 10 dez. 2022.

JOHNSON, S. **Emergência**: a vida integrada de formigas, cérebros, cidades e softwares. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

KLEIN, C.; KUHNEN, A.; FELIPPE, M. L.; SILVEIRA, B. B. Centrado no lugar ou na pessoa?: Considerações acerca de foco no mapeamento comportamental. **Trends Psychol**, Ribeirão Preto, v. 26, n. 2, p. 593-604, 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.9788/TP2018.2-03Pt>. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2018000200003. Acesso em: 31 jul. 2023.

LAMOUNIER, A. A.; CARVALHO, T. C. C.; YAMAKI, H. T.; TANGARI, V. R. Atmosferas de Preferência e Paisagens Cotidianas: a cidade através de múltiplos sentidos. In: **Anais da Conferência Internacional 2019 / Resensitizing Cities**. urban ambiances and senses: Proceedings of the International Conference. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, 2019. v. 01. p. 84-91. Disponível em: https://lasc.fau.ufrj.br/public/editor/Anais%20Ressensibilizando%20Cidades%20-%20Oficial_compressed.pdf. Acesso em: 22 jan. 2023.

LIMA, J. J. Conjuntos habitacionais e condomínios de luxo em Belém: duas tipologias em confronto. **Arquitextos** [online], ago. 2002. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.027/763>. Acesso em: 30 abr. 2021.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Kátal**, [s. l.], v. 10, p. 37-45, 2007. DOI <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/#>. Acesso em: 31 jul. 2023.

LYDON, M.; GARCIA, A. **Tactical Urbanism**: Short-term action for Long-term change. [s.n]: Island Press, 2015, 256 p.

MACÊDO, A. F.; ALMEIDA, A. M. O espaço público frente ao urbanismo tático: o caso das Praias do Capibaribe. In: Congresso Internacional Espaços Públicos, 2018. **Anais [...]**. Recife, 2018, p. 1 – 10. Disponível em: <http://parquecapibaribe.org/2018/03/01/espacopublicourbanismotatico/#:~:text=01%2F03%2F2018,O%20espa%C3%A7o%20p%C3%ABablico%20frente%20ao%20urbanismo%20t%C3%A1tico,case%20das%20Praias%20do%20Capibaribe&text=Este%20artigo%20refere%2De%20%C3%A0s,da%20comunidade%20de%20Santa%20Luzia>. Acesso em 22 jan. 2023.

MACEDO, S.; QUEIROGA, E.F.; CAMPOS, A. C. de A.; CUSTODIO, V. (Org.). **Quadro geral da forma e do sistema de espaços livres das cidades brasileiras**. Livro 2. São Paulo: FAUUSP, 1ª Ed. 2018.

MAGALHÃES, C. S. **Planejamento urbano e participação social**: a Conferência das Cidades e a experiência recente de Duque de Caxias (RJ). 2008. 233f. Dissertação (mestrado em arquitetura e urbanismo), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. Disponível em:

https://www.academia.edu/3855765/PLANEJAMENTO_URBANO_E_PARTICIPA%C3%87%C3%83O_SOCIAL_a_Confer%C3%Aancia_das_Cidades_e_a_experi%C3%Aancia_recente_de_Duque_de_Caxias_RJ_. Acesso em 22 jan. 2023.

MAGNOLI, M. **Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana**. Tese (Livre-docência - Área de Concentração: Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MALAMUT, Marcos. **Paisagismo: projetando espaços livres**. Lauro de Freitas: Livro.com, 2014.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. São Paulo: Didática, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MAYER, L. Q.; ARAUJO, K. F. de; MÜLLER, A. P. S.; WEISS, R.; BILHERI, E. B. Percepções e desdobramentos sobre a sensação de segurança nos espaços públicos do Conjunto Jardim Maguari, em Belém/PA. **Pixo**. v.6, n.3, 2022, p. 184-199. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/4006>. Acesso em: 22 jan. 2023.

MENDONÇA, E. M. S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **REVISPSI**, v.7 n.2, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/10926/8628>. Acesso em: 22 jan. 2023.

MONTE MÓR, R. L. M. As Teorias Urbanas e o Planejamento Urbano no Brasil. In: DINIZ, C.C.; CROCCO, M. (Org.). **Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 61-85, 2006.

ORNSTEIN, S. W.; BRUNA, G. C.; ROMERO, M. de A. **Ambiente construído & comportamento: a avaliação pós-ocupação e a qualidade ambiental**. São Paulo: Nobel/Fauusp/Fupam, 1995. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000892891>. Acesso em: 22 jan. 2023.

ORNSTEIN, S. W. Divergências metodológicas e de resultados nos estudos voltados às relações ambiente-comportamento (RAC) realizados nas escolas brasileiras de arquitetura. In: **Tassara ETO**, Rabinovich EP, Guedes MC, editores. **Psicologia e ambiente**. São Paulo: EDCU; 2004. p. 231-240.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 2.ed. São Paulo: Papirus, 1997.

PIPPI, L. G. A.; GABRIEL, L. de C.; COCCO, R. M.; COUTINHO, L. de F. D.; SCHWINGEL, H.; GIOVELLI, M. G. A utilização de multimétodos de caracterização e análise da paisagem e dos espaços livres intraurbanos de Santa Maria – RS. **Paisagem e Ambiente**. São Paulo, n. 36, p. 139-175, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/103858>. Acesso em: 22 jan. 2023.

PIZZOL, K. M. S. de A. **Uso e apropriação dos espaços livres públicos e informais de uma área urbana em João Pessoa – PB**, 2005. 174f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Programa de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005. Disponível em: <https://livrozilla.com/doc/1673375/uso-e-apropri%C3%A7%C3%A3o-dos-esp%C3%A7os-livres-p%C3%BAblicos-e-informais>. Acesso em: 22 jan. 2023.

PONTES, B. F. de. **Observar o espaço público: ferramentas transdisciplinares de análise das sociabilidades e espacialidades urbanas**. 2021. 108 p. Dissertação de mestrado (Mestrado em Estudos Urbanos) - Universidade Nova de Lisboa, [S. l.], 2021.

QUEIROGA, E. F. **Dimensões Públicas do Espaço Contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros**. 2012. 284 f. Tese (Livre Docência em Paisagem e Ambiente). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da

- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/16/tde-07122016-101803/publico/QUEIROGA.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.
- QUEIROGA, E., BENFATI, D. Sistemas de espaços livres urbanos: construindo um referencial teórico. **Paisagem e Ambiente**, v. 24, p.81-87, 2007.
- ROGERS, R. **Cidades para um pequeno Planeta**. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.
- SALVADOR, A. D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. Porto Alegre: Sulina, 1986.
- SANTOS, C. N. F. (coord.) e VOGEL, A. **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. Rio de Janeiro: FINEP/IBAM, Projeto, 1985.
- SANTOS, C. N. F. dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: Universidade Federal Fluminense. EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.
- SOMMER, B. B.; SOMMER, R. **A practical guide to behavioral research: Tools and techniques**. Nova York: Oxford University Press, 1986.
- SOMMER, R.; SOMMER, B. **A practical guide to behavioral research: Tools and techniques**. New York: Oxford Press, 2002.
- SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento urbano e à gestão urbanos**. 3ªed. Rio de Janeiro: Bertarnd Brasil, 2004.
- SILVA, S. P. **Democracia, políticas públicas e instituições de deliberação participativa: visões sobre a experiência brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 1990. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8252/1/TD_2358.pdf. Acesso em: 22 jan. 2023.
- SILVEIRA, R. M. H. A entrevista na pesquisa em educação: uma arena de significados. In: Costa MCV (org.). **Caminhos Investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- SOUZA, R. D. P. de. **A área de expansão de Belém: um espaço de múltiplas vivências**. 2016. 138 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.
- TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa. Construção teórico-epistemológica: discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas**. 2a ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- VALLA, V. V. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. **Cad. Saúde Pública**, n. 14, 1998, p. 7-18. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/YcmBR9tNZcjkmhGXx7L7YXc/?lang=pt>. Acesso em 22 jan. 2023.
- VILLA, S. B.; SARAMAGO, R. C. P.; GARCIA, L. C. **Avaliação Pós-Ocupação no Programa Minha Casa Minha Vida: Uma Experiência Metodológica**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2016. Disponível em <https://morahabitacao.files.wordpress.com/2015/07/os-014631-proex-ufu-livro-sangria-lu.pdf> Acesso em: 17 nov., 2021.

APÊNDICE A¹¹

THALES BARROSO – ARQUITETO E URBANISTA, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROJETOS PAISAGÍSTICOS DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DE BELÉM (SEMMA).

1. Como os órgãos públicos reagem às intervenções urbanas colaborativas sem assessoramento técnico no espaço urbano de Belém?

Para SEMMA como órgão público municipal, a intervenção que é feita pela sociedade depende da escala, do impacto, da dimensão dessa obra que é feito. Portanto, se alguém vai capinar ou fazer algum tipo de paisagismo residencial ou plantar algumas plantas ornamentais, isso já não tem tanta preocupação. Agora se uma obra física isso já nos causa preocupação porque é a apropriação do espaço público por uma pessoa, aí tem que saber se é em conjunto com a comunidade ou se é só uma pessoa que fez. Então, se eu tenho uma praça e uma pessoa ocupa esse espaço, só uma pessoa, um grupo pequeno de pessoas, isso causa preocupação, porque a apropriação do espaço público se torna privado. Agora se é uma comunidade que se reuniu e quer e fez uma intervenção, isso não tem tanto problema, desde que ela esteja dentro do código de posturas. E aí nós analisamos e encaminhamos para SEURB caso tenha que ser feito algum ajuste.

2. Qual o processo para tramitação de uma solicitação de intervenção urbana em espaços livres públicos de Belém?

A tramitação deve ser feita via ofício para SEMMA e isso deve ser analisado pelo Departamento de Projetos Paisagísticos. Para submeter essa intervenção ela deve ter também autorizado de outros órgãos, da SECOM e da SEURB, e se ela está de acordo com o código de posturas e também se ela está de acordo com a comunidade. Como a gente faz, a gente recebe o ofício, o secretário do gabinete manda para o departamento responsável. Então faz-se uma conversa junto com a educação ambiente, junto com a pessoa que está pedindo a intervenção e entendemos o que pode ser feito. A partir disso, a gente pode entrar na intervenção junto, seja doando mudas, com educação ambiental ou apenas dando orientação do que pode ser feito ou não. Estamos sempre abertos a receber essa intervenção vinda da população, porque a gente entende que ela que cuida do espaço porque a prefeitura não consegue abranger os 428 logradouros.

¹¹ Algumas informações contidas no texto que são produto das entrevistas foram pontuadas pelos entrevistados e anotadas pelo entrevistador, visto que essas conversas se desenvolveram de maneira informal, sem a gravação de áudio. Isso porque um assunto emendava no outro e alguns entrevistados não quiseram ser gravados.

3. Quando há indeferimento da solicitação, qual a principal justificativa?

O indeferimento depende muito da escala, da proporção dessa intervenção e de quem de fato está se apropriando. Depende muito do que a pessoa que fazer com essa intervenção, porque depende de outros órgãos, compete a ela apenas o monitoramento das praças.

4. Quais os projetos e planejamento urbano propostos para os espaços livres de Belém para mitigação dos problemas urbanos que impulsionam as intervenções espontâneas?

Não podemos fazer obra, quem faz obra é a secretaria de urbanismo. Então nós chegamos com a comunidade, junto com a educação ambiental e nós fazemos um trabalho de cada comunidade orientar o que pode ser feito e o que não pode. E caso elas queiram fazer algo, nós fazemos o paisagismo, então nós observamos as praças que podem receber o paisagismo, conversando com a comunidade. E aí fazemos o paisagismo e a comunidade mantém.

5. De que forma se poderia apoiar, participar ou fomentar as práticas urbanas contemporâneas com base nas políticas públicas em vigor?

Dentre a atual gestão municipal, existe o Tá Selado, que é de participação população. Então é um programa da prefeitura para que a população participe d a política pública para que ela possa escolher tanto recursos quanto áreas que são destinadas para obras.

WANIA MERCUE (37 ANOS) – RESIDE NA ALAMEDA 14C DO CONJUNTO JARDIM MAGUARI

<p>1. Quais as principais dificuldades percebidas no processo em questão?</p>
<p>O processo de intervenção foi produtivo. Pra acontecer foi uma mobilização de todos os moradores, só que aí veio a pandemia, várias coisas que interferiram, mas formamos esse grupo, mas a gente tem essas dificuldades.</p>
<p>2. Qual a percepção sobre o ambiente construído antes e após a intervenção urbana e em que ela contribuiu?</p>
<p>Mudou o cotidiano das crianças que antes não tinham espaço pra brincar, elas brincavam na rua correndo risco de sofrer acidente pelas motos, pelos carros que passavam. Antes da intervenção a gente frequentava com mais frequência outros espaços como a orla de Icoaraci. Fora isso, a gente frequentava outros lugares lá no centro. Eu gosto do espaço em si porque aqui é arejado, dessa reunião que a gente tem, de conversar com as pessoas e a gente acaba interagindo com as outras pessoas que estão aqui.</p>
<p>3. Os resultados da intervenção atenderam as demandas da comunidade? Se não, quais pontos requerem atenção?</p>
<p>Sim.</p>
<p>4. De que forma a comunidade se articula para manter o ambiente construído conservado ou para intervir em outros espaços livres com potencial de ocupação?</p>
<p>Como o espaço era ocioso, não tinha nada, melhorou em tudo. So que, a gente também é um grupo da rua pequeno, né, pra fazer a manutenção. Então, às vezes, a gente tem apoio dos moradores pra fazer a manutenção, às vezes não, a gente tem que passar de casa em casa pedir. A gente tenta fazer, comprar roçadeira, tudo, mas não tem quem manuseie. Entendeu? Mas no resto melhorou muito até mesmo pra outras pessoas que não são da rua. Porque é mais cômodo porque é perto de casa. Ai como a gente tem um espaço destinado pra nós, acaba sendo que fica melhor de levar nossos filhos, nossos netos porque é próximo de casa.</p>

NILSON SENA (42 ANOS) – RESIDE NA ALAMEDA 14C DO CONJUNTO JARDIM MAGUARI

1. Quais as principais dificuldades percebidas no processo em questão?
Tá faltando uma pessoa que seja forte. A gente pegou sol, pegou chuva, teve morador que tirou dinheiro do próprio bolso pra manter isso aqui, isso a gente não pode esquecer.
2. Qual a percepção sobre o ambiente construído antes e após a intervenção urbana e em que ela contribuiu?
A única melhora que tem é que o povo continua unido, faz a coleta e faz a limpeza. Do governo não tem apoio, da comunidade sim. Pra melhorar seria ter o apoio do governo, é ter calçada, brinquedo, intimidar pessoas que tá querendo acabar, que é contra. Isso aí tá faltando mesmo, uma pessoa que venha e veja que isso aqui é do Conjunto, é público e a gente mantém a ideia das crianças, tirar da rua e por na praça. A criançada é a melhor parte da praça.
3. Os resultados da intervenção atenderam as demandas da comunidade? Se não, quais pontos requerem atenção?
Sim, em parte como eu disse.

DONA ILMA (62 ANOS) – RESIDE NA ALAMEDA 14C DO CONJUNTO JARDIM MAGUARI

1. Quais as principais dificuldades percebidas no processo em questão?
Particpei do processo e foi muito gratificante, desde o começo, começamos juntos e estamos até hoje na luta. Eu moro 28 anos pra cá e esses governos todinhos nenhum fez nada e se hoje ela tá assim não foi por causa de governo, foi um esforço dos moradores. Nunca veio o governo aqui, só a Celpa pra iluminação.
2. Qual a percepção sobre o ambiente construído antes e após a intervenção urbana e em que ela contribuiu?
Acho que principalmente até nossa saúde, porque a gente só vivia dentro de casa. E quando começou isso aqui a gente começou a conversar mais, interagir, se distrair, uniu mais a comunidade e a mente do idoso que precisa estar na ativa, pra mim melhorou muito. Mas ainda precisa ter mais brinquedos, porque ainda são poucos, a gente luta com dificuldades pra manter, porque são poucos os moradores e a gente não tem apoio de ninguém, são só os moradores mesmo.
3. Os resultados da intervenção atenderam as demandas da comunidade? Se não, quais pontos requerem atenção?
Sim.
4. De que forma a comunidade se articula para manter o ambiente construído conservado ou para intervir em outros espaços livres com potencial de ocupação?
Só da gente ver a felicidade das crianças aí a gente já se sente atraída com vontade de colocar mais coisa ainda.

LÚCIA (69 ANOS) – RESIDE NA ALAMEDA 14C DO CONJUNTO JARDIM MAGUARI

1. Os resultados da intervenção atenderam as demandas da comunidade? Se não, quais pontos requerem atenção?

Aqui assalto era direto, hoje melhorou muito. agora só de criança.. antes a gente contava nas festas 17x3, vinham 17x30, encheu igual círio de Nazaré que a gente não podia andar, a gente até se emociona.

2. De que forma a comunidade se articula para manter o ambiente construído conservado ou para intervir em outros espaços livres com potencial de ocupação?

Eu sou uma das moradoras mais antigas e a luta foi muito grande, isso aqui era o lixão do Conjunto. O pessoal que já morava na alameda 1, alameda 3, que fazia limpeza nos terrenos já vinha jogar pra cá. Aí quando começaram a desviar matéria da ENEL, da Socilar (APE) e tudo, eles vinham e cavaram um buraco aqui pra tirar matéria-prima e a matéria-prima da empresa eles desviavam, vendiam né. Aí foi ficando aquele buraco, aquele buraco e as pessoas jogavam até carcaça de combi, carroceria de caminhão, isso de 85 pra cá.

Por aqui já passou muitos vizinhos novos desde que mudei pra cá, que metiam a cara. Aí veio ajuda do Arbage (político) duas vezes pra cá, mas o material sumia tudo. A única coisa que eles conseguiram fazer foi só essa calçada, mas a gente tinha material pra fazer a praça dos sonhos. Mas aos poucos a gente tá realizando nosso sonho, não está do jeito que a gente quer, mas aos poucos a gente consegue. Você chegou agora que tá com pouco movimento, mas tem tempos que aqui não tem onde sentar, que as crianças vêm a gente luta muito porque vem vizinho e solta cachorro aqui. A gente gasta muito aqui pra roçar, abrir letra e quando chega uma data comemorativa a gente faz nossos planos, a gente decora tudo, até hoje tem decoração, as crianças participam.

ROSA SILVA (35 ANOS) - RESIDE NA ALAMEDA 21C DO CONJUNTO JARDIM MAGUARI

1. Quais as principais dificuldades percebidas no processo em questão?
Meu filho, tivemos muita dificuldade de fazer coleta, né. Muita gente não quis colaborar, inventavam muitas desculpa. Conclusão, poucos moradores colaboraram com mão de obra mesmo e a líder comunitária deu o material.
2. Qual a percepção sobre o ambiente construído antes e após a intervenção urbana e em que ela contribuiu?
Quando a gente acabou, tava tudo bonito, arrumadinho, bom mesmo. Tinha brinquedo pra criança, banco, mas hoje não tem nada mais aqui. Tá um espaço esquecido, dá até medo de passar aqui porque é escuro e às vezes sem ninguém.
3. Os resultados da intervenção atenderam as demandas da comunidade? Se não, quais pontos requerem atenção?
Não. A falta de manutenção, né. Acho que se tivesse alguém pra cuidar do que fizemos seria diferente.
4. De que forma a comunidade se articula para manter o ambiente construído conservado ou para intervir em outros espaços livres com potencial de ocupação?
A gente tente fazer coleta pra roçar a grama aí pra não cresce, só isso mesmo.

MARCOS PANTOJA (37 ANOS) - RESIDE NA ALAMEDA 20C DO CONJUNTO JARDIM MAGUARI

1. Quais as principais dificuldades percebidas no processo em questão?
Não se envolveu.
2. Qual a percepção sobre o ambiente construído antes e após a intervenção urbana e em que ela contribuiu?
Rapaz, é perigoso pras criançacinha e pra quem passa sozinho, só quando tem movimento na quadra que não tem bronca pra quem passa.
3. Os resultados da intervenção atenderam as demandas da comunidade? Se não, quais pontos requerem atenção?
Não, tá uma vergonha essa pracinha.
4. De que forma a comunidade se articula para manter o ambiente construído conservado ou para intervir em outros espaços livres com potencial de ocupação?
De vez em quando o pessoal vem aqui em casa para colaborar em algo, e a gente ajuda como dá. Se não fica pior do que já tá.

GABRIEL SANTOS (25 ANOS) - RESIDE NA ALAMEDA 21C DO CONJUNTO JARDIM MAGUARI

1. Quais as principais dificuldades percebidas no processo em questão?
Não se envolveu.
2. Qual a percepção sobre o ambiente construído antes e após a intervenção urbana e em que ela contribuiu?
É triste ver o espaço abandonado assim. As crianças brincavam aí, até mesmo o pessoal do futebol vinha sentar aqui depois das partidas. Acho que foi falta de cuidado mesmo em manter preservado o espaço, a gente vai deixando de dar valor. A gente quando quer ir em algum lugar aqui no conjunto tem que ir pra longe, fora que lazer não tem, só nas praças lá de Belém no domingo, nesses dias assim.
3. Os resultados da intervenção atenderam as demandas da comunidade? Se não, quais pontos requerem atenção?
Eu lembro de quando a intervenção foi feita, tava bem bacana, mas não cuidaram e ficou assim. Hoje não atende mais nossa demanda.
4. De que forma a comunidade se articula para manter o ambiente construído conservado ou para intervir em outros espaços livres com potencial de ocupação?
Cara, essas coisas não sei te responder, talvez o pessoal lá de casa saiba te dizer como fazem.

VITORIA LEITE (57 ANOS) - RESIDE NA ALAMEDA 15B DO CONJUNTO JARDIM MAGUARI

1. Quais as principais dificuldades percebidas no processo em questão?
Não se envolveu.
2. Qual a percepção sobre o ambiente construído antes e após a intervenção urbana e em que ela contribuiu?
Eu caminho toda manhã por aqui, eu saio de casa pra pegar a principal e passo pela praça. De vez em quando eu uso a academia quando meu esposo vem comigo. Mas não costumo frequentar em outro horário, não, só nesse. Porque depois fica escuro com pouca gente e fico com medo. Enquanto os meninos estão jogando bola lá é tranquilo, mas depois, Deus nos ajude.
3. Os resultados da intervenção atenderam as demandas da comunidade? Se não, quais pontos requerem atenção?
Acredito que sim.
4. De que forma a comunidade se articula para manter o ambiente construído conservado ou para intervir em outros espaços livres com potencial de ocupação?
A manutenção que vejo aqui por enquanto é só mesmo a coleta de lixo e a roçagem da grama. Ta precisando de pintura aqui, mas até agora, eu até procuro o pessoal pra me ajudar a conseguir isso, mas ninguém me atende.

JOSÉ VITOR (25 ANOS) - RESIDE NA ALAMEDA 15B DO CONJUNTO JARDIM MAGUARI

1. Quais as principais dificuldades percebidas no processo em questão?
Não se envolveu.
2. Qual a percepção sobre o ambiente construído antes e após a intervenção urbana e em que ela contribuiu?
Eu jogo bola aqui nos finais de semana com a galera da secundária. A gente já jogava aqui antes, mas era na areia mesmo, a gente gostava mais. O ruim é esperar em pé aqui chegar nossa vez de jogar e não tem nada próximo também pra beber água ou comer, se sair daqui perde a vez. Mas o espaço ficou maneiro.
3. Os resultados da intervenção atenderam as demandas da comunidade? Se não, quais pontos requerem atenção?
A gente achou bom, tava precisando.
4. De que forma a comunidade se articula para manter o ambiente construído conservado ou para intervir em outros espaços livres com potencial de ocupação?
Não sei te dizer, mano. Eu só venho jogar aqui.

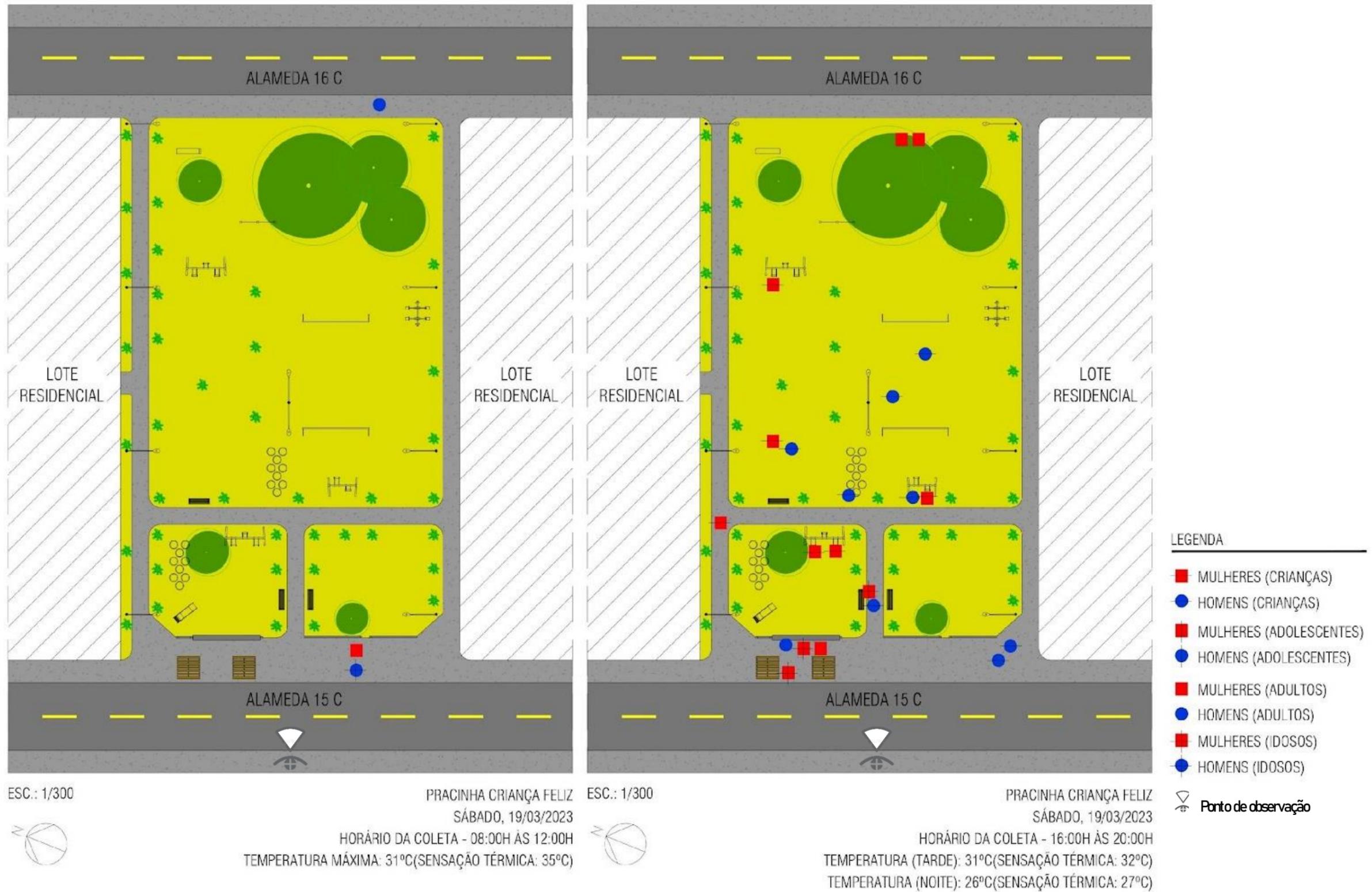
MATHEUS SILVA (29 ANOS) - RESIDE NA ALAMEDA 16B DO CONJUNTO JARDIM MAGUARI

1. Quais as principais dificuldades percebidas no processo em questão?
Não se envolveu.
2. Qual a percepção sobre o ambiente construído antes e após a intervenção urbana e em que ela contribuiu?
Meu time jogava vôlei aqui a noite, a gente trazia a rede e colocava, mas com a praça nova ficou difícil de pôr a rede, aí a gente colocou terra nesse espaço aqui do lado e tá aqui agora, jogando vôlei, as vezes futebol também. Mas a gente ta satisfeito, mas seria bom se aqui fosse reformado também, quando chover fica só lama.
3. Os resultados da intervenção atenderam as demandas da comunidade? Se não, quais pontos requerem atenção?
Ajudou bastante a reforma, mas ia ser bom o prefeito arrumar essa área aqui também que a gente joga.
4. De que forma a comunidade se articula para manter o ambiente construído conservado ou para intervir em outros espaços livres com potencial de ocupação?
Olha, não vejo ninguém se mexer, deve ser só o pessoal da limpeza quando passa por aqui.

APÊNDICE B

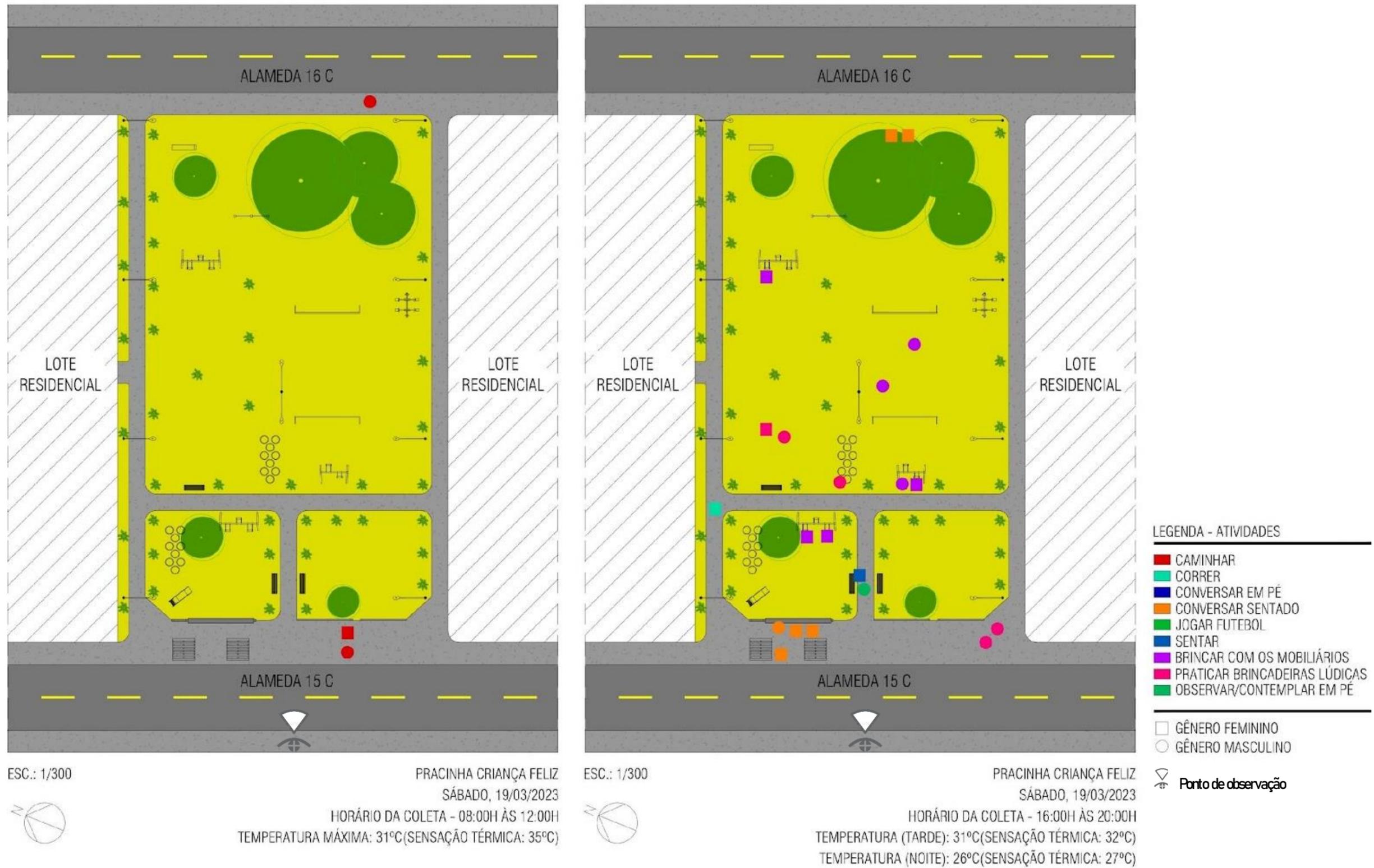
MAPAS COMPORTAMENTAIS DO ESPAÇO CRIANÇA FELIZ

Figura 57 – Mapa comportamental por gênero da praçinha Espaço Criança Feliz, sábado (19/03/2023).



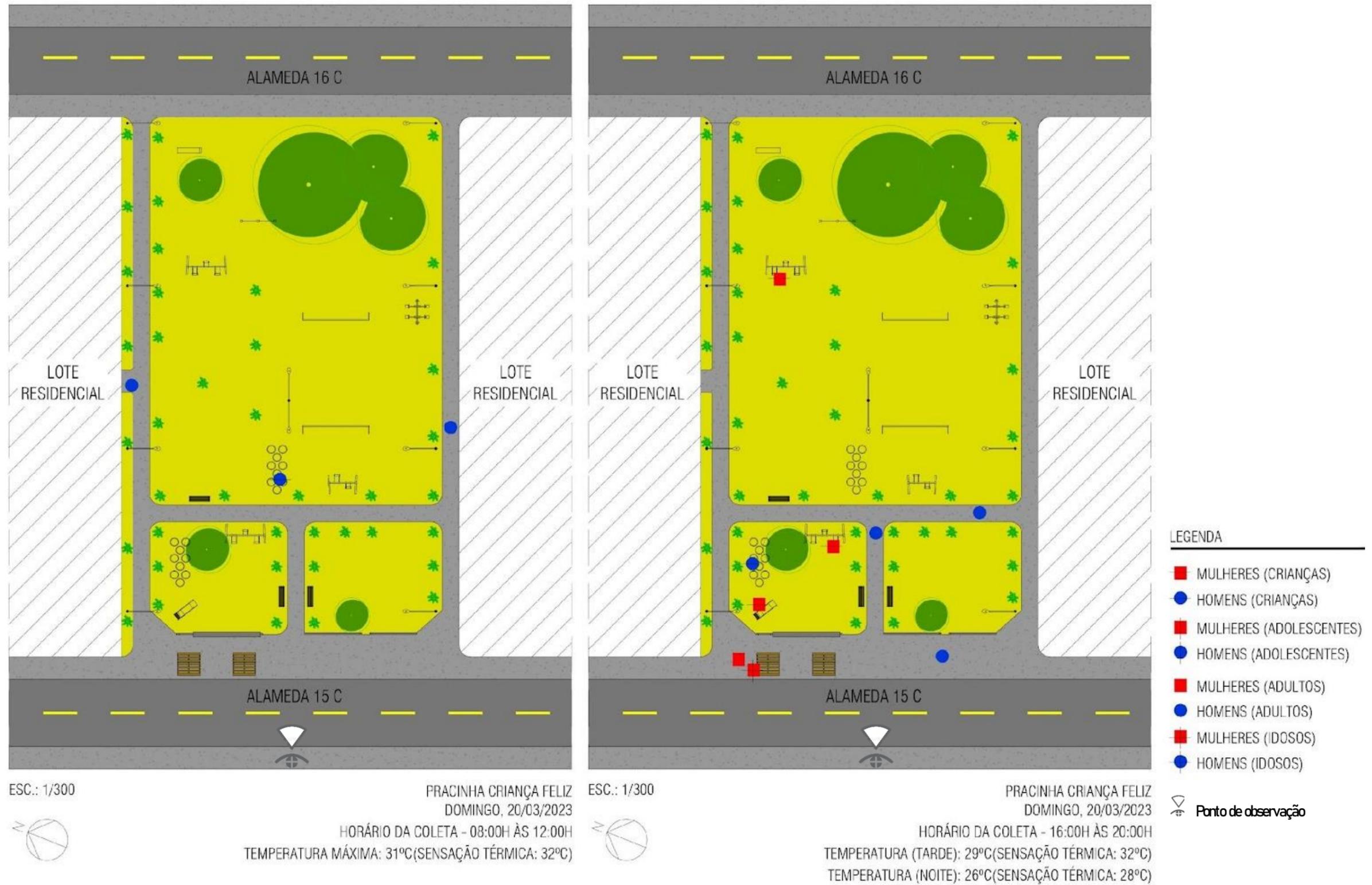
Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 58 – Mapa comportamental por atividade da praçinha Espaço Criança Feliz, sábado (19/03/2023).



Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 59 – Mapa comportamental por gênero da praçinha Espaço Criança Feliz, domingo (20/03/2023)

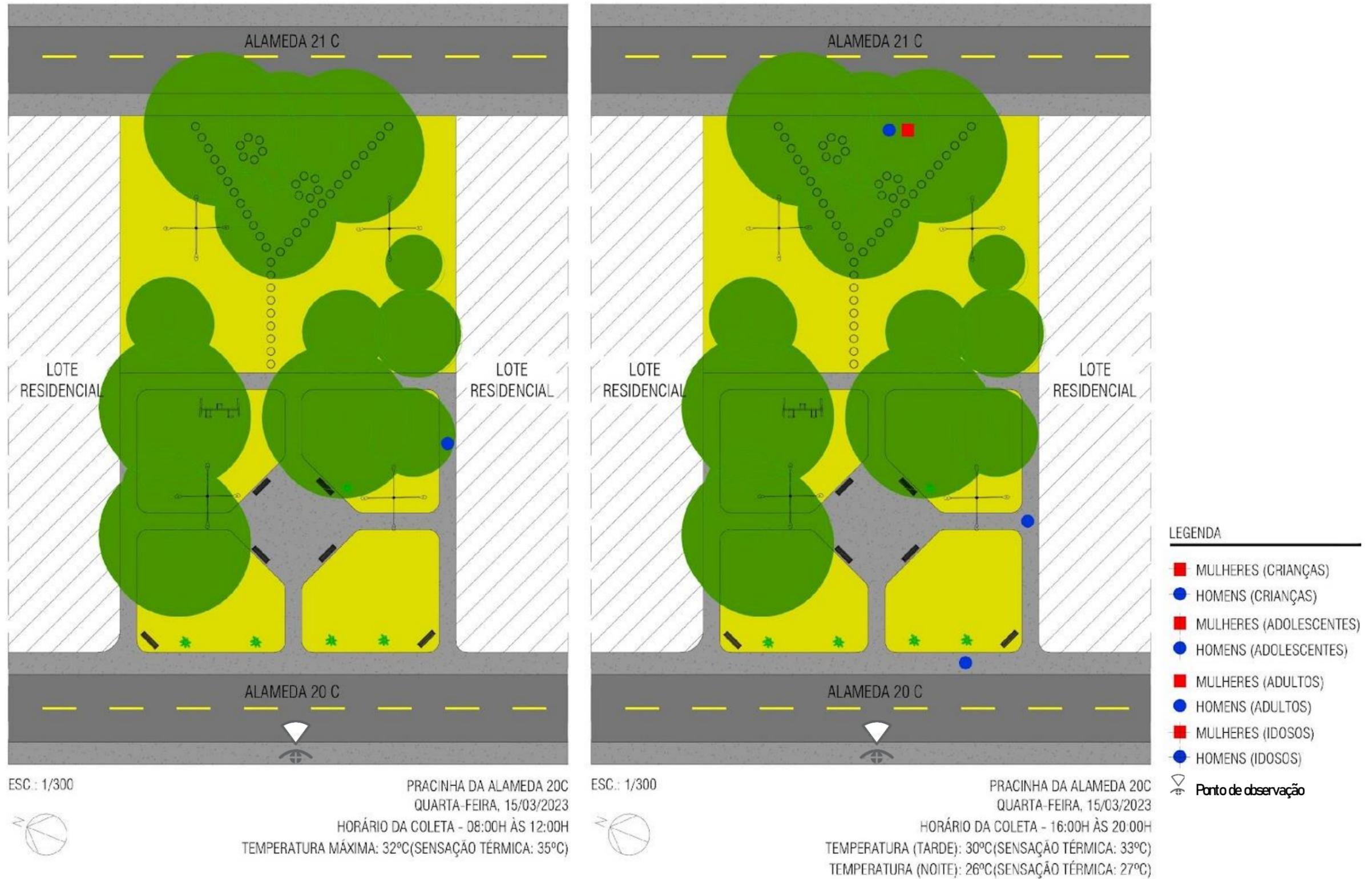


Fonte: elaborado pelo autor.

APÊNDICE C

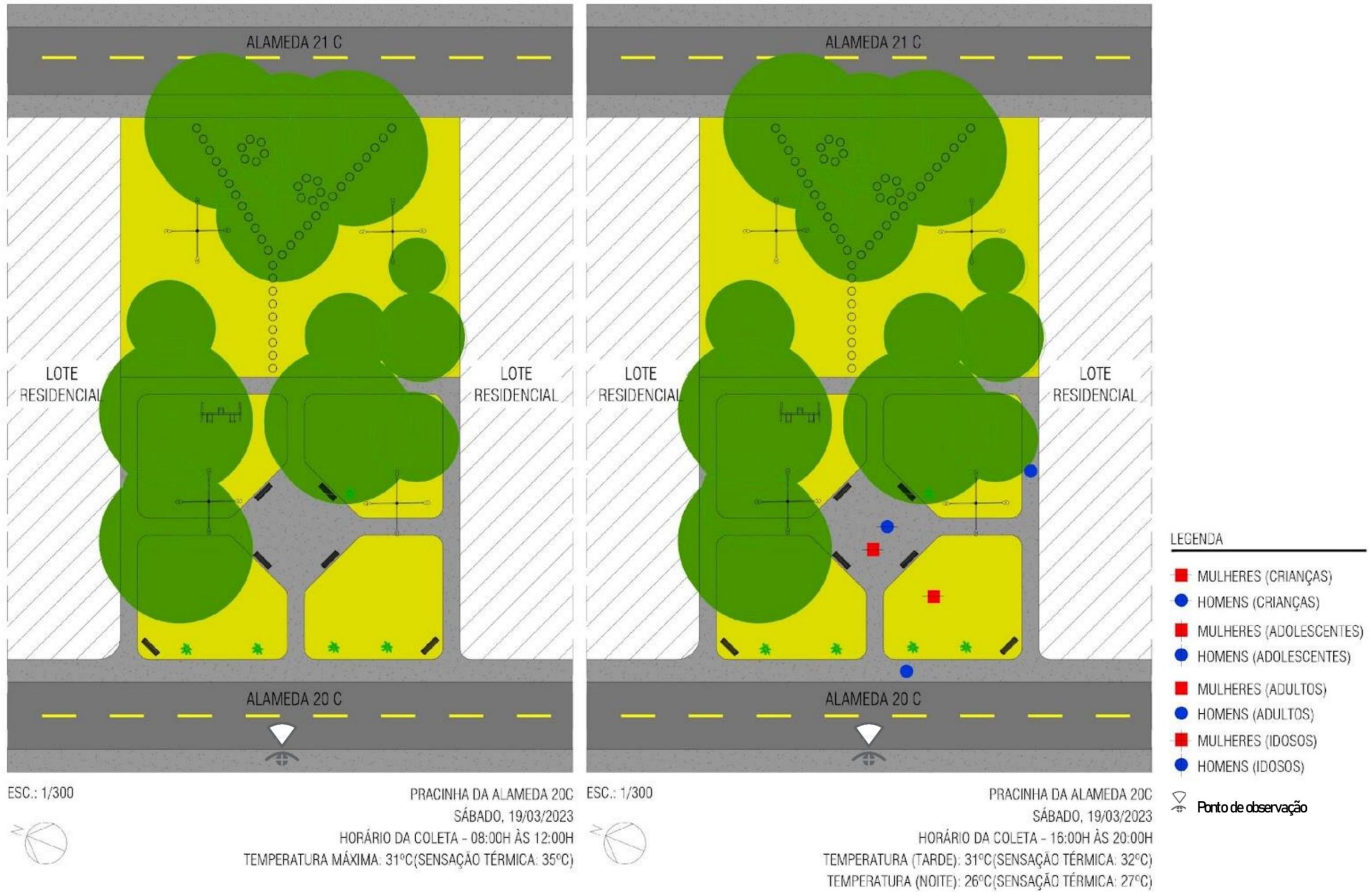
MAPAS COMPORTAMENTAIS DA PRACINHA DA ALAMEDA 20C

Figura 61 – Mapa comportamental por gênero da pracinha da Alameda 20C, quarta-feira (15/03/2023).



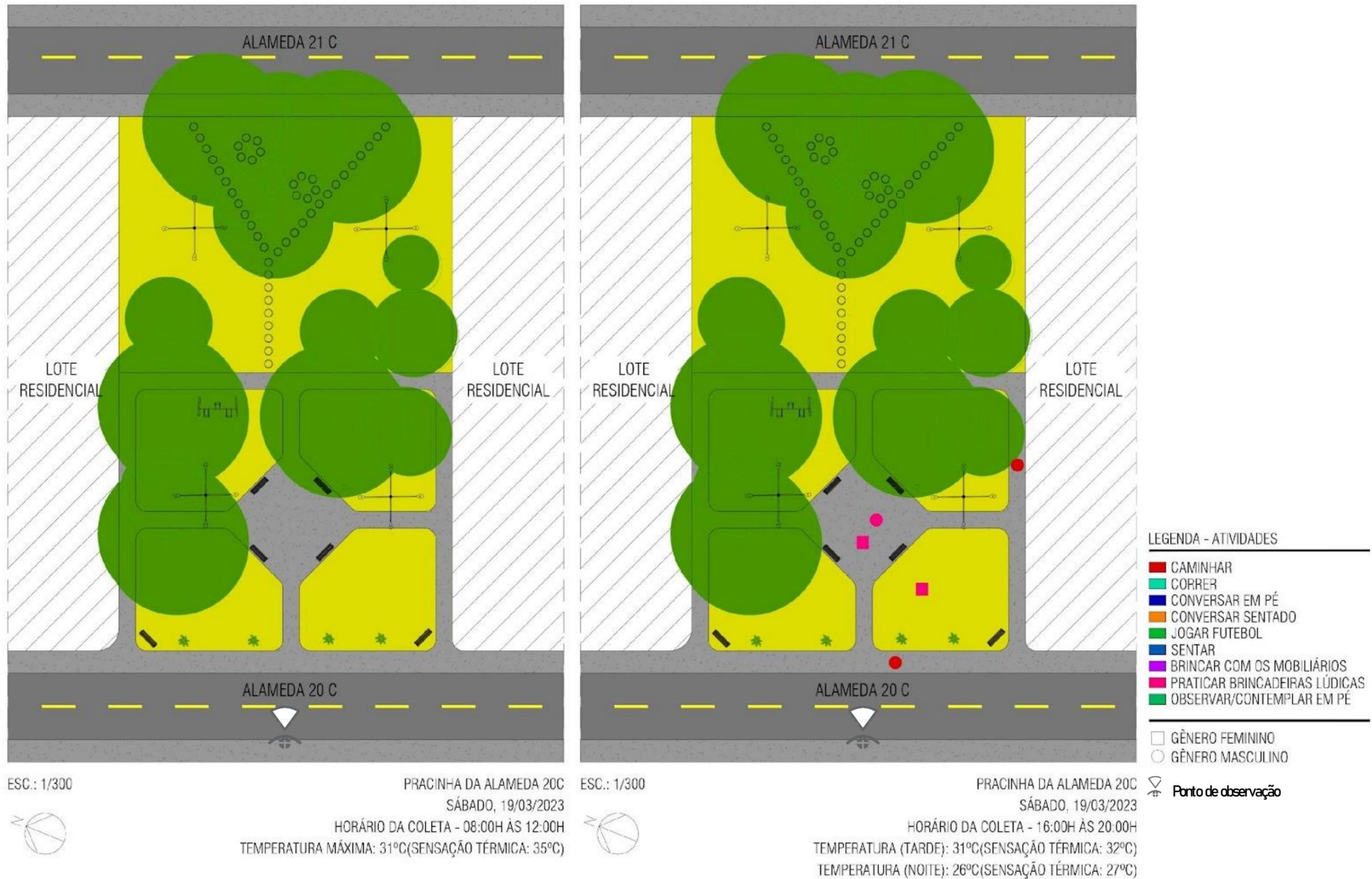
Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 63 – Mapa comportamental por gênero da praçinha da Alameda 20C, sábado (19/03/2023).



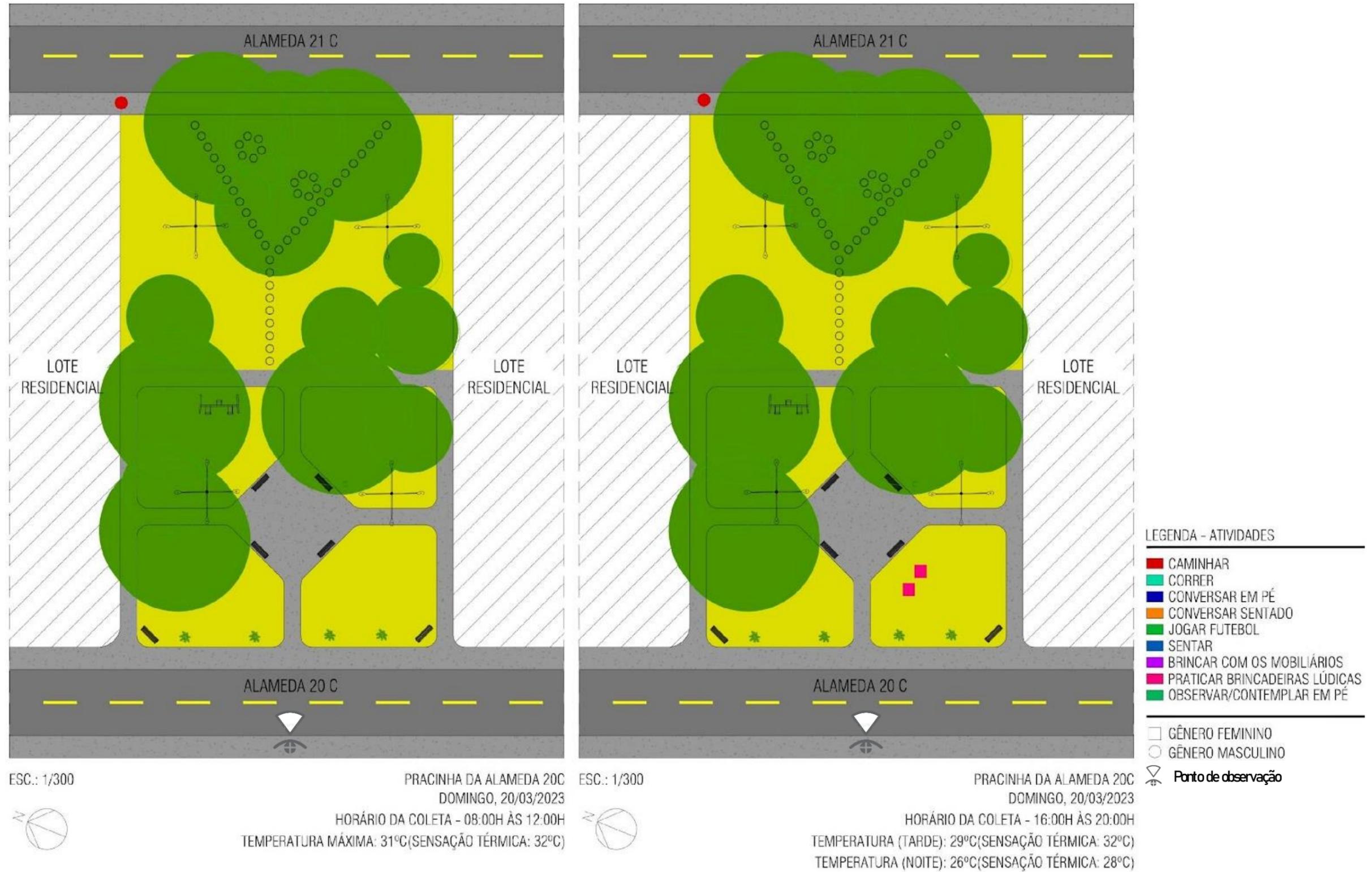
Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 64 – Mapa comportamental por atividade da praçinha da Alameda 20C, sábado (19/03/2023).



Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 66 – Mapa comportamental por atividade da praçinha da Alameda 20C, domingo (20/03/2023).



Fonte: elaborado pelo autor.

APÊNDICE D

MAPAS COMPORTAMENTAIS DA PRAÇA ODÉZIO MOZART

Figura 67 – Mapa comportamental por gênero da praça Odézio Mozart, quarta-feira (15/03/2023).



Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 68 – Mapa comportamental por atividade da praça Odézio Mozart, quarta-feira (15/03/2023).



Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 69 – Mapa comportamental por gênero da praça Odézio Mozart, sábado(19/03/2023).



Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 70 – Mapa comportamental por atividade da praça Odézio Mozart, sábado (19/03/2023).



Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 71 – Mapa comportamental por gênero da praça Odézio Mozart, domingo (20/03/2023).



Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 72 – Mapa comportamental por atividade da praça Odézio Mozart, domingo (20/03/2023).



Fonte: elaborado pelo autor.